UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano

DENISE LISBOA DE ALMEIDA

A CASA ALMADA

A experiência do reassentamento involuntário

SÃO PAULO

2015

DENISE LISBOA DE ALMEIDA

A CASA ALMADA

A experiência do reassentamento involuntário

(Versão Original)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Lineu Norio Kohatsu

SÃO PAULO

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Almeida, Denise Lisboa de.

A casa almada: a experiência do reassentamento involuntário / Denise Lisboa de Almeida; orientador Lineu Norio Kohatsu. -- São Paulo, 2015.

168 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia junguiana 2. Reassentamento 3. Casa 4. Alma 5. Morte I. Título.

RC504

Nome: Almeida, Denise Lisboa de.

Título: A casa alçada: a experiência do reassentamento involuntário

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

*Àquele que nunca vai deixar de querer
mudar o mundo. É uma honra trilhar
este caminho ao seu lado.*

AGRADECIMENTOS

Obrigada Lineu. Sem a sua orientação sempre inspirada este trabalho não conseguiria ter encontrado o seu caminho.

Obrigada Caetano, meu amor, que me trouxe luz nos momentos de escuridão desta caminhada.

Obrigada Cristina, Maria, Pedro e Sara, que dispuseram do seu tempo e me deixaram entrar em suas casas e suas vidas. Sem eles, este trabalho não existiria.

Obrigada família e amigos, que mesmo diante da minha total ausência sempre foram compreensivos, enviado seu amor e carinho.

Obrigada Gisele, pela paciência e por ajudar a transformar a experiência do mestrado em um aprendizado para a vida.

Obrigada Che, Umbra e Gandalf, meus companheiros felinos, que tentam me ensinar reiteradamente que nada na vida é motivo para tanta preocupação.

Obrigada Cerejuba, minha casa. Pelo refúgio de calor, aconchego e paz em meio às tempestades que surgiram.

Obrigada a toda a população reassentada com a qual trabalhei até então. O meu esforço é para que a voz de vocês seja ouvida.

Obrigada a Universidade de São Paulo e ao Instituto de Psicologia, pela oportunidade de fazer este mestrado em uma instituição pública, gratuita e de qualidade graças à luta diária de seus trabalhadores.

Obrigada a Laura de Freitas Villares e Caio Santo Amore de Carvalho, por contribuírem com interesse genuíno para que a pesquisa rendesse bons frutos.

Obrigada ao Departamento Social da Companhia de Habitação do Paraná, que oportunizou a conciliação da vida de trabalhadora e estudante, por me apresentar o mundo da habitação social e pela amizade.

Obrigada a todos que torceram por mim. Talvez este trabalho só tenha chegado ao fim porque vocês acreditaram.

Obrigada.

A alma da gente, como sabes, é uma casa assim disposta, não raro com janelas para todos os lados, muita luz e ar puro. Também as há fechadas e escuras, sem janelas ou com poucas e gradeadas, à semelhança de conventos e prisões. Outrossim, capelas e bazares, simples alpendres ou paços suntuosos.

Machado de Assis (Dom Casmurro)

RESUMO

O reassentamento involuntário é uma forma de intervenção que promove a remoção forçada de uma população de suas casas para uma nova casa em outra localidade, visando à implementação de um projeto de habitação. Sendo um processo que envolve mudanças de casa, espaço e comunidade, o presente trabalho busca uma maior compreensão sobre a dimensão psicológica do reassentamento involuntário a partir da perspectiva de famílias reassentadas sobre a sua experiência e os sentidos atribuídos ao processo. Assim, foram entrevistados quatro reassentados do Programa de Aceleração do Crescimento/Projetos Prioritários de Investimento, do município de Pinhais do estado do Paraná, em diferentes estágios do reassentamento. Considerando o espaço como simbólico e a casa como referência do indivíduo no mundo, verificou-se a grande mobilização de conteúdos emocionais a partir da experiência do reassentamento para estes sujeitos. A ausência de participação na execução do programa e as perdas inerentes às mudanças exigidas, em especial da casa, mobilizaram imagens de sofrimento e morte por parte dos reassentados-independente de uma concordância anterior dos entrevistados pelo reassentamento. Assim, antes que possam se ver como beneficiários de uma casa nova, os reassentados enfrentam perdas profundas e uma morte simbólica, necessitando de uma elaboração da experiência para conseguir reconstruir a sua vida, seu lar e, por fim, renascer.

Palavras-chave: Psicologia junguiana; reassentamento; casa; alma; morte.

ABSTRACT

Involuntary resettlement is a form of intervention that promotes the forced removal of a population from their homes to a new home in another location in order to implement a housing project. Being a process that involves home changes, and community space, this paper seeks a greater understanding of the psychological dimension of the involuntary resettlement from the perspective of resettled families about their experience and the meanings attributed to the process. Consequently, we interviewed four resettled PAC program / PPI in the city of Pinhais / Paraná, at different stages of resettlement. Considering the space as a symbol and the house as the individual reference in the world, there was a great mobilization of emotional content from the resettlement experience for these persons. The lack of participation in the program implementation and losses of the inescapable changes, especially the house, mobilized suffering and death images by the resettled - regardless of a previous agreement of the interviewed about the resettlement. So, before they can see themselves beneficiaries of a new home, the resettled must deal with deep losses and a symbolic death, requiring an elaboration of experience to be able to reconstruct their life, their home and finally reborn.

Keywords: Jungian psychology; resettlement; house; soul; death.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco nacional de habitação.
BPC	Benefício da prestação continuada.
COHAB CT	Companhia de habitação popular de Curitiba.
COHAPAR	Companhia de habitação do Paraná.
COPEL	Companhia paranaense de energia.
FGTS	Fundo de garantia por tempo de serviço.
HIS	Habitação de interesse social
IAP	Instituto de aposentadoria e pensões.
IPTU	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
PAC/PPI	Programa de aceleração do crescimento/ Projetos prioritários de investimento.
PMCMV	Programa minha casa minha vida.
POMC	Paradigma ocidental moderno clássico.
RMC	Região metropolitana de Curitiba.
ZRO	Zona de restrição à ocupação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
1 A CIDADE E O REASSENTAMENTO	20
2 CIDADE E ALMA	37
2.1 O ESPAÇO ALMADO.....	37
2.2 A CASA ALMADA	50
3 MÉTODO.....	65
4 RESULTADOS.....	71
4.1 O PAC PINHAIS.....	71
4.2 ENTREVISTAS	73
4.2.1 Sara: a versátil	74
4.2.2 Pedro: o privilegiado.....	85
4.2.3 Maria: a (in)conformada	97
4.2.4 Cristina: a persistente.....	111
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS	127
5.1 A CASA	127
5.2 AS RAÍZES.....	132
5.3 O TRANSPLANTE DA ÁRVORE	134
5.4 A MORTE	138
5.5 A RELIGIOSIDADE	144
5.6 DO HADES A POLIS.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
BIBLIOGRAFIA	157
ANEXOS	166

APRESENTAÇÃO

Quando, no “auge” dos meus dezesseis anos, pensava sobre “pra quê” prestaria vestibular, cogitava várias opções. Afinal, era uma decisão para a vida inteira - conforme diziam. Direito, medicina, história - até mesmo química. Mas o que pesou mesmo foi o dilema humano versus natureza. Uma das versões da “natureza” era representada pela oceanografia, mas com medo de pensar em mergulhar logo desisti (eu, que nem sei pular de ponta).

O dilema entre humano e natureza se resumiu entre psicologia e biologia. O que eu vislumbrava para o meu futuro, naquele momento, era o de uma vida de luta pela preservação do meio ambiente.

Eu, filha de um agrônomo, tinha em minha casa natal um legítimo jardim de infância: margaridas, rosas, pinheirinho - que passou a altura da casa. Cheiro de grama recém-cortada e terra para cavar. Cachorro, gato, peixe, coelho, passarinho, até mesmo um jabuti. Meus pais sempre cultivaram suas árvores e hortas, seus animais de estimação de toda espécie, com um respeito que considerava que era o *natural*. Nesta casa-jardim, em uma cidade amplamente arborizada, eu cresci como se aquilo fosse o mundo. Mas é claro que eu não podia estar mais enganada.

Não demorou muito para eu constatar a luta do ser humano pelo controle da natureza, que vem, de séculos em séculos, até o estado de assolamento em que nossa grande casa, o planeta Terra, se encontra atualmente. Nunca fez sentido para eu pensar que o ser humano insistia em tentar sobrepujar a autonomia da natureza, da qual somos parte.

Até porque a Terra continuará existindo com sua autonomia, pois ela prescinde do humano. É a nossa sobrevivência, do ser humano, de que se trata quando se busca lutar pela preservação da “natureza”. Foi decidida a cuidar da Terra que resolvi, paradoxalmente, tentar primeiro cuidar do ser humano através da psicologia. Tentar entender o que passa no coração dele para fazer coisas tão sem sentido.

Depois de mais de dez anos do início de meus estudos em psicologia, continuo sem entender o que se passa no coração das pessoas. A vontade de entender a relação do ser humano com o mundo, esse que está aí pulsando, morrendo, vivendo, chovendo, é talvez minha maior motivação. Minha monografia da

graduação foi sobre a imagem psíquica do aquecimento global. Da especialização, sobre a ligação dos indígenas guarani-*kaïowá* com seu *tekoha*¹, sua terra e modo de vida, violados de todas as formas. E hoje, aqui estou eu novamente, caindo no mesmo assunto por mais uma via torta: a habitação.

Após nove anos na “casa-jardim”, já passei por seis cidades, estando atualmente em Curitiba, e morei em mais de 14 casas. Grande, pequena, apartamento, sobreloja, *kitnet*, casa da sogra. Agora, junto com o mestrado, eu conquistei também a minha primeira casa. A escolha do “apê” foi muito simples: suas janelas estão a alguns metros de uma área de preservação permanente, de mata ciliar. As margaridas foram substituídas por orquídeas. As hortas, por vasilhos de tempero. O verde da casa vem das plantas que sobrevivem melhor sem luz direta. E o movimento da casa vem de três gatinhos lindos. Assim, aos poucos, somente quando perguntada sobre qual a minha ligação pessoal com o tema da minha pesquisa, me dou conta das inúmeras implicações pessoais que tenho neste trabalho. Só o meu mundo todo.

A presente pesquisa deriva da minha recente experiência profissional em uma nova área: psicologia no contexto da habitação. Há dois anos atuo como técnica em desenvolvimento social na Companhia de Habitacional do Paraná - COHAPAR, empresa pública do governo estadual. Para tal cargo, é necessário ter a formação de psicólogo ou cientista social.

Minha prática profissional tem sido em programas que atuam no reassentamento involuntário de famílias que moram em áreas de preservação ambiental, como margens de rios e córregos, da Região Metropolitana de Curitiba. O que leva o Estado a remover toda uma população de uma área possui os mais diversos motivos e interesses: políticos, econômicos, ambientais e sociais.

Esta população costuma enfrentar alguns problemas comuns, como alagamentos, riscos de deslizamento e desabamentos, exposição a doenças transmitidas pela água contaminada e acesso precário a rede de saneamento

¹ “Os guarani hoje em dia denominam os lugares que ocupam de *tekoha*. O *tekoha* é, assim, o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios, etc. – onde se realiza o *teko*, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado.” (DE ALMEIDA e MURA, 2003)

básico. Outro fator que contribui para esta insegurança no morar, vem do fato da maior parte desta população ser de posseiros. Suas casas estão em áreas consideradas de ocupação irregular, sem documentos que resguardecem o seu direito de propriedade.

No cotidiano do trabalho com a população alvo dos programas habitacionais, é possível verificar que o processo de reassentamento involuntário é visto, vivido, sentido e percebido pelos reassentados das mais diferentes formas. Enquanto para alguns este é um momento esperado, com esperanças de que será possível uma mudança para melhor em sua vida, outros enfrentam grandes dificuldades em deixar suas casas de origem, independente de haver situação de precariedade e ou de risco envolvido. Os laços das pessoas com sua casa e sua vizinhança, com o seu espaço de pertencimento, mostram-se muitas vezes fortes e complexos.

Assim, apesar da aparente distância quando se pensa em um psicólogo trabalhando na habitação, ela se dissipa ao lembrar-nos que as relações humanas estão sempre presentes, podendo ser objeto da atuação e estudo da psicologia.

INTRODUÇÃO

A constituição do espaço urbano no Brasil e a política habitacional são temas com grande número de estudos². Na sociedade capitalista em que vivemos, em geral, os interesses econômicos e de mercado, assim como a imposição do direito de propriedade privado frente ao coletivo, suplantaram as necessidades da população de poder habitar com qualidade e ter direito à cidade.

Quem passeia por qualquer grande metrópole brasileira dificilmente deixa de notar que há ali algo de errado: bairros ultrassofisticados, que não deixam nada a desejar em relação às grandes cidades desenvolvidas, cotejam favelas que amontoam gente em condições indignas de vida. Caminhando para as periferias, casas e barracos se estendem em um horizonte sem fim. [...] Definitivamente, há algo de inquietante no cenário urbano brasileiro. (FERREIRA, 2012, p. 12)

Apesar de inicialmente regulado somente pelo mercado imobiliário, devido a diversas crises no setor, o poder público foi chamado a intervir na questão habitacional, criando programas para “remediar” diversas situações sociais e de risco as quais a população passou a estar sujeita. Quando o Estado considera que não é possível a permanência de casas em determinada área – por questões legais, políticas, de infraestrutura – ocorre o que se denomina reassentamento: um processo onde há um traslado e reabilitação completos de uma população devido atividades relacionadas a um projeto (NOCE, 2008, p. 48). No caso do reassentamento involuntário³, o deslocamento independe do consentimento da comunidade com a mudança.

Um dos programas recentes que interviu na questão habitacional foi o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC foi lançado no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), considerado uma das medidas de maior fôlego do governo petista, perdurando até os dias atuais - o qual possui uma linha de intervenção específica para os assentamentos considerados precários pelo poder público.

² Como BONDUKI, 2011; CARDOSO, 2007; FERREIRA, 2012; MARICATO, 2003, 1987.

³ Durante o trabalho, sempre que mencionada a palavra reassentamento, estaremos nos referindo ao reassentamento involuntário, objeto de estudo da pesquisa.

Passar por um processo como o reassentamento involuntário dialogando somente com os aspectos simples e racionais envolvidos em tal política não poderá gerar uma compreensão mais profunda sobre o fenômeno. Motivações além da razão e da consciência dos indivíduos e da comunidade estarão atuando em todo o momento, e são aspectos a serem considerados no deslocamento. A teia que envolve as relações entre indivíduo, comunidade, sua casa e seu ambiente são amplos e tais laços estarão cheios de afetos, memórias e sentimentos.

Podemos considerar que o reassentamento involuntário é um momento de transformação para a população atingida e nestes momentos talvez seja possível que a questão da relação do ser humano com o que este considera como seu espaço de pertencimento, sua casa e seu bairro, esteja mais aflorado devido a tais movimentos.

A psicologia analítica, abordagem psicológica norteadora do presente trabalho, possui sua atuação tradicionalmente voltada para a psicologia clínica e a prática do consultório. Porém, com a ampliação da atuação do psicólogo na sociedade, novas demandas começam a surgir em áreas antes inexploradas, como na área de habitação de interesse social. Neste momento, faz-se necessário repensar a dimensão teórica dentro dos diferentes espaços como forma de oferecer embasamento para a prática profissional, assim como trazer novos elementos desta prática para a ampliação da ciência psicológica.

Portanto, no contexto de inserção do profissional psicólogo na área da habitação de interesse social, assim como em outros momentos como a própria criação da psicologia enquanto ciência na virada do século XX, parte-se da prática para buscar entendimento teórico que contribua para uma atuação ética e transformadora.

No cotidiano do trabalho é visível que as transformações na vida da população reassentada são grandes: mudança de espaço, de vizinhos, e em especial, mudança de casa. Fica o questionamento se concomitantemente à mudança material, incorre uma transformação emocional correspondente a tais vicissitudes.

Apesar de comumente não ser trabalhada, a dimensão subjetiva dos reassentados, assim como as relações afetivas entre o ser humano e seu espaço no mundo, não deixa de intervir ativamente no processo de reassentamento ou em

qualquer outro aspecto da vida humana, afetando diretamente o “sucesso” ou “fracasso” do programa.

Quando se acompanha a implantação do reassentamento involuntário, a mudança de casa e o pós-ocupação⁴, é possível pensar que mecanismos de conformismo e resistência da população estejam atuando, usando a terminologia de Chauí (1986), evidenciando a rede complexa de relações envolvidas. Apesar de ser comum a população não confrontar a intervenção direta do Estado, estabelece práticas que "sem contestar diretamente o instituído, se colocam fora do seu controle" (p. 34), culminando na subversão dos objetivos da política pública. A resignação e a concordância da população podem ser consideradas, por exemplo, na forma de fixação na área reassentada e melhorias promovidas no imóvel, ou comercialização não permitida das unidades habitacionais e depredação das casas.

Uma frase comum de ser escutada no cotidiano de trabalho é a de que a pessoa não é contra o reassentamento. Ela quer em troca receber o “valor real” da sua casa pela sua desocupação. Tal colocação é aparentemente bastante objetiva. Mas qual é o valor real de uma casa? É o valor de seus tijolos? Quanto foi gasto na construção? Quanto diz o mercado imobiliário? O valor emocional? Os valores envolvidos quando se fala de casa são muito divergentes.

Diante deste tema, nos deparamos com a demanda de compreender melhor como se dá a experiência do reassentamento involuntário para os sujeitos com a profundidade requerida por um viés psicológico – o objetivo do presente trabalho. Assim, verificando os possíveis impactos do processo de reassentamento, espera-se compreender como os moradores elaboram a experiência e as significações que tal transformação possui para a população, pois é ela, a experiência, o que nos conecta com a psique e com o mundo.

A partir deste questionamento, surgem objetivos específicos que norteiam o caminho trilhado. Visto que o reassentamento envolve uma mudança de casa e localidade, busca-se também ampliar a compreensão das possíveis transformações nas relações afetivas entre os sujeitos reassentados e seu espaço, mobilizado devido à intervenção em suas vidas. Outro viés a ser explorado é a existência e como podem operar mecanismos de conformismo e resistência dos moradores frente ao programa, evidenciando como a presença do Estado, agente promotor do

⁴ Acompanhamento que se faz da população após o reassentamento, isto é, a partir de quando ocorre a ocupação das novas casas.

reassentamento e interventor na vida comunidade. Os questionamentos são relevantes na medida em que estão implicados nos objetivos dos programas habitacionais, que almejam que a casa oferecida em contrapartida ao reassentamento possa ser a “porta de entrada” do direito à cidadania e à cidade legal, assim como para ampliar o campo da psicologia analítica em outras direções.

No primeiro capítulo, faremos um breve resgate histórico de algumas políticas públicas que fizeram uso de mecanismos de remoção e de reassentamento involuntário no Brasil e em Curitiba durante a configuração do espaço urbano até chegarmos ao programa analisado na pesquisa - o PAC, como forma de verificar como vem sendo a prática e a visão do reassentamento que se utiliza até então, assim como uma reflexão sobre essas intervenções.

O segundo capítulo versa sobre as considerações teóricas necessárias à compreensão do tema. Inicialmente, serão abordados dois elementos que são drasticamente alterados no reassentamento involuntário: a casa e o espaço. A perspectiva utilizada é interdisciplinar, com autores da psicologia social, filosofia e arquitetura que se debruçaram sobre os dois tópicos, para explicitar a importância deles na relação entre o sujeito e o meio. Em seguida, vem a contribuição da psicologia analítica para a compreensão dos aspectos subjetivos, assim como da relação do ser humano com o mundo, finalizando com considerações sobre casa e espaço a partir da perspectiva de ambos como imagem arquetípica - símbolo.

O terceiro capítulo adentra na metodologia de pesquisa qualitativa utilizada na pesquisa de campo, esclarecendo tanto o embasamento teórico da escolha do método como os procedimentos de escolha de participantes e de coleta dos dados, realizada a partir de entrevistas individuais com pessoas que experienciaram ou experienciam o reassentamento.

A partir de então iniciam os resultados, no capítulo quatro, onde consta um histórico da implantação do programa PAC Pinhais, ao qual estão vinculados os entrevistados e do panorama da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, assim como a apresentação dos dados das entrevistas sistematizados nas categorias: casa antiga, reassentamento e casa nova.

No quinto capítulo encontra-se a análise e discussão das entrevistas alicerçada nas imagens que emergiram, trazendo aproximações e diferenças entre

as experiências dos reassentados a partir das quais se busca uma melhor compreensão da experiência do reassentamento involuntário na vida dos sujeitos.

A partir das reflexões elaboradas, segue-se para as considerações finais e aos lugares onde foi possível chegar através da pesquisa, com suas conquistas, sucessos, limitações e expectativas. Que a experiência aqui relatada possa ser significativa para cada leitor.

1 A CIDADE E O REASSENTAMENTO

A cidade não é um cenário simples onde a vida é representada. Um cenário no teatro, por exemplo, pode ser interpretado como algo estático, imobilizado no tempo. A cidade, ao contrário, influencia diretamente a vida de cada um dos seus cidadãos, recriando o enredo de maneiras das quais não se cogita em uma reflexão mais superficial.

As cidades são a expressão espacial das relações econômicas, políticas e culturais de uma sociedade e sua história. Por isso, são naturalmente espaço de conflitos e tensões. (FERREIRA, 2012, p. 11)

Deste modo, as relações de poder e o contexto capitalista que a sociedade brasileira está inserida - que estão expressas na dinâmica das cidades - interferiram de forma direta na configuração do espaço urbano e nas políticas habitacionais criadas ao longo dos anos, atingindo também a vida dos cidadãos.

Diversas das intervenções nas cidades brasileiras, desde o início do século XX até os dias atuais, se deram através do Estado. As ações ocorreram com diversas alegações, como epidemias, saneamento básico, urbanização e preservação ambiental. O breve histórico a seguir terá como enfoque algumas intervenções na área habitacional urbana que envolveu deslocamento de populações: remoções, despejos e reassentamentos⁵. Busca-se lançar olhares sobre tais práticas e seus objetivos, suas divergências e semelhanças através do tempo, levantando os aspectos mobilizados por tal política.

Portanto, serão abordadas algumas intervenções do Estado na área de habitação social das cidades até o programa PAC/PPI – Programa de Aceleração do Crescimento/ Projetos Prioritários de Investimento, na modalidade de Intervenções em favelas, lançado em 22 de janeiro de 2007. A ênfase recairá nos processos que envolveram deslocamentos forçados da população alvo, assim como na relação entre Estado e os indivíduos atingidos pelas intervenções, na expectativa que a

⁵ Existe uma série de relações, sobreposições e particularidades entre cada um dos termos utilizados para a retirada de pessoas de seu espaço, envolvendo ou não a ida para um novo lugar como parte do projeto. Será utilizado reassentamento, baseada na literatura de Cernea (2003) e Noce (2008) por especificarem o deslocamento com as características do PAC.

contextualização da formação do espaço urbano possa trazer esclarecimentos sobre a vivência atual em reassentamento involuntário⁶ do programa PAC.

As cidades brasileiras vivenciaram amplo crescimento no século XX. Porém, segundo Maricato (2003, p. 151), as cidades na atualidade ainda não superaram diversas características dos períodos coloniais e imperiais, por terem se configurado como espaços de perpetuação da desigualdade social, marcadas pela concentração de terra e renda, assim como pelos favorecimentos em prol dos interesses políticos e econômicos na aplicabilidade das legislações urbanas, gerando cidades segregadas. Historicamente, o Estado “público” brasileiro, como ressalta Ferreira (2012, p. 27), tratou os bens da coletividade como bens da classe dominante.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003, p. 152).

O capitalismo conseguiu transformar a terra e a habitação em mercadorias e a consolidação do modelo de propriedade privada (VILLAÇA, 1986, p. 52), deixando uma marca profunda na formação e crescimento das cidades, que passaram a se dar conforme as lógicas de mercado. Assim, acompanhando os interesses vigentes em determinados momentos ao longo do século XX, foram utilizados mecanismos de remoção e despejos da população pobre de modo a favorecer os interesses mercadológicos.

Para que tais medidas fossem possíveis, a classe dominante encontrava representatividade nas próprias políticas públicas, como nas legislações urbanísticas⁷, que permitiram que as definições de “cidade”, do que é “legal” e

⁶ O termo involuntário será utilizado por estar na legislação pertinente ao PAC, assim como na literatura já citada. Outros termos encontrados são remoções/deslocamentos involuntários em Scott (1996), remoções forçadas em Amore, Shimo e Rufino (2015).

⁷ Seguindo definição de Villaça, que inclui Códigos de Posturas e Obras, de Loteamentos e Zoneamentos (1986, p. 18).

“regular” se dessem de modo a refletir seus interesses e deixar lacunas por onde pudessem vir a atuar nas áreas não representadas pela definição de “cidade regular”, quando fosse conveniente.

A ideologia burguesa prescreve que uma “cidade civilizada” não pode prescindir de uma “moderna” legislação urbanística. O estratagema a ser usado será o de transformar o problema da classe dominante em problema público, em problema “da cidade”, o que coloca o espaço urbano no centro dessa produção ideológica. Passa a ser indispensável que sejam identificados com “a cidade” aquela parte da cidade onde a classe dominante tem seus interesses, mora e circula. Só assim ela conseguirá aprovar a legislação urbanística de seu interesse dizendo que está atendendo os interesses “da cidade” (VILLAÇA, 1986, p. 27).

As primeiras medidas remocionistas vieram com o movimento higienista. No início do século XX, os problemas habitacionais não eram vistos como sendo de ordem social e econômica, mas sim como um problema de saúde das cidades. Como a política liberal adotada pelo Estado brasileiro seguia a não intervenção na economia, de um modo geral, as habitações existentes nas cidades eram construídas por investidores privados com fins rentistas, isto é, onde há geração de renda para o proprietário através da locação dos imóveis.

Assim, a casa própria nas cidades não era um bem disseminado, e as famílias mais humildes residiam de aluguel. Como não havia linhas de crédito, financiamentos, e mesmo um escasso acesso a materiais de construção – nem para a compra de casas prontas, tampouco para lotes - a autoconstrução na cidade não era difundida e a população urbana ainda era minoritária.

O movimento higienista ganhou forças na época devido às epidemias que ocorriam nas grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, assim como Curitiba, que buscou intervenções urbanísticas na década de 30 a partir dos parâmetros de “eficiência e salubridade” (CARMO, 2012, p. 39). Para os higienistas, como diversos focos das doenças ocorriam nos aglomerados e casas da população pobre, os mesmos e seu modo de vida eram considerados como o foco do problema. Os cortiços, as casas precárias, os adensamentos, eram vistos a partir de um olhar etnocêntrico, que não buscava relativizar o que levava tal população a habitar em condições degradantes e inadequadas (BONDUKI, 2011, p. 25).

Como tais moradias estavam localizadas nos centros das cidades, que somente agora começavam a se expandir, foram iniciadas medidas de remoção da

população a partir de um modo autoritário, pois passaram a ser consideradas um problema para “salubridade” e crescimento das cidades dentro de um padrão eurocêntrico. Não se observaram na época quaisquer medidas do poder público para prover habitação para a população – somente a sua remoção. Diversas cidades brasileiras reestruturaram a sua área central, onde morava tanto a população abastada como os mais pobres, visando eliminar as habitações consideradas inadequadas para a requalificação urbana das áreas, como nos moldes da Reforma Urbana de Paris a partir das concepções de Georges-Eugène Haussmann.

Residindo no centro, a população pobre morava perto de seu trabalho, mesmo que em piores condições. O transporte era escasso e caro, de modo que morar próximo era necessário também para as indústrias que se desenvolviam então. Porém, com as reestruturações urbanas almejadas pela elite e lideradas pela bandeira higienista, conseguiu-se dar os primeiros passos importantes para a segregação espacial dentro das cidades brasileiras. Curitiba, tal como São Paulo, realizou intervenções de influência semelhante na década de 40 a partir do Plano Agache (CARMO, 2012), traçando os mesmos objetivos que culminaram com a expulsão da população pobre para as periferias em nome da modernidade e embelezamento da cidade.

Com a revolução de 30, tem-se início no Brasil a era Vargas. Com a tendência crescente no Brasil para a industrialização e crescimento das cidades, foi durante seu governo que houve a primeira grande crise habitacional, na década de 40. A crise foi marcante por atingir não somente os estratos mais pobres da sociedade, mas também a classe média, majoritariamente moradora de casas de aluguel, causando grande comoção popular e o despontamento do tema no cenário político nacional (BONDUKI, 2011, p. 76). O Estado Novo afastou-se do viés liberal seguido até então, partindo para uma administração keynesiana⁸, de forma que o Estado tomou certas medidas para regular o mercado imobiliário.

⁸ Diferente da concepção liberal, a teoria de John Maynard Keynes defende a intervenção do estado na economia como forma de estabelecer o pleno emprego, visando atingir um estado de “bem estar social”. “O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas” (KEYNES, 1996, p. 345).

O clima político, econômico e cultural durante a ditadura Vargas (1930-45) colocou em cena o tema da habitação social com uma força jamais vista anteriormente. Num quadro em que todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na estratégia de desenvolvimento nacional, o problema da moradia emergiu como aspecto crucial das condições de vida do operariado, pois absorvia porcentagem significativa dos salários e influía no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores. (BONDUKI, 2011, p. 73)

A principal medida tomada em relação à referida crise é a alteração profunda na relação entre inquilino e locatário. Os instrumentos para esta transformação ficaram conhecidos como Lei do Inquilinato, com grandes repercussões na questão habitacional brasileira, em especial a que permitiu o congelamento dos aluguéis.

Ao mesmo tempo, a Lei do Inquilinato permitia ao proprietário alguns instrumentos para que o mesmo pudesse retomar o imóvel, como no caso de retornar a casa para própria moradia ou se fosse construir uma obra de maior vulto no local. Diante disto, a retomada da habitação causava um grande impacto na vida dos inquilinos despejados, significando que ele teria que ir morar em outro local, onde iria pagar um aluguel agora a um alto preço.

Como a produção rentista de moradias diminuiu significativamente neste período, visto que deixou de ser um negócio lucrativo como tinha sido até então, o aumento do número de casas não acompanhou o crescimento da população das cidades, mesmo com a produção de moradias efetivadas pelos IAPs⁹ e Fundação da Casa Popular, os primeiros responsáveis pela produção estatal de moradia. De todo modo, a produção feita por tais órgãos não estava interligada em uma política pública que atendesse aos moradores despejados e a população pobre.

Dentro deste contexto, coube ao trabalhador despejado de sua casa de aluguel, ou removido de cortiços e casas que dava lugares a avenidas, solucionar a sua questão habitacional. A casa própria, antes restrita a uma pequena parcela da população, passou a se tornar objeto de desejo de todo trabalhador, como única forma de segurança para a família, levando os trabalhadores a fazer todos os sacrifícios necessários para conseguir ser proprietário de sua casa.

No plano ideológico, a classe dominante dava início à produção e difusão de ideias visando firmar a crença de que só a casa própria dava segurança

⁹ Instituto de Aposentadoria e Pensão, destinadas a conceder aos trabalhadores os benefícios de aposentadoria e pensões, cuja receita advinda das empresas e associados deveria ser aplicada em investimentos que garantissem o incremento do fundo. (FERRARI, 2013, p. 138)

econômica e social, representando uma espécie de seguro face às incertezas do futuro (VILLAÇA, 1986, p. 23).

Como o Estado não pensava na conquista da casa própria viabilizando o aumento de salários buscou-se através da doutrinação e educação despertar no próprio trabalhador a gana de obter a casa própria unifamiliar, a chamada “ideologia da casa própria”. Neste contexto, a única forma possível foi a ocupação das periferias, onde surge o trinômio **casa própria, loteamento periférico e autoconstrução**.

Convenientemente doutrinando, poupando o que ganha e lutando tenazmente para superar as dificuldades, o trabalhador acabaria por trocar o cortiço pela casa própria. O problema não era situado, portanto, no âmbito do nível salarial dos trabalhadores, e sim no de uma mudança de mentalidade – tratava-se de despertar a vontade do trabalhador e convencê-lo de que era possível mudar de vida. (BONDUKI, 2011, p. 87)

A casa própria unifamiliar autoconstruída foi conciliatória da resolução da crise habitacional e da manutenção de valores burgueses representados pela propriedade privada e o acúmulo de capital mediante achatamento dos salários. Assim era possível preservar tanto os interesses conservadores como apaziguar a população de baixa renda.

Novamente o trabalhador pobre acabou enfrentando remoções forçadas de sua habitação alugada, recorrendo à periferia em busca do sonho da casa própria, alimentando a expectativa de que ninguém mais o despejaria. Apesar de contar agora com um pequeno apoio do Estado, algo que não possuía até então, mais uma vez foi a própria população que ficou encarregada de resolver o seu problema. A cidade continuou traçando seu caminho rumo a uma segregação espacial profunda, configurando lugares específicos para as diversas classes e interesses, limitando o direito de todos os moradores à cidade.

♦♦♦

Com o golpe militar em 1964, pela primeira vez no Brasil é implantada uma política habitacional de caráter e impacto nacional. Como mecanismo de conter a população pobre, atendendo parte de suas reivindicações, quanto como meio de aplacar questionamentos referentes à ditadura, acreditando que um proprietário de casa própria tenderia a ser um conservador e apoiador do regime, foi criado o órgão

responsável pela implantação e execução desta política: o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado no mesmo ano.

Porém, a casa própria produzida pelo BNH - antes de tudo, um banco - era uma habitação financiada, e não subsidiada. Portanto, a população trabalhadora informal, moradores de favelas e trabalhadores rurais recém-chegados aos centros urbanos dificilmente poderiam se enquadrar nos critérios necessários para arcar com as despesas e as exigências de um financiamento. Desta forma, esta parcela da população continuou a sofrer com ações de remoção, sem que tivessem alternativas efetivas para solucionar seu problema habitacional.

(...) apesar da abordagem negativa em relação às invasões estar presente em toda a história do Brasil, foi somente neste período que o governo agrupou centralidade, força e recursos para implantar um programa de erradicação de favelas em larga escala. (NOCE, 2008, p. 40)

Um regime autoritário não abriu brechas para o incentivo à participação popular em sua política habitacional, de forma que tomou ações de remoção de favelas e outras formas de assentamentos irregulares de forma repreensiva. O caso da Favela Praia do Pinto, ocorrido em 1969, ilustra como era o tratamento dado a esta população. Ela era localizada no bairro Leblon, de classe média alta no Rio de Janeiro.

A Favela Praia do Pinto possuía algo em torno de 7000 moradores quando estes foram notificados da remoção para um conjunto habitacional. Por iniciativa própria, a comunidade decidiu resistir às tentativas de desocupação dos imóveis feitas pelo Estado, até que um incêndio de origem nunca esclarecida destruiu totalmente a favela. (...) Além disso, líderes da resistência à remoção desapareceram misteriosamente. Poucos meses depois, foi construído o conjunto de torres de apartamentos no local, com financiamento subsidiado pelo governo. (NOCE, 2008, p. 41)

É possível verificar que a efetiva resolução da questão habitacional, com uma análise profunda de suas causas sociais, não foi o foco das ações do BNH. Sua criação veio mais como um instrumento de legitimação do regime e, primordialmente, um meio de enfrentar a recessão econômica da época através do fomento à construção civil, geradora de empregos para mão de obra não qualificada, amortecendo a crise econômica (VERÁS e BONDUKI, 1986, p. 47).

A atuação do BNH em Curitiba e RMC foi através de seus órgãos executores de âmbito local, a COHAB-CT¹⁰ e a COHAPAR¹¹, fundadas em 1965. Como fica claro na Política Municipal de Habitação de Curitiba, de 1964 (apud DE ALBUQUERQUE, 2007, p. 71), o objetivo dos conjuntos produzidos pelo poder público era “eliminação de favelas, mocambos e outros aglomerados em condições sub-humanas de habitação”.

Porém, a exigência do pagamento de prestações para ter acesso às unidades do BNH acima da capacidade de endividamento das famílias foi fator decisivo para o não atingimento do objetivo de erradicar as favelas da cidade, apesar da produção habitacional da época ter sido significativa para a equação do déficit de moradias. A distância do centro e dos empregadores, os fatores de ordem social e afetiva dos moradores com seus locais de origem, também contribuíram em menor medida para fomentar este quadro.

Assim, a população efetivamente carente não foi atingida de forma positiva pelos programas habitacionais do BNH, de modo que as famílias alvo de ações de remoções de caráter mais truculento foram desestruturadas e empobrecidas, aumentando o ciclo de miséria (NOCE, 2008, p. 41). O aumento da distância do trabalho e núcleos de emprego, o aumento das despesas da casa com a prestação a ser paga e serviços urbanos, além do desmantelamento das redes sociais¹² e culturais no processo, geraram consequências que levaram ao questionamento de tais práticas, além da pressão dos movimentos sociais por moradia na transição do governo e reabertura política.

A década de 1970, portanto, foi marcada por uma política habitacional que tinha por princípio extinguir as favelas de Curitiba. Neste período conviveram lado a lado - no território da cidade -, intervenções urbanísticas (que mais tarde viriam a se tornar símbolos da ‘cidade modelo’) e ações autoritárias e violentas de remoção das famílias faveladas. (DE ALBUQUERQUE, 2007, p. 78)

♦♦♦

As políticas até então tiveram dificuldade em atingir prioritariamente a população mais pobre. Outro ponto relevante na formação das cidades neste

¹⁰ Companhia de Habitação Popular de Curitiba.

¹¹ Companhia de Habitação do Paraná.

¹² Noce (2008) discute em profundidade a importância das redes sociais e capital social visando o êxito de políticas de reassentamento.

período foi o êxodo rural em todo o país, no Paraná em especial das décadas de 70 e 80 (DICKOW, 1996, p. 36), que promoveu uma reversão demográfica no Brasil, de rural para urbano, chegando a 80% da população vivendo em cidades no final do século XX. Diante de tamanha demanda de novas habitações, a ocupação irregular das terras pode ser considerada intrínseca a esse processo¹³ (MARICATO, 2003, p. 158).

Com o aprofundamento dos problemas sociais e habitacionais das grandes cidades brasileiras, e pela pressão dos movimentos sociais por moradia, que conquistaram espaço com a redemocratização, foi necessário um questionamento das práticas estabelecidas até então, levantadas também por agências multilaterais¹⁴.

Na década de 1980, houve uma mudança nos agentes financiadores de reassentamentos no Brasil; da esfera federal via Sistema Nacional de Financiamento e Banco Nacional de Habitação para a municipalização das políticas habitacionais, financiadas por agências multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o Banco Mundial-BIRD, sobretudo. E, de um modo geral, reconhecidos os fracassos inerentes ao reassentamento, os agentes promotores mudaram os princípios de concepção e aplicação de programas habitacionais com base em reassentamentos. (DE PAULA, 2010, p. 01)

Tais mudanças circundam especialmente sobre o questionamento de que para o reassentamento, voluntário ou involuntário, atingir sucesso, bastaria somente oferecer um novo abrigo, uma nova casa – quando isto ocorria. Assim, passa a ser exigida uma mudança em direção a maior coesão entre as políticas públicas envolvidas no projeto habitacional, buscando uma integração da área de reassentamento com a cidade, participação popular no processo, além do trabalho de pós-ocupação com os moradores, entre outras medidas para dar visibilidade para os aspectos sociais e imateriais do reassentamento.

A partir de todos os questionamentos, portanto, o Estado Brasileiro passa a intervir na forma de urbanização das favelas, a partir de 1974 (CARDOSO, 2007), repensando as ações de remoção. Esta visão mais global da questão habitacional, que evidencia a sua complexidade para além da simples construção de casas,

¹³ Este contexto remete aos quatro entrevistados desta pesquisa – migrantes que se estabeleceram em área de ocupação irregular.

¹⁴ Sendo Michael M. Cernea (2003) um dos grandes críticos desta postura, levantando tais debates e questionamentos às políticas do Banco Mundial.

atravessa a extinção do BNH em 1986, passando por medidas do governo FHC, até a chegada do governo Lula, em 2003.

A busca passa a ser por uma postura que vise mitigar as consequências negativas e fracassos dos reassentamentos e remoções, que muitas vezes não só não atingiram seus objetivos de melhorar a qualidade de vida da população, como promoveram o empobrecimento das mesmas e o agravamento da questão habitacional das cidades.

As perdas e injustiças que não são abrangidas por medidas compensatórias tornam-se nitidamente visíveis através de suas consequências: o empobrecimento da maioria dos reassentados. Existe uma estrutura específica e dramática ligada aos efeitos da pobreza referentes ao deslocamento forçado (CERNEA, 2003, p. 15, tradução livre).

Assim como a extinção do BNH, o advento da Constituição Cidadã, de 1988, gerou um contexto que enfatizou o papel das propostas municipais e estaduais no enfrentamento das políticas habitacionais, abrindo diversas alternativas localizadas e de caráter experimental, fortalecendo a participação popular, mutirões e autogestão. Tais experiências contribuíram para ampliar as formas de se fazer política habitacional e para trazer novos elementos para os programas que se sucederam.

Dentro da nova concepção de políticas urbanas e habitacionais praticadas pelo Estado nos anos noventa, e dentro do quadro de aumento da população em grandes centros urbanos, a figura do reassentamento é chave para que ações de intervenções em assentamentos precários e de políticas integradas intersetoriais (meio ambiente, saneamento, áreas de risco, transporte) tenham sucesso. (NOCE, 2008, p. 50)

Outro marco relevante para a organização das cidades foi a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001 (governo FHC), após treze anos de discussão. A partir do estatuto, a propriedade privada nas cidades, até então intocada, passa por uma relativização em prol do coletivo¹⁵.

Apesar da aparente conquista, diversos mecanismos para fazer valer a legislação acabaram não dando frutos consideráveis até o momento¹⁶. Com todas as

¹⁵ “Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto das Cidades, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam **o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo**, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

¹⁶ “Tanto a Constituição Federal de 1988, em seus capítulos dedicados à política urbana (nº 182 e 183), como o Estatuto da Cidade não resultaram textos de fácil aplicação. A primeira porque os adversários da chamada Reforma Urbana preconizada pelos movimentos sociais conseguiram incluir

intervenções de remoções sofridas pela população pobre, as famílias que investiram na “ideologia da casa própria”, acabaram transformando o que antes era uma ideologia em uma realidade concreta, elevando o patamar de importância da casa própria para a população como saída da insegurança do aluguel e das remoções.

Hoje, a importância da casa própria esta longe de ser ideológica. Corresponde a relações reais. A posse de uma casa não só confere mais *status* como facilita as relações econômicas, abre as portas aos empréstimos e aos crediários e constitui não só uma forma bastante segura de investimento como uma eficaz defesa contra a inflação. É claro que pode ser falsa a ideia de que para se ter segurança social e econômica é necessário ter casa própria, mas o mundo real construído pela burguesia tornou verdadeira essa ideia (VILLAÇA, 1986, p. 24).

Após anos de crescimento das cidades e de inacessibilidade de habitação dentro dos moldes da produção formal, gerou-se um grande déficit habitacional. O Brasil contabilizou em 2012 um déficit habitacional onde as famílias com renda até três salários mínimos totalizam 82,5% da demanda habitacional urbana (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015, p.28). Tal situação culminou na ocupação de áreas onde o mercado e o Estado não podiam construir: as áreas de proteção ambiental.

A valorização da terra nas áreas com infraestrutura, decorrente do crescimento econômico e das atividades de construção, com a retenção de lotes e a consequente dificuldade de acesso, alimenta o círculo vicioso que dificulta a moradia para os mais pobres: sobram para eles a solução dos cortiços, favelas ou loteamentos informais cada vez mais distantes, até que só lhes reste como opção a ocupação de áreas protegidas ambientalmente. Áreas onde, em suma, nem o mercado e nem o Estado podem construir, dando a essa população certa “tranquilidade”, com menos pressão para a expulsão. (FERREIRA, 2012, p. 20)

Mesmo Curitiba, cidade reconhecida internacionalmente como referência em questões urbanísticas¹⁷, adentrou no século XXI carregando problemas semelhantes a outras grandes cidades brasileiras. “Tomada como cidade modelo de planejamento urbano”, Curitiba “está cercada por uma coroa formada de numerosos

na redação alguns detalhes que remeteram à aplicação de alguns instrumentos, como o IPTU progressivo para imóveis não utilizados ou subutilizados, para lei complementar. O segundo porque remeteu à utilização dos instrumentos de reforma urbana à elaboração do Plano Diretor. Isto é, com exceção dos instrumentos de regularização fundiária, os demais, que dizem respeito ao direito à habitação e à cidade, ficam dependentes de formulação contida no Plano Diretor. O que parece ser uma providência lógica e óbvia resultou em um travamento na aplicação das principais conquistas contidas na lei” (MARICATO, 2003, p. 160).

¹⁷ Para o questionamento da visão de Curitiba como cidade-modelo, ver De Albuquerque, 2007.

núcleos de terras invadidas, muitos dos quais estão em áreas de proteção ambiental” (MARICATO, 2003, p. 159).

Com o início do governo Lula, em 2003, a política habitacional ganha uma nova estrutura, cujo marco principal pode ser considerado a criação do Ministério das Cidades. Cardoso (2007) coloca que o momento muito recente dificulta uma análise sobre as características do período, de forma que ainda não é possível traçar um panorama desta fase. Um dos marcos de sua gestão foi a criação do Ministério das Cidades, pensada como uma estrutura onde

Se reuniriam, em um único ministério, as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial, de modo que se criaria, pela primeira vez no país, a possibilidade de planejar e articular a atuação urbana (BONDUKI, 2009, p.120, tradução livre).

Como uma medida que tenta promover uma maior integração de planejamento urbano e crescimento econômico, se insere o programa PAC - Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. O programa possui como objetivo

superar os gargalos de infra-estrutura do país, mediante planejamento estratégico de médio e longo prazos, fortalecimento da regulação e da competitividade, adequação dos instrumentos financeiros às perspectivas de longo prazo, parcerias entre o setor público e o investidor privado e articulação entre os entes federativos. (BRASIL, 2007, p. 03)

Com um objetivo bastante abrangente, visando o fomento da economia através de atuações de grande impacto do governo federal, surgem também medidas que envolvem o âmbito da habitação, em especial dos considerados assentamentos precários localizados em áreas de risco e preservação ambiental nas grandes cidades brasileiras.

As intervenções propostas deverão ter como objetivo precípuo a implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 03)

Dentro do programa nacional de habitação de interesse social (HIS) possui o objetivo de “viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais

de renda familiar mensal de até três salários mínimos em localidades urbanas e rurais.” (CAIXA, 2013). Busca-se através de políticas públicas, atender a esta população que, como já exposto, não possui condições de acessar o mercado imobiliário sem apoio governamental e que compreende a maior parte do déficit habitacional urbano.

Dos PAC habitação, nominados aos que envolvem a regularização fundiária e reassentamento no estado do Paraná, existe quatro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) que possuem a COHAPAR como agente executora: Campo Magro, Piraquara, Colombo e Pinhais. Todos envolvem o reassentamento de famílias localizadas em áreas de preservação de rios essenciais ao abastecimento da RMC, assim como a recuperação ambiental das áreas desocupadas e regularização fundiária das áreas urbanas consolidadas.

Assim, o PAC almeja intervir em áreas onde por anos esteve ausente o poder público, que consentiu com a ocupação de áreas ambientalmente protegidas, levando à população de baixa renda a viver, literalmente, à margem da cidade.

A partir do panorama traçado até então, verifica-se como a segregação urbana pode ser considerada como uma “espacialização de um processo social: o da desigualdade ou, o que vem a ser a mesma coisa, da dominação social” (VILLAÇA, 2012, p. 73).

A visão histórica de intervenções remocionistas demonstra que a forma como se impôs os deslocamentos e a reduzida participação popular ao longo de mais de um século de intervenções do Estado na questão da habitação social, caracterizou o reassentamento como um instrumento muito utilizado para a segregação espacial e consolidação dos interesses de dominação social sobre a organização das cidades.

Apesar de haver um consenso nos estudos mencionados de que as políticas urbanas de remoção e reassentamento não devem fomentar ainda mais a segregação, distanciando as pessoas das áreas plenamente estruturadas e de seus locais de origem, isto ainda acontece¹⁸. Os avanços limitam-se a esfera das

¹⁸ Em análise do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Rufino aborda como os empreendimentos estudados foram majoritariamente implantados em áreas periféricas - que ainda não se encontram plenamente estruturadas - ou em “frentes pioneiras”, isto é, novas áreas urbanizadas. “Apesar de, na realidade atual, as periferias serem territórios muito mais dinâmicos e mais bem equipados, (...) esses espaços ainda carecem de atividades econômicas e, principalmente,

legislações e orientações, que no caso do PAC preconiza que o reassentamento sempre ocorra no local “mais próximo possível”, para manter as relações sociais, de emprego e de equipamentos urbanos e infraestrutura (BRASIL, 2007, p. 05). Porém, em especial pelo alto custo da terra urbanizada, tal medida comumente não se concretiza, sobrepujando o interesse privado em detrimento da coletividade.

De fato, na balança do poder político e econômico, e isso desde o Brasil Colônia, o acesso a terra – rural e urbana – sempre foi controlado pelos segmentos dominantes e dificultado aos grupos sociais mais vulneráveis. Na era do Brasil urbanizado, a questão ainda é central. A retenção de terras vazias e ociosas em áreas com infraestrutura, como parte de dinâmicas de investimentos do setor imobiliário, contrasta com os enormes contingentes populacionais sem alternativas de moradia, empurrados para as periferias (FERREIRA, 2012, p. 27).

Nas primeiras intervenções vemos uma política de “limpeza urbana”, com a expulsão da população pobre dos bairros elitizados e áreas centrais, visando o “embelezamento” destes locais e erradicação das favelas da cidade legalizada. Os especialistas contrapõem tal posicionamento, propondo medidas que visem a sustentabilidade urbana¹⁹ e a necessidade de garantir cidades justas. Porém, assim como na ditadura militar ocorreu em algumas cidades brasileiras, na prática continuam surgindo incêndios em favelas que ocupam locais de grande especulação imobiliária²⁰, assim como a não ocupação dos vazios urbanos com projetos de habitação de interesse social²¹.

Um objetivo um pouco mais recente nos programas habitacionais é o envolvimento da questão ambiental, com a preservação dos rios que formam as redes de abastecimento de água, um foco importante do programa PAC na RMC.

de empregos, pois permanecem sendo caracterizados pelo predomínio do uso habitacional. É essa tendência à monofuncionalidade que tende a ser reforçada com a concentração de empreendimentos do PMCMV” (AMORE, SHIMO e RUFINO, 2015 p. 65).

¹⁹ Conforme definição de Ferreira (2012, p. 32), a sustentabilidade urbana é “a capacidade de equacionar, de antemão, o conjunto dos impactos da urbanização sobre a natureza e seu equilíbrio, ao longo do tempo, de tal forma que as cidades e o meio ambiente continuem a ser usufruídos, com qualidade e sem destruição, pelas próximas gerações. Pensar na condição urbana de hoje é, na prática, pensar na cidade do nosso amanhã.”

²⁰ A conexão entre os incêndios e especulação imobiliária foi estudada por Finazzi (2012). Apesar da instauração de uma CPI dos Incêndios de Favelas de São Paulo, o relatório final limitou-se negar tal relação, contestado por movimentos de moradia.

²¹ Vide exemplo de Villaça (2012, p. 79), onde a possibilidade de construir habitação popular em um bairro “nobre” foi rechaçada pelos moradores do lugar, que pressionaram o poder público para que a área fosse destinada a um parque.

Porém no PAC as intervenções ocorrem de maneira não integrada²², o que acabam gerando uma política fragmentada e com maior dificuldade de atingir o objetivo de recuperação ambiental. As determinantes para a aplicabilidade das legislações e do poder de polícia para coibir ocupações em áreas de preservação também colocam em xeque o real comprometimento do poder público com a sustentabilidade.

Qualquer análise superficial das cidades brasileiras revela essa relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental. Isto não quer dizer que a produção imobiliária privada ou que o Estado, através da produção do ambiente construído, não causem danos ao meio ambiente. São abundantes os exemplos de aterramento de mangues em todo o litoral do país para a construção de condomínios de lazer. Ou poderíamos citar as indefectíveis avenidas de fundo de vale com canalizações de córregos tão ao gosto dos prefeitos municipais e de uma certa engenharia “das empreiteiras” (para ficarmos em apenas dois exemplos relativos à ocupação urbana do solo). (MARICATO, 2003, p. 160)

A visão remocionista, com a população retirada de suas casas mediante despejos forçados, sem qualquer contrapartida para as famílias que não possuíam onde morar, perdurou anos na política urbana brasileira. O “fracasso” da população pobre em obter uma casa própria dentro dos padrões do mercado formal foi visto como fruto somente de sua incapacidade como trabalhador e não da própria definição de cidade e legislações e políticas que promoveram a informalidade como meio de não garantir segurança à população pobre, deixando aberta a possibilidade de intervir em suas vidas quando fosse do interesse do poder dominante.

A desigualdade de poder político, que segundo Villaça (2012, p. 74) é o maior problema brasileiro a ser enfrentado, reflete diretamente na desigualdade no direito a cidade devido à segregação do espaço urbano. Enquanto populações residentes de bairros “nobres” possuem problemas diferentes em seus bairros e usa de seu poder político para fazer valer sua vontade e garantir a resolução e visibilidade de seus problemas, a população mais pobre, com pouco acesso ao poder político, enfrenta dificuldades para garantir direitos básicos como transporte, saneamento e segurança pública.

²² No PAC Pinhais, o rio Atuba faz divisa entre os municípios de Curitiba e Pinhais. O município de Pinhais é responsável pela desocupação e recuperação ambiental de uma margem, sendo a responsabilidade da outra margem do município de Curitiba. Tal atitude gera ações descompassadas e, caso somente um dos municípios cumpra seus objetivos, a recuperação ambiental não será totalmente efetivada.

[O poder político] e seus objetivos não poderiam se concretizar se essa classe [com mais poder] não fosse espacialmente concentrada. Sem a segregação, seria muito enfraquecido o poder de pressão dos mais ricos na sua luta por equipamentos públicos e pela qualidade de vida do seu espaço urbano (VILLAÇA, 2012, p. 81).

Porém, o agravamento dos problemas sociais nas cidades trouxe uma necessidade de alterar o entendimento, ao menos no âmbito teórico, em relação às medidas de remoção. Inicialmente com ofertas de compensação - com habitação ou dinheiro (NOCE, 2008, p. 33) -, e partindo para uma compreensão mais global, foram criadas políticas de pós-ocupação e o atendimento da população removida com unidade habitacional. A inserção do direito à moradia²³ como um dos Direitos Sociais de todo cidadão, a partir da Emenda Constitucional 64 de 2010, institucionaliza no Brasil um entendimento da habitação como direito e sua função social.

Quanto à participação popular nas políticas públicas de habitação e na elaboração e planejamento das mesmas, não são observados avanços consistentes. Apesar de haver demonstrações de que o grau de sucesso das políticas está diretamente ligado ao maior envolvimento da população em todas as etapas dos programas (NOCE, p. 288), esta não costuma se refletir na implantação das políticas.

(...) a realidade é bastante diversa, já que uma crítica comum que se faz às ações do Estado é o caráter muito mais informativo do que participativo naquilo que chama de participação em suas políticas e programas. (NOCE, 2008, p. 228)

Assim, é possível ter um breve panorama das transformações que o deslocamento, remoção e reassentamento de pessoas de maneira compulsória passaram até os dias atuais. Quando se observa o crescimento demográfico, os processos de urbanização e as demandas do “desenvolvimento”, verifica-se que possivelmente medidas que utilizem o reassentamento ainda estejam muito presentes nas cidades (CERNEA, 2003, p. 03). A partir desta reflexão, fica a necessidade de enfrentar com medidas cada vez mais participativas e que considerem os impactos do reassentamento para além das questões materiais

²³ Apesar de já constar no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948.

envolvidas para superar os desafios que permeiam as políticas que envolvem reassentamento involuntário, visando à construção de cidades mais justas.

Trata-se de acreditar que de fato projetos melhores são possíveis. Que o “medo” das enchentes, da poluição, da violência, somente será superado com a reconquista da “cidade” como espaço das relações sociais, de vida e de convívio em conjunto com projetos arquitetônicos e urbanos que lhe permitam ter esse papel (FERREIRA, 2012, p. 189).

2 CIDADE E ALMA

À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo.
Ecléa Bosí²⁴

Quando se pensa em cidade e espaço, surgem considerações a respeito de diversos aspectos que envolvem estes lugares. Questões econômicas, sociais e políticas tomam dimensões concretas na cidade e na vida de seus habitantes, saltando diante de nós uma complexidade de relações que podem ser pensadas por outras áreas para que possam contribuir para pensar a cidade.

Surge assim uma relevância em aprofundar nas significações do espaço, categoria onde se insere a cidade, em busca de elementos que remetam à subjetividade e aos aspectos psicossociais das cidades, como forma de ampliar compreensão da experiência do fenômeno do reassentamento involuntário. Para uma aproximação, demonstra-se necessário um questionamento sobre a forma como o ser humano tem concebido e interagido com o seu espaço, o seu lugar no mundo.

2.1 O ESPAÇO ALMADO

Jung afirma que o tempo e o espaço são dois princípios básicos do ser humano, que vive a sua vida dentro de uma historicidade e em uma concretude material, geográfica, na qual se constitui, a ponto de a razão ter grande dificuldade em abstrair tais categorias de raciocínio.

Verifica-se que o espaço e o tempo são não apenas as certezas mais imediatas e mais primitivas para nós, como são também empiricamente observáveis, porque tudo o que é perceptível acontece como se estivesse no tempo e no espaço. (JUNG, 2000, p. 366)

Portanto, as relações do ser humano com estes aspectos são bastante primordiais e incorporados a nós que muitas vezes não há uma reflexão sobre como criamos vínculo com tais categorias.

²⁴ BOSI, 2012, p. 452.

A forma como hoje o Ocidente pensa o espaço remete ao advento, no século XVII, da revolução científica. Nesta ocasião houve grandes transformações na compreensão e visão do ser humano sobre o mundo físico, configurando um distanciamento deste. Segundo Berque (2011), o paradigma ocidental moderno clássico (POMC) postulou a transformação do cosmo, antes simbólico e permeado de sentido, em um universo objetal.

Vivemos conforme o paradigma ocidental moderno clássico, onde o mundo, antes em relação intrínseca com os sujeitos, virou o mundo físico, passível de estudo pelo método científico, e relevante na medida de sua denominação pelo homem. O mundo assim descoberto é abstraído do sujeito. É constituído por objetos quantificáveis e manipuláveis, dispostos num espaço absoluto (homogêneo, isotrópico e infinito), onde **os lugares são neutros**. É radicalmente estranho ao mundo fenomênico, onde as coisas e os lugares são sempre qualificados pela sua relação com o sujeito. (BERQUE, 2011, p. 189)

Concebe-se assim o espaço *topos*, um lugar neutro e sem relação com o ser humano (BERQUE, 2012, p. 37). Um dos primeiros passos na história do ocidente para a formação do POMC e para a objetificação da realidade se deu na antiga Grécia, por volta do século VI a.C., quando **a mitologia é separada dos fenômenos naturais**, que passam aos poucos a serem estudados pela física (BERQUE, 2009, p. 51). Assim, a separação do mito dos fenômenos da natureza foi como afastar a experiência mítica, que simboliza e explica-se a si mesma e a todas as coisas do mundo, lançando novos sentidos (BORGES, 2003, p. 49).

Com isto, fica destacado que o mundo ocidental e ocidentalizado vem de longa data caminhando em direção à separação entre ser humano e ambiente²⁵, assim como a de retirada de simbolismos dos espaços a sua volta. Ranzi (2014) discorre sobre como esta separação encontra-se em um ápice, pois o Ocidente encontra-se disposto a arcar com grandes riscos²⁶ para conseguir "dominar" a natureza, a morte e as leis físicas, superando todos os limites da humanidade.

Ranzi corrobora com Berque (2011), que afirma que apesar de o termo pós-modernidade ser corrente em nossa sociedade e nos estudos científicos, dentro da perspectiva da relação do ser humano com o ambiente continuamos a viver dentro

²⁵ Ambiente como espaço total, sendo que este "compreende os fragmentos territoriais em todas as suas camadas e dimensões" (TASSARA, RABINOVICH e GOUBERT, 2004, p. 332).

²⁶ Segundo Ranzi (2014, p. 120), apesar de risco ser um conceito amplo e poder ser interpretado como inerente a todas as sociedades em diferentes momentos da história, "no século XX pôde-se evidenciar uma produção de riscos que desafia o âmbito pessoal, grupal, nacional e a noção de classes".

do POMC, que mesmo questionado permanece vigorando. Porém, a necessidade da superação é urgente, para a construção de uma nova forma de pensamento, não dual, que integre o que foi separado. O caminho que o ocidente traçou

não terá sido senão o reverso da individuação do sujeito moderno; e este nasceu de um triplo afastamento: perante as coisas (pelo dualismo), perante outrem (pelo individualismo) e perante o seu próprio corpo, doravante tratado pela ciência e pela medicina nos mesmos termos que o mundo objectivo. (BERQUE, 2011, p. 190).

Uma das áreas que se debruçaram para a superação do POMC e na compreensão as relações entre o ser humano e o espaço é a filosofia da paisagem. Ela surge destinada a questionar e buscar compreender tal através do conceito de paisagem - o elemento que une o espaço físico com o olhar humano.

Durante os séculos a relação do ser humano com o espaço foi se modificando. Nesta transição nasce a paisagem. Ela, ao mesmo tempo em que possui uma existência física que em si não necessita do humano – visto que é um espaço físico - possui a presença do espírito humano compõe a paisagem, que a nomeia, situando-a numa história e cultura (BERQUE, 2009, p. 84). A paisagem é um espaço fronteiro, onde as relações do ser humano com o espaço constituem um ao outro.

Augustine Berque, um dos expoentes desta linha de pensamento, nos traz a necessidade de resgatar um termo utilizado por Platão em Timeu que faz referência ao espaço e que resgata o seu simbolismo. *Chôra* é, a princípio, o campo que alimenta a cidade, nutre-a, e apesar de não ser o centro desta, é essencial à sobrevivência dela. Ao contrário do *topos*, a relação que a *chôra* possui com a cidade e seus habitantes é simbólica e essencial (BERQUE, 2012, p. 37).

Portanto a matriz nutridora possui uma vinculação com o ser humano essencial, fazendo parte deste (matriz) e de sua sobrevivência (nutridora). Com o resgate do conceito de *chôra*, Berque (2012) evidencia a simplicidade e superficialidade do pensamento moderno europeu diante da questão do espaço, baseada somente no *topos*. O espaço enquanto matriz, simbolismo, vivo e interligado ao sujeito, acabou por virar somente um objeto. A proposta, portanto, é resgatar o conceito de *chôra*, juntamente com sua complexidade e seu papel ao mesmo tempo central e coadjuvante, de volta para o debate da compreensão do ser humano e espaço.

Outra concepção de espaço como um lugar simbólico e mítico envolve as relações estabelecidas entre os povos indígenas e seu ambiente, que carregavam as características de ser tanto simbólicas quanto ecológicas, formando um todo orgânico com o meio, onde “cada ser e cada lugar são animados por uma medida comum, a do mundo ambiente, que os impregna profundamente de sentido” (BERQUE, 2011, p. 189). O conceito de *tekohá* dos indígenas de etnia guarani-*kaiová* demonstra tal conexão, pois contempla um espaço que agregue as diversas características físicas, sociais e espirituais que permite o estabelecimento do modo de viver guarani. (DE ALMEIDA e MURA, 2003)

Um dos grandes interesses de Carl Gustav Jung, fundador da psicologia analítica no início do século XX, foi no estudo da psicologia dos povos indígenas - os quais na época do surgimento da antropologia eram denominados “primitivos”²⁷. Jung teve vivências com os índios Pueblo no Novo México e com os Elgony, em Uganda²⁸. Entre seus objetivos principais estava compreender como era o funcionamento psíquico de povos com culturas tão diferentes da cultura ocidental europeia e judaico-cristã, imersa no paradigma ocidental moderno clássico.

Jung tinha uma relação de respeito e valorização dos povos indígenas, visto que seu interesse pelos aspectos inconscientes e emocionais (apresentados em oposição aos processos conscientes e racionais) do ser humano encontrou grande respaldo na cultura destes povos.

Aquilo a que os psicólogos chamam identidade psíquica, ou “participação mística”, foi afastado do nosso mundo objetivo. Mas é exatamente este halo de associações inconscientes que dá ao mundo primitivo aspecto tão colorido e fantástico; a tal ponto perdemos contato com ele que se o encontramos nem o reconhecemos. Conosco, estes fenômenos situam-se abaixo do limite da consciência e quando, ocasionalmente, reaparecem insistimos em dizer que algo de errado está ocorrendo (JUNG, 1994, p. 45).

Muitos destes não mantinham uma relação intra e interpessoal centrada na “razão”, conseguindo conviver com aspectos autônomos na sua visão de mundo sem apresentar o medo supersticioso do desconhecido que acometia os europeus do século XX. Ou seja, enquanto o esforço do movimento Iluminista era de acabar

²⁷ O termo primitivo foi adotado por Jung assim como por outros cientistas da época, sendo amplamente utilizado nos primeiros estudos antropológicos, que ainda carregavam uma visão eurocêntrica na qual o europeu seria o “civilizado”, em contraponto com povos com grande distanciamento de seu modo de vida, nominados então de “primitivos”.

²⁸ Relatos mais detalhados destas experiências em Jung, 2005.

com toda a "escuridão" na Terra - desbravar os mistérios, controlar a natureza, fomentar a previsibilidade da realidade através da elucidação de "leis universais" - tais povos primitivos cultivavam o respeito ao misterioso²⁹.

De acordo com Jung, a psique destes povos possuía um funcionamento exteriorizado, isto é: entre o meio ao seu redor e eles não havia distinções e limites claros. Jung denominou esta condição de participação mística, onde há uma inseparabilidade do ser humano do seu meio, de sua psique do mundo material e "objetivo" (JUNG, 1994, p. 24).

[Participação mística é um] termo tirado da obra do antropólogo Lévy-Brühl. [Jung] Usava-o para se referir a uma forma de relacionamento com um objeto (significando "coisa") em que o sujeito não pode distinguir-se da coisa. Apoia-se na noção, que pode prevalecer numa cultura, de que a pessoa / tribo e a coisa (...) já estão ligados. Quando se entra no estado de *participation mystique*, essa ligação ganha vida. (SAMUELS, A., SHORTER, B. & PLAUT, F., 2013)

A ligação foi compreendida primeiramente, dentro da psicologia analítica, como uma projeção dos conteúdos psíquicos lançados pelos povos tradicionais no meio e no desconhecido. Desta forma, interagir com o ambiente que o rodeava era agir sobre sua própria psique, pois assim como a sua mente era o todo, o todo também era sua mente (GAMBINI, 1988, p. 54).

A partir disto, Jung desenvolve diversos estudos sobre o fenômeno da projeção. Dentro desta perspectiva, "a projeção é um mecanismo intrínseco da psique humana e que simplesmente a deparamos" (GAMBINI, 2000, p. 29). Portanto, não é em si patológico nem negativo; ao contrário, é um fenômeno a princípio natural da psique e a principal forma desta estabelecer relações com o mundo externo ao sujeito.

Dentro de diversas interpretações possíveis de tal concepção, por um ponto de vista, a participação mística é encarada como um momento primeiro, comparável à psique infantil, na qual somente aos poucos irá se estabelecendo os limites entre o eu e o outro³⁰. Assim, parte do princípio de que esta forma de compreensão seria

²⁹ Abrange o termo "mistério" todo princípio que resiste ao domínio e entendimento da razão. Dentre estes princípios está o inconsciente que o foco primordial de Jung, como instância psíquica autônoma que convive com outra instância mais relacionada à razão, volição: a consciência.

³⁰ Outra concepção que se assemelha a participação mística é a de consciência matriarcal, descrita por Neumann (1979, p. 55). Define-se como consciência matriarcal "a situação original urobórica", isto é, de unidade indiferenciada entre consciente e inconsciente, que posteriormente, ao longo do desenvolvimento psíquico, se separam, quando se denomina então "consciência patriarcal", sendo esta "o centro da moderna consciência Ocidental". A preferência pelo termo participação mística se

ilusória, associada ao “primitivismo”, irracional e infantil – portanto, inferior. Acreditava-se, assim, que somente através do autoconhecimento é que passaria a ser possível ao sujeito delimitar quais, entre as suas percepções do mundo externo, seriam conteúdos pessoais projetados no meio e quais parecem ter também uma ligação com o meio objetivo.

Em outro extremo, no entanto, pode-se entender que a reflexão sobre as projeções, em longo prazo, apresenta um efeito similar na psique. Ou seja, tanto na participação mística quando na retirada de projeções o que se encontra como fenômeno é uma visão de mundo que não consegue diferenciar com precisão o que seria “externo” e “interno”. Neste sentido o termo da “participação mística” é usado como uma ligação entre o interno e externo sem a presença da dúvida³¹.

Em resumo, existe na reflexão sobre projeções a concepção de dois mundos distintos: o eu e o outro. Sendo que a relação entre eles é que permite ao indivíduo reconhecer-se a si próprio, através do recolhimento de suas projeções e do trabalho de autoconhecimento em cima de tais conteúdos. Tal processo, teoricamente, nunca se encerra e a avaliação sobre o que é exatamente meu e do outro nunca se dá de forma definitiva. Paradoxalmente a dúvida seria o método mais estável de se relacionar com as dicotomias “eu e outro”, “real e fantasia”, pois assim se estaria, quando em dúvida, mais ou menos perdido entre tais oposições - o que representaria a benção e a maldição da psique humana³².

A reflexão anterior de Berque sobre a paisagem e a relação entre o ser humano e seu meio parece apontar para algo que vem ao encontro, complementarmente, à fala de Jung sobre os “povos primitivos” e aos questionamentos do paradigma da projeção como via de mão única. Apesar de o ser humano do século XXI, nascido

deve ao fato do mesmo ter sido o utilizado por Jung e pela ligação direta com a psique dos povos “primitivos”, o que se quer trabalhar. Apesar de remeter ainda a uma visão eurocêntrica de relação de consciente/inconsciente, o termo participação mística também permite agregar sua visão anímica e almadada de mundo, fator relevante para este trabalho.

³¹ A importância da dúvida para a identificação das fases de uma projeção faz com que tenhamos que colocar em suspenso a avaliação sobre a participação mística dos povos tradicionais. Tal fase inicial de projeção só seria acurada se tais povos não ostentassem dúvidas quanto as suas trocas de informação com o meio. Tal revisão também deve ser feita para a projeção dos europeus em suas visões de mundo. A busca por uma realidade estável e racional colocou muitas vezes os ocidentais como detentores de uma visão de mundo sem dúvidas - logo em uma participação mística com o meio, tendo como base o princípio da racionalidade da natureza.

³² A benção estaria relacionada à angústia gerada por esta indefinição, a qual pode ser sentida como um motor que dá força e direção para a vida humana: lidar com a dúvida e tentar se relacionar com ela. A maldição seria a faceta mais dolorida de tal dúvida, que impede a previsão perfeita do mundo e não nos permite prevenir os aspectos negativos que se pode vir a encontrar.

dentro do paradigma ocidental moderno clássico, acreditar que existe um sujeito e um mundo objetual bem delimitados, isto não parece fornecer todas as respostas para a compreensão do ser humano e das questões que o angustiam no mundo em que vivemos.

Portanto, não somente os povos indígenas, mas **o homem moderno parece ter também o seu funcionamento psíquico exteriorizado**. Ao tratar o mundo externo ao corpo como objeto, sem uma relação entre seres que possam trocar e compartilhar, em um caminho de vai e vem entre a objetividade e a subjetividade – na transsubjetividade, o próprio ser humano começa a se adentrar em uma crise que coloca a si próprio em risco (RANZI, 2012, p. 181). Neste aspecto, temos muito que aprender com as sociedades tradicionais sobre como habitar neste mundo de um modo que privilegie o retorno do simbolismo aos espaços. Afinal, como *homo*³³, seres da terra, não podemos habitar, ser, individuar-nos, se não for neste mundo e em consonância com ele.

Transsubjetividade, na obra de Jung, remete prioritariamente à contraposição da concepção de psique como estritamente pessoal, para associar esta à psique objetiva, ou inconsciente coletivo³⁴, ligada aos arquétipos. Adams (2002, p. 115) defende que ele também utiliza a transsubjetividade para remeter aos aspectos autônomos de nossa psique, sobre o qual não controlamos.

Entre as vertentes pós-junguianas, encontramos a psicologia arquetípica, escola de pensamento fundada por James Hillman, cujas contribuições caminham em direção à superação dos dualismos que foram discutidos até então, defendendo ainda mais autonomia para as imagens psíquicas, mitos e símbolos - o nosso "*mundus imaginalis*"³⁵ - considerando a transsubjetividade como essencial para a superação da subjetividade excessiva e da valorização da imagem como transcendente ao sujeito (ADAMS, 2002, p. 115).

³³ "Do Latim HUMANUS, 'relativo ao homem', derivado de HOMO, 'homem', relacionado a HUMUS, 'terra', pela noção de 'seres da Terra', em oposição aos seres divinos (<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/homem/>).

³⁴ Como na definição de *coniunctio* como uma "união transsubjetiva de figuras arquetípicas, uma relação cuja meta é a conclusão da individuação" (JUNG, 1998, p. 209).

³⁵ "A imaginação ativa dá acesso ao intermundo, que é designado, por Corbin, como *mundus imaginalis*, valendo-se do latim para traduzir a expressão árabe *âlam al-mithâl*, ou, em francês, como *monde imaginal*. De acordo com essa concepção, exposta pelo Ibn Arabî, haveria um mundo intermediário – das Ideias-imagens, das Figuras-arquétipos, dos corpos sutis, da 'matéria imaterial' – situado entre o universo apreensível pela pura percepção intelectual (o universo das inteligências querúbicas) e o universo perceptível pelos sentidos" (MELLO, 2011, p. 08).

Hillman então leva a superação da perspectiva estritamente subjetiva para lugares muitas vezes inexplorados. Uma de suas propostas mais ousadas é a de devolver a alma, hoje confinada no ser humano, ao mundo, tal como os povos dito “primitivos”, pois “(...) a psique inclui o mundo - há alma em todas as coisas. Cada coisa de nossa vida urbana construída tem uma importância psicológica” (HILLMAN, 1993, p. 09).

A palavra alma, apesar de não bem quista nos meios acadêmicos, carrega em si valores que nunca conseguem ser extirpados quando se fala da complexidade, fazendo com que ela sempre retorne ao nosso mundo. A psicologia arquetípica, porém, não usa a palavra alma da maneira costumeira, como uma substância, mas sim como uma **perspectiva reflexiva**, algo que faz o papel mediador entre os eventos e nós, este “chão intermediário” entre a subjetividade e objetividade, no qual pretendemos trabalhar (HILLMAN, 2010, p. 27).

Retornando sobre a importância de devolver a alma ao mundo, Hillman (1993) coloca que ao longo do tempo a sociedade ocidental foi dicotomizando os espaços entre “urbano” e “natural”. Como a psicologia está ligada ao urbano pela sua origem, a tendência foi relacionar à cidade a responsabilidade pelas doenças psíquicas, apontando como espaços “almados” os ambientes com menos intervenção humana – o que se chama costumeiramente como “natureza”. Porém, tal perspectiva “tirou o nosso coração da cidade”, resultando em “cidades sem alma e almas sem cidade” (HILLMAN, 1993, p. 38).

Assim, a proposta de Hillman é ressaltar a ligação existente entre alma e cidade, para que a cidade permita experiências da alma através de espaços que contemplem a necessidade da alma de reflexão, interiorização, memória e história das experiências emocionais que ali foram vividas; que a cidade tenha lugares de encontros, do público, de trocas de olhares, de culto e cultura, promovendo o afloramento de imagens. Os cantos escuros e soturnos também são importantes, lugares que não vão somente de encontro aos céus – através da verticalização das construções³⁶ - mas também da profundidade, de intimidade e privacidade.

Uma cidade que negligencia o bem-estar da alma faz com que a alma busque seu bem-estar de forma degradante e concreta, nas sombras desses mesmos reluzentes arranha-céus. Bem-estar, um fenômeno

³⁶ Verticalização que encontramos não somente nos arranha-céus, como também em projetos de habitação de interesse social.

específico das cidades, não é apenas um problema econômico e social, mas predominantemente um problema psicológico. A alma que não for cuidada – quer seja na vida pessoal, quer na vida da comunidade – torna-se uma criança raivosa (HILLMAN, 1993, p. 42).

A alma, portanto, está em todas as coisas, assim como concebiam os ditos “primitivos”. Apesar de seu fundador, Jung, trabalhar nesta mesma perspectiva, com o passar dos anos, Hillman defende que a psicologia contribuiu para a retirada da alma do mundo, seguindo o paradigma moderno. O mundo “... permanecia exterior, material e ameaçador, simplesmente como uma tela de fundo, dentro e em volta, na qual a subjetividade manifestava-se” (HILLMAN, 1993, p. 11).

A alma com que o médico lida não se preocupa com a limitação de saber deste, mas exprime suas manifestações de vida, reagindo a influência de todas as áreas da experiência humana. Sua natureza não se revela apenas na esfera pessoal, na dos instintos ou na esfera social, mas nos fenômenos do mundo de um modo geral; em outras palavras, **se quisermos compreender o que significa “alma” devemos incluir o mundo** (JUNG, 2000, p. 69).

Para Hillman (1993), cada objeto do mundo passa a ser um sujeito - tal como na concepção dos povos primitivos, animistas, segundo a visão ocidental - superando as interpretações subjetivistas às quais muitas vezes recorremos quando pensamos que somente a partir de nós, humanos, cabe uma interpretação de um fato. As alterações na psique humana ressoam na alma do mundo, assim como o contrário. A profundidade que busca a psicologia arquetípica não está, portanto, somente dentro, no ser humano, mas na ampliação da concepção de realidade psíquica.

Este novo mundo, agora palpável, vivo, devidamente restabelecido de seu lugar alado, é chamado *anima mundi*. Uma perspectiva que encontra retorno em noções platônicas do florentino Marsilio Ficino, que deram uma visão diferente deste mundo cindido com o qual lidamos hoje.

O mundo se revela em formatos, cores, atmosferas, texturas - uma exposição de formas que se auto-apresentam. Todas as coisas exibem rostos, o mundo não é apenas uma assinatura codificada para ser decifrada em busca do significado, mas uma fisionomia para ser encarada. (HILLMAN, 1993. p. 15)

Os discursos não racionais tornam-se, nesta concepção ampliada da alma humana, informações privilegiadas de nossas visões de mundo. Assim os mitos, por exemplo, crescem em importância, pois "a linguagem primária e irreduzível desses padrões arquetípicos é o discurso metafórico dos mitos." (HILLMAN, 1995, p. 23). Portanto, a psicologia arquetípica volta-se para o estudo dos aspectos culturais, míticos, rituais, como forma de acesso a estes padrões que se manifestam através de **imagens** e da imaginação. A realidade arquetípica, portanto, segue dois lances:

- (a) que a natureza fundamental do arquétipo é acessível primeiro à imaginação e apresenta-se primeiramente como imagem, de tal modo que
- (b) todo o procedimento da psicologia arquetípica como um método é imaginativo (HILLMAN, 1995, p. 24).

Assim, é reforçado o reconhecimento que Jung dá à imagem, cuja importância é primordial por ser um conteúdo que conota, faz alusão, em detrimento a uma linguagem mais racional que tenta literalizar³⁷ um conteúdo. Dentro deste pensamento, um dos papéis da psicologia é o de psicologizar, isto é, enxergar através ou dentro das coisas, examinando "nossas próprias ideias em termos arquetípicos" (HILLMAN, 2010, p. 254).

Aprofundando e intensificando as experiências, desliteralizando as interpretações e caminhando em direção da aceitação da realidade de que as experiências não se submetem a uma dependência do ego, remete ao conceito de tratar as imagens como símbolos: múltiplos de sentidos, elo entre opostos e inapreensíveis em sua totalidade. Assim, o controle sobre os fatos, as certezas e memórias precisas caem por terra, adentrando no terreno da fantasia (HILLMAN, 2010, p. 31).

Apesar de esta incerteza ser com frequência mal quista na sociedade hodierna, ela é que traz vida, movimento, variedade de interpretações. O paradigma ocidental moderno clássico, que possui o dualismo e a transformação do mundo em objeto em seus pressupostos, "mata" a alma, ficando certezas, extirpando dúvidas, massificando entendimentos. Assim, a "perda da alma" é uma constante na sociedade ocidental, e devolver a alma ao mundo é a missão da psicologia arquetípica.

³⁷ O termo é usado para se referir ao esforço para encontrar "o significado" de um conceito. O que se atinge com tal empreitada, no entanto, é somente a simplificação forçada de um conceito a apenas um significado.

Assim como Freud e Jung tentaram descobrir o 'erro' fundamental da cultura ocidental de maneira a resolver a miséria do homem encapsulado no declínio do Ocidente, a psicologia arquetípica especifica esse erro como uma perda da alma, perda que ela depois identificará com a perda das imagens e do sentido do imaginário. A consequência foi uma intensificação da subjetividade (Durand 1975), que aparece tanto dentro de um egocentrismo fechado como na hiperatividade, ou fanatismo pela vida, da consciência ocidental (isto é, setentrional) a qual perdeu sua relação com a morte e com o mundo das trevas. (HILLMAN, 1995, p. 48)

Trazendo tais questionamentos acerca do espaço e da relação do sujeito com a paisagem, como matriz constituinte do ser humano, como *chôra*, como *anima mundi*, verifica-se como a psicologia pode contribuir para o entendimento das relações que o ser humano estabelece com seus espaços.

De Andrade (2013), em seu estudo sobre a casa na cidade dentro da perspectiva da psicologia analítica, faz um resgate do habitar desde o que denomina de princípio: o ser humano, antes de tudo, habita o seu próprio corpo, para a partir dele habitar o próprio mundo. Deste modo, dentro da perspectiva da psicologia arquetípica de Hillman, falar de psique³⁸ é falar de cidade e de mundo e a forma como o ser humano está neste espaço e o habita adquire nuances transubjetivas, pois está em relação.

Foi preciso algumas décadas para que a terapia aprendesse que o corpo é psique, que aquilo que o corpo faz, o modo como se move, aquilo que ele percebe é psique. Mais recentemente, a terapia está aprendendo que a psique existe inteiramente em sistemas de relações. Ela não é um radical livre, uma mônada, não é auto-determinada. **O próximo passo é reconhecer que a cidade, onde o corpo vive e se move, e onde a teia das relações é tecida, também é psique.** (HILLMAN & VENTURA, 1995)

Habitando o mundo, o ser humano cria relações; destas relações, nascem raízes que vão conectando os espaços e os sujeitos. O questionamento final que esta perspectiva nos traz, é o de que possamos ser considerados, além de históricos, também seres “geográficos”. Para ser, afinal, é necessário de um tempo, mas também de um espaço onde as raízes se estabelecem.

³⁸ Usada aqui como sinônimo de alma.

Cabe, neste momento, um questionamento não muito presente nos estudos da psicologia: por que estamos tão impregnados e priorizamos a história de vida de um indivíduo, mas pouco nos questionamos sobre sua geografia? (DE ANDRADE, 2013, p. 29)

Para compreender a vinculação da pessoa com o seu espaço, fica destacada a metáfora do enraizamento como uma medida que contempla a dimensão geográfica do ser humano, ao mesmo tempo em que remete a seu tempo histórico e aos diversos aspectos da teia de relações entre sujeito e o espaço.

Na psicologia analítica encontramos pontos a partir dos quais podemos pensar o fenômeno do enraizamento. Jung, afirma que se desenraizar seria “equivale à negação consciente dos instintos”, que leva o ser humano a estados de desorientação e falta de sentido da existência (JUNG, 2000, p. 367). Assim, quando negamos o mundo psíquico em favor de demandas que estão em desacordo com conteúdos essenciais de cada indivíduo, dá-se o que ele nominou como desenraizamento.

Hillman, trilhando caminho semelhante, fala sobre a importância das “raízes metafóricas” para a alma, apontando novamente para a ligação que deve ser mantida com os elementos arquetípicos e suas imagens.

[As raízes metafóricas] fornecem os padrões de nosso pensamento, assim como de nosso sentimento e de nossas ações. Elas dão a todas as nossas funções psíquicas – pensamento, sentimento, percepção, memória – sua vida imaginal, sua coerência interna, sua força, sua necessidade, sua inteligibilidade última. (HILLMAN, 2010, p. 256)

A partir da visão de Jung e Hillman sobre o mundo alado e o enraizamento, podemos pensar que os processos psíquicos ligados à profundidade também podem ser vivenciados e cultivados na cidade, a partir concepção do mundo como o “vale do cultivo da alma”³⁹. No espaço-*chôra*, aprofundamos raízes; a partir da vinculação vital que temos como sujeitos de um tempo e espaço, toda modificação de tais elementos acaba por alterar também a nós mesmos.

Ainda sobre o enraizamento, encontramos na concepção de Simone Weil (2001), mais elementos que evidenciam a importância do enraizamento para a constituição do ser humano.

³⁹ Segundo Hillman, a expressão é parafraseada dos poetas William Blake e John Keats (1995, p. 54).

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente (WEIL, 2001, p. 43).

Com base em Weil, Bosi (2012) e Tassara e Rabinovich (2001) encontraram em seus respectivos estudos o fenômeno do enraizamento na relação do ser humano com o espaço. Novamente, ficam evidenciadas diversas tentativas de transitar na transsubjetividade, no qual podemos pensar as raízes como os elementos que ligam o que nominamos de mundo externo à subjetividade.

O enraizamento e o apego parecem ser, então, funções das formas de relação entre a delimitação de fronteiras entre espaços públicos e privados, entre o aqui e o ali, entre o mim e o não-mim - e as redes de sociabilidade que os interconectam. As diferenciações que as formas de ocupação determinam sobre as diferentes apropriações do território mostraram a formação de redes ligadas ao "pedaço", à casa ou ao bairro, exteriorizando específicas relações entre forças internas e externas na configuração de relações psicossociais estabelecidas com o território. (TASSARA e RABINOVICH, 2001, p. 264)

Uma das conclusões de Bosi (2012, p. 443), é de que os deslocamentos constantes da vida moderna podem dificultar a certas pessoas o seu enraizamento em um bairro ou comunidade. Quando verificamos a importância simbólica do enraizamento e do espaço, mostra-se que um desenraizamento, quando não devidamente trabalhado, pode gerar um sofrimento psíquico aquele que, deslocado de seu espaço de pertencimento, é privado de sua "participação natural", usando o termo de Weil.

Weil destaca como promotores do desenraizamento as conquistas militares, a dominação econômica e, prioritariamente, o dinheiro (2001, p. 44). Como visto anteriormente sobre a constituição da cidade e a segregação espacial na sociedade brasileira, o dinheiro, simbolizado pelo poderio econômico, constitui um elemento essencial à classe dominante para fazer valer as suas vontades em detrimento das demandas públicas e em especial, da população pobre. Esta acaba por ser desenraizada pela negação de uma participação nas decisões políticas e coletivas, assim como segregadas espacialmente pela atuação do mercado imobiliário.

Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças (BOSI, 2012, p. 443).

Assim, apesar da particularidade das duas formas de entendimento do enraizamento, fica evidenciada a importância das raízes com o espaço nas relações para a constituição do ser humano. Sejam as raízes mais ligadas ao contexto social como nos traz Weil, ou como um processo em direção à profundidade para um contato com a alma, como Jung, a raiz é a metáfora para a ligação do indivíduo com o coletivo, que media a relação com a sociedade, com o mundo, com a história pessoal de cada um e a quebra de barreiras entre os mundos interno e externo.

Podemos lançar nossas raízes pelo mundo a partir de qualquer lugar. Porém, um elemento que ganhou importância significativa na história da constituição do espaço urbano no Brasil, como terra fértil sobre a qual os cidadãos buscam crescimento e condições adequadas para a sua vida: a casa.

2.2 A CASA ALMADA

A casa já não mais pode ser considerada como um simples *topos* a partir da reflexão sobre espaço aqui elaborada. A casa também tem uma alma dentro desta concepção. Diante do fato que o reassentamento involuntário envolve uma mudança de casa, além do espaço vinculado ao bairro e à cidade, é importante refletir sobre os aspectos simbólicos da casa, visto ser um elemento sensivelmente transformado durante o reassentamento. Assim, para aprofundar na compreensão do reassentamento em busca de sua relevância psicológica, considera-se importante investigar sobre a casa como imagem arquetípica, para somar na construção do sentido da experiência do reassentamento juntamente com os elementos trazidos pelos reassentados.

Para iniciar a investigação em busca do simbolismo da casa, buscaremos nos gregos - civilização cujas concepções filosóficas e mitológicas são basais na compreensão da sociedade ocidental - elementos míticos que se relacionem com a

casa, de forma a buscar sentidos para este espaço e sua importância para o ser humano.

Segundo Chalom e Freitas (2006), mitos e contos são “recursos facilitadores da elaboração simbólica. São culturais por constituírem produções disponíveis na cultura, que fazem parte da consciência coletiva e podem auxiliar no processo” (p. 40). Hillman ressalta que os mitos não pertencem ao passado ou a uma era específica, pois o mito está nos sintomas atuais, sendo possível refletir os aspectos psicológicos como fantasias e mitologemas (2013, p. 47).

A mitologia é uma psicologia da Antiguidade. A psicologia é uma mitologia da Modernidade. Os antigos, por assim dizer, não tinham uma psicologia, mas tinham mitos, as narrativas espetaculares sobre os humanos em sua relação com as forças e as imagens mais que humanas. Nós, modernos, não temos uma mitologia, por assim dizer, mas temos sistemas psicológicos, as teorias especulativas sobre os humanos em sua relação com as forças e imagens mais que humanas, hoje chamadas campos, instintos, pulsões, complexos (HILLMAN, 2013, p. 47).

Na mitologia grega encontramos a figura de Héstia, considerada a deusa da *lareira*. A análise etimológica da palavra **lar**, que remete à habitação com uma conotação mais valorativa, tem como significado primeiro a parte da casa onde se acendia o fogo - e que ainda persiste na palavra "lareira" (FELIPPE, 2010, p. 303).

Héstia é a lareira em sentido estritamente religioso ou, mais precisamente, é a personificação da lareira colocada no centro do altar; depois, sucessivamente, da lareira localizada no meio da habitação, da *lareira* da cidade, da *lareira* da Grécia; da *lareira* como fogo central da terra; enfim, da *lareira* do universo. E, embora Homero lhe ignore o nome, Héstia certamente prolonga um culto pré-helênico do lar (BRANDÃO, 2010, p. 291).

A lareira, colocada no centro, promove calor, protegendo e acolhendo aqueles que necessitam de sossego; traz um foco de luz onde há escuridão e cria um clima de confiança. “Héstia é sobretudo a casa, o lar. Lugar de repouso, reabastecimento, intimidade e apropriação da identidade onde se pode dar descanso às máscaras e armaduras” (FREITAS, 2005, p. 134).

Sem Héstia, uma casa é somente uma construção. Com a sua presença, transforma-o em um lugar iluminado e que transmite confiança para que habitemos o espaço psicológico (FREITAS, 2005, p. 137), entrando em contato com a imaginação e fantasias e transformando-as em sentidos para a consciência.

O lar, como lugar onde o ser humano pode estar protegido e acolhido, remete também à origem da palavra casa. A origem do termo e o estudo da palavra nos dicionários de língua portuguesa podem trazer luz às diversas significações da palavra ao longo do tempo, visto que carregam significações que são complementadas, alteradas e transformadas ao longo da história, deixando transparecer a visão de mundo agregada às definições (ALVES, 1997, p. 163).

Casa é uma palavra encontrada já nos primeiros dicionários da língua portuguesa, inicialmente com a grafia *cas*.

A raiz *skad*, forma secundária de *ska*, significa 'cobrir, proteger'. Encontra-se no grego *skia* e no sânscrito *khâjâ* ('sombra'), no grego *ske-nê*, no lituano *shé-tra*. A raiz secundária *skad* é encontrada no sânscrito *k'had* ('cobrir'), no gótico *ska-du-s* ('sombra'), no alemão *schatten*. Observa-se, assim, que a raiz que deu origem a casa significava '**abrigo, lugar protegido**'. (ALVES, 1997, p. 166).

É possível verificar a ligação da casa, desde a sua origem, compreendida por diversas culturas como o local que fornece um teto, um abrigo de intempéries, onde o ser humano pode se proteger e estar à sombra, resguardado de perigos e incômodos que o circundam, distinguindo-se frente a todo o espaço construído.

Com efeito, se considerarmos a antropologia do espaço, percebemos que a habitação humana ocupa, por inúmeras razões, um lugar de destaque, dentre as quais a primeira é incontestavelmente a primordialidade ancestral de seu estatuto. Ao lado da alimentação e do vestuário, a habitação é um dos equipamentos mais antigos da humanidade e sempre foi uma das mais significativas manifestações da cultura (MOREIRA, 2000, p. 83)

Como visto anteriormente, na sociedade brasileira contemporânea a casa continua a possuir uma grande importância. Bosi (2012), em seu trabalho "Memória e Sociedade", expõe como a casa é um local presente constantemente nos relatos de história de vida. A casa materna - não necessariamente a casa em que o sujeito nasceu, mas sim onde houve os primeiros vínculos da infância - pode ser considerada como o centro de referência da criança, de onde o sujeito se lança para o ser e estar na sociedade. "Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções" (p. 435). Héstia também remete a um espaço central – não um centro fixo, mas "aquele que organiza um espaço, redondo, simultaneamente centrífugo e centrípeto, de onde a luz e calor irradiam e todo um campo simbólico pode ser definido" (FREITAS, 2005, p. 136).

Não somente a casa é dotada de afetos, imagens, sentimentos, como também as coisas que compõem o lar, como seus móveis, cantos escondidos, objetos e detalhes que podem sobrevir inclusive a uma mudança da casa, permanecendo anos com a mesma família, objetos biográficos que se incorporam na vida daqueles que os possuem. Assim, a casa e seus objetos ganham significações para além do utilitarismo, criando vínculos e estruturando a relação do sujeito com o seu entorno.

O espaço que encerrou os membros de uma família durante anos comuns há de contar-nos algo do que foram essas pessoas. Porque as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos. (BOSI, 2012, p. 443)

O que um sujeito considera como sua casa pode ir além do teto e de suas paredes, sendo estendida até as ruas, bairro, os locais que, como a casa, carregam a familiaridade e a intimidade, assim como o sentido de abrigo e lugar seguro; que carreguem sua memória e que conectam o passado e o presente. A casa, dentro do contexto apresentado, passa a possuir um papel estruturante para o ser humano, nosso *centro*, como mencionado por Bosi e Freitas. Uma ruptura brusca desta relação pode trazer uma sensação de desamparo, uma perda de referenciais entre o ser humano e a sua origem e local de referência no mundo.

Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver. Para a criança que ainda não se relacionou com o mundo mais amplo, a mudança pode ter um caráter de ruptura e abandono. Tudo o que ela investiu dos primeiros afetos vai ser deixado para trás, vai ser disperso e dividido. Só quando aquele primeiro lar já não existe é que o adulto compreende que ele se situa num contexto que o transcendia, irrecuperável talvez pelo presente. (BOSI, 2012, p. 436)

Dentro da perspectiva de buscar um propósito para a arquitetura, Felipe (2010) contribui com uma reflexão em torno do espaço do habitar focado na referencia primordial representada pela a casa. O habitar, nesta proposta, não é encarado pelo seu aspecto pragmático de ocupar um espaço como residência, mas como uma condição essencial da existência humana, a de ser no mundo.

O habitar surge como a própria condição essencial da existência humana, anterior, portanto, a toda arquitetura: habitar é habitar o mundo, ser no mundo, existir. Circunstância relativa à satisfação das condições

psicofisiológicas do ser humano, de seu ser como indivíduo e parte integrante do grupo social. (p. 301)

As interações entre o ser humano e o seu ambiente são carregadas de influências. O abrigo que a casa representa, portanto, não é uma acepção simples. Sahlins (2003, p. 169), afirma que os seres humanos não produzem habitação ou abrigo, mas sim tipos definidos de morada, que determina seus valores de uso dentro da vida social, assim como a relação recíproca do ser humano com as definições que faz dos objetos em relação a si mesmo. Esta relação de valores é, desta forma, algo intrínseco ao ser humano, que está a todo o momento transformando e sendo transformado pelo mundo ao seu redor.

Para a arquitetura, considerar a concepção de valores agregada a casa é essencial para a produção do espaço. A ausência de um entendimento do sentido do objeto arquitetônico cria espaços que “não reconhecem intenções específicas de projeto, ou pela falta das mesmas, ou pela incoerência patente entre o desejo do arquiteto e o desenho por ele proposto” (FELIPPE, 2010, p. 300).

Sem um propósito estabelecido, sem um sentido entre o espaço construído e seus usuários, a arquitetura deixa de considerar as relações que se dão naquele lugar e experiências da pessoa e do mundo, produzindo espaços vazios de sentido, os quais as pessoas não se apropriam – como uma casa sem Héstia. Dentro desta visão, a arquitetura passa a ser ligada à própria identidade do ser humano, sendo a casa seu símbolo maior, remetendo à totalidade.

Então, dizemos que a casa de habitação é concha protetora, casco, pelo, **terceira pele**: expressão criada pelo artista plástico vienense Hundertwasser que – como resultado de uma consciência que percebe, a partir do homem, uma sucessão progressiva de invólucros que avançam sobre o meio global – definiu as cinco peles humanas: a epiderme, o vestuário, a arquitetura, o meio social e o meio global (Restany, 1998). Assim, concebido como extensão do corpo, o espaço arquitetônico carrega, tal qual o próprio corpo, a **imagem da totalidade**, através da condição natural de microcosmo particular e, porque não dizer, modelo reduzido de nosso Universo. (FELIPPE, 2010, p. 300, grifos da autora)

Na perspectiva do espaço arquitetônico para além da realidade material, começam as indagações a respeito do surgimento da casa, a terceira pele entre nós e o mundo. Não existe uma resposta definitiva sobre como ela teria surgido na

sociedade humana. Segundo Rykwert (2003), o interesse na cabana primitiva⁴⁰, a primeira casa - motivada pela busca dos elementos essenciais da arte da edificação - mobilizou teóricos da arquitetura nos mais diversos locais e períodos históricos (p. 207).

De um modo geral, eram consideradas três dimensões para a origem da casa: a natural, racional e de revelação divina - concepções interpretadas por cada arquiteto de uma forma diferente. Para alguns povos, é comum a construção de cabanas que remetem aos primórdios das edificações em ritos, com conotações complexas e diversas, que

Com frequência, identificam-se com um corpo, seja humano ou sobrenatural e perfeito, e apresentam afinidades com a terra de origem ou com todo o universo. A construção de cabanas primitivas parece particularmente associada a festividades de renovação (Ano Novo, coroação), bem como aos ritos de passagem que marcam a iniciação e o casamento. (RYKWERT, 2003, p. 208)

Assim, apesar de se falar da origem e do primevo, a cabana, para Rykwert, remete a uma preocupação com o futuro. Talvez por isto, afirma o autor, o retorno ao tema se encontra comumente quando existe uma necessidade de renovação arquitetônica. Para a psicologia analítica tal discussão é frutífera por remeter aos sentidos da origem da casa, apontando para relações com o corpo, com a espiritualidade, com a identidade e com as demandas materiais de existir no mundo – aspectos que encontram grande influência na constituição do ser humano e em sua alma.

Indo ao encontro com Rykwert, Felipe resgata as concepções que associam a construção da casa a um ritmo da própria natureza, que seguiria princípios semelhantes aos das colmeias e formigueiros. Porém, existem pensadores que, segundo Felipe, defendem que a primeira cabana

surgiu em um momento em que o homem procurou controlar, por meios simbólicos, os fenômenos dos quais se tornava consciente. Assim, a casa teria sido um reflexo desse desejo de domesticação natural e produção de um mundo controlável. Tal pensamento é, pois, partidário da ideia de que a casa primitiva não surgiu simplesmente de uma necessidade do homem, mas, acima de tudo, com o **despertar de uma postura reflexiva** que, entre outros, significava dar um sentido às coisas mesmas. (FELIPPE, 2010, p. 303, grifo da autora)

⁴⁰ Interessante notar que a Torre de Bollingen, casa construída por Jung, foi concebida inicialmente para ser uma cabana primitiva (JUNG, 2005, p. 196).

O despertar, a luz da consciência que passa a iluminar o mundo e gerar no ser humano a postura reflexiva, coloca a importância do descobrimento do fogo para a origem da casa e do “homem social”, para Vitruvio. Tal concepção faz relação direta com a deusa grega Héstia, ligada à lareira e ao fogo do lar, que permite um foco de luz para as imagens.

Em resumo, a casa, em sua complexidade, pode ser compreendida como

agente que transforma o caos isento de significação em cosmo organizado e definido, o ser humano – através da casa – opõe-se ao desconhecido e indiferenciado, para qualificar e dotar de valor distintivo um espaço, fundar um lugar: marco delimitado e demarcado do entorno, referência da identidade individual e familiar. A casa manifesta esse desejo de recriação do mundo a partir do caos, um mundo resumido, dominante da ordem natural, cultural e espaço-temporal. Um lugar que se consolida como centro do universo, de onde partem, por contraposição, todas as definições conferidas por nós ao meio exterior. (FELIPPE, 2010, p. 301)

Bachelard estudou a casa e o espaço dentro da visão da poética, trazendo outros elementos para sua compreensão. A casa, como imagem poética, possui um caráter que Bachelard denomina como transubjetivo: ela não pode ser compreendida em essência nem somente pelo referencial objetivo, nem pelo puramente subjetivo, aproximando-se do conceito de Jung e Hillman. A casa varia e transita, indo das exuberâncias do espírito às profundezas da alma (BACHELARD, 1978, p. 185).

Como um abrigo em essência, a casa tem como benefício mais precioso o de abrigar o devaneio e proteger o sonhador. Devaneio, ao qual pertencem os valores que marcam ser humano de forma profunda. Somente na casa, o ser humano é capaz de sonhar em paz. “É necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o que faz a ligação é o devaneio” (BACHELARD, 1978, p. 201). A casa, local de integração, nos remete novamente a imagem de centro do mundo.

A casa natal, assim, é considerada de grande importância na constituição do ser humano, tal como para Bosi. Para Bachelard (1978), a casa natal inscreve em nós a primeira função do habitar, que imprime hábitos orgânicos que persistem ao tempo e que carregamos nas casas futuras.

Quando pensada como algo surgindo do interno do indivíduo, a casa mantém relações com o ninho e a concha – oriundos do próprio corpo. Felipe reitera esta afirmação de Bachelard, colocando que ao longo da história, verifica-se como ser humano, ao erigir sua casa, reproduziu diretamente suas próprias proporções (FELIPPE, 2010, p. 302).

Sendo para Bachelard (1978) a imagem reveladora do estado de alma, a casa, pela sua importância, é, em si, um estado de alma. O uso de desenho de casas em testes psicológicos⁴¹ corrobora com esta tese, pois mesmo quando reproduz o aspecto exterior da casa, ele fala de uma intimidade e de aspectos psicológicos profundos, por ser uma poderosa imagem transubjetiva.

A casa, portanto, pode ser entendida como local de abrigo, segurança, lugar da intimidade, da criação, origem e centro do mundo e dos mais diversos simbolismos ligados a um ambiente que está diretamente relacionado à própria constituição do ser humano. Devido a esta multiplicidade de imagens relacionadas a ela tem-se igualmente uma série de afetos, valores e rede de relações que convivem com o simbolismo da casa. Assim, por mais que cada autor trilhe caminhos teóricos e conceituais diferentes, é possível a partir das contribuições trazidas por eles, considerar a casa como algo de grande valor psicológico.

Sem [a casa], o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. (BACHELARD, 1978, p. 201)

Para as teorias psicodinâmicas, é possível considerar que o ser humano é um ser cuja psique possui diversos aspectos que vão além do que o sujeito reconhece como sendo ele mesmo. Neste sentido, “Jung realizou um avanço teórico quando resolveu se dedicar a descrever a psique de um ponto de vista mais dinâmico e menos estrutural” (FREITAS, 2009, p. 18).

Dentro desta perspectiva, o eu ou ego⁴² é o aspecto que está em parte consciente e com o qual o indivíduo se identifica - quem ele acredita ser. Porém,

⁴¹ Como no teste HTP / Casa-Árvore-Pessoa, de John N. Buck (2003). Segundo Silva e Amaral (2006, p. 207), o HTP “tem por finalidade avaliar aspectos projetivos e expressivos da personalidade, refletindo a maneira como o sujeito percebe o mundo, expressando vivências emocionais e ideacionais associadas ao desenvolvimento da personalidade. Portanto, o desenho representa a maneira que o indivíduo percebe o seu meio, as pessoas e de como sente e se posiciona diante delas, isto é, indica a maneira peculiar de ser e sentir de uma pessoa”.

⁴² Usados como sinônimos neste trabalho.

existem outros aspectos, inconscientes, que também fazem parte de si, mas não nos reconhecemos, inicialmente, neles. Quando dizemos que a pessoa “fica fora de si”, foi “tomada” por algo, indicamos o aparecimento destes lados desconhecidos de nós mesmos no cotidiano. Observando a natureza complexa do ser humano e a importância que os processos psíquicos inconscientes possuem, Freud (1917) concluiu, em uma célebre frase, que o homem não é senhor em sua própria morada.

A casa, o lugar de nossa morada e lugar no mundo, pode ser associada ao que é conhecido de nós mesmos. Nossa casa é o lugar onde nos conhecemos, nos criamos e mantemos a sensação de controle como se ali pudéssemos ser senhores de um espaço. Considerando a sociedade ocidental moderna, a casa adquire um lugar da intimidade e do privado. “Se sentir em casa” é uma expressão que evidencia o lugar protegido, conhecido e de conforto que uma boa casa representa.

Portanto, muitas vezes em psicologia analítica observam-se associações do simbolismo da casa com o ego, o eu do indivíduo⁴³. A consciência, este foco de luz da razão, nos permite olhar determinados aspectos de nós mesmos, de forma que assim vamos nos conhecendo e formando quem nós somos.

A consciência é a função que mantém a relação dos conteúdos psíquicos com o eu. Consciência não é a mesma coisa que *psique*, pois a psique representa o conjunto de todos os conteúdos psíquicos; estes não são todos necessariamente vinculados ao eu, isto é, relacionados de tal forma com o eu que lhes caiba a qualidade de conscientes. Existe uma boa quantidade de complexos psíquicos que não estão necessariamente vinculados ao eu. (JUNG, 2011, p. 440)

Em seu livro autobiográfico “Memórias, Sonhos e Reflexões”, Jung relata um sonho que parece ter sido fundamental para o desenvolvimento da sua teoria de estrutura da psique, o qual se passa em uma casa e demonstra a relação entre a morada do corpo e da alma.

(...) eu estava numa casa desconhecida, de dois andares. Era a “minha” casa. Estava no segundo andar onde havia uma espécie de sala de estar, com belos móveis de estilo rococó. As paredes eram ornadas de quadros valiosos. Surpreso de que essa casa fosse minha, pensava: “nada mal!” De repente, lembrei-me de que ainda não sabia qual era o aspecto do andar inferior. Desci a escada e cheguei ao andar térreo. Ali, tudo era mais antigo.

⁴³ Jung viveu diretamente esta experiência com a construção da Torre de Bollingen, erigida ao longo de anos e no qual Jung passava ao menos metade de seu tempo na velhice. Ele afirma que ela constituía uma “morada materna” para ele e que “na linguagem da casa de Bollingen” a parte central da construção representava seu próprio eu (2005, p. 196).

Essa parte da casa datava do século XV ou XVI. A instalação era medieval e o ladrilho vermelho. Tudo estava mergulhado na penumbra. Eu passeava pelos quartos dizendo: “Quero explorar a casa inteira!”.

Cheguei diante de uma porta pesada e abri. Deparei com uma escada de pedra que conduzia à adega. Descendo-a, cheguei a uma sala muito antiga, cujo teto era em abóbada. Examinando as paredes descobri que entre as pedras comuns de que eram feitas, haviam camadas de tijolos e pedaços de tijolos e argamassa. Reconheci que essas paredes datavam da época romana. Meu interesse chegara ao máximo. Examinei também o piso recoberto de lajes. Numa delas, descobri uma argola. Puxei-a. A laje deslocou-se e sob ela vi outra escada de degraus estreitos de pedra, que descí, chegando enfim a uma gruta baixa e rochosa. Na poeira espessa que recobria o solo havia ossadas, restos de vasos, e vestígios de uma civilização primitiva. Descobri dois crânios humanos, provavelmente muito velhos, já meio desintegrados. - Depois acordei (JUNG, 2005, p. 143).

No sonho, Jung (2005, p. 144) concebe as diversas camadas da psique. A casa, para ele, era a representação da psique. A sala, o lugar mais habitável, era a sua consciência, que também contava com conteúdos inconscientes, expresso pela surpresa de Jung ao deparar-se com o fato de que aquela casa era sua. As outras partes da casa, a partir do andar térreo, foram concebidas como o inconsciente, que quanto mais profundo ele adentrava, menos reconhecia as coisas ao seu redor, mais impessoais ficavam, até chegar na gruta primitiva. Esta gruta representava, para Jung, o primitivo⁴⁴ do humano, seus instintos.

A sequência dos andares “remontava, evidentemente, à base das histórias das civilizações, que é uma história dos estados sucessivos da consciência.” (JUNG, 2005, p.145). O caráter impessoal do sonho, a sequência histórica regressando até o primitivo, além de outras experiências e estudos, levou Jung a conceber a existência, na psique, além do inconsciente com conteúdos pessoais, também elementos *a priori*, os arquétipos, que compõem o que Jung denominou de inconsciente coletivo, ou psique objetiva.

Porém, uma casa não existe isolada. Ela sempre irá possuir uma vizinhança, com outras casas, pessoas, espaços públicos, natureza, paisagens, e um ambiente múltiplo ao redor dela. A casa sempre está no mundo e, para a proposta deste trabalho, a casa estará sempre inserida em uma cidade. Assim também a nossa morada, nosso eu mais conhecido, se encontra: circundado por diversos aspectos externos a ele, que este não reconhece como sendo seu, mas com os quais a interação é vital.

⁴⁴ Primitivo como sinônimo de primevo.

O próprio ego, centro da consciência, é definido por Jung como um complexo, dada sua maneira de se constituir, que é a mesma de todos os complexos. Tem de específico o fato de ter como arquétipo embaixador o próprio self, isto é, o arquétipo da totalidade psíquica, o que faz com que ele assuma um senso de identidade pessoal e, uma vez constituído, possa dispor de certo livre-arbítrio, na medida em que tem para si uma parcela própria de energia psíquica. (FREITAS, 2009, p. 19)

Se permitirmos ampliar esta metáfora e observarmos que mesmo dentro de nossa própria casa não temos um reconhecimento total, a vizinhança desta casa encontra-se em um estado muitas vezes também inconsciente. Nele existem tanto lugares onde a consciência já fez algumas aproximações e possui certa relação, assim como há locais completamente desconhecidos e obscuros.

Porém, a partir das perspectivas analisadas sobre a casa e o espaço, não é possível dizer que esta casa existiria sem a sua vizinhança, ou que ela seria a mesma em qualquer lugar que estivesse, sem o mesmo entorno. Extrapolando estes conceitos para a psique, podemos pensar que o eu também não seria o mesmo se a vizinhança fosse diferente, pois esta casa não pode ser compreendida e analisada se considerada de maneira isolada. E assim fica cada vez mais evidente o porquê a afirmação de Freud, juntamente com o sonho de Jung, sobre a realidade tão pulsante de não sermos senhores de nossa morada.

A metáfora entre a casa e a cidade parece bastante adequada para contribuir na compreensão das relações entre o ser humano, sua casa, e seu local de moradia no mundo externo e os impactos deste em sua constituição enquanto sujeito.

Partindo do pressuposto que casa e cidade não está isolada uma da outra, uma relação harmoniosa entre eles é importante. Assim, ambos se sentirão respeitados e não haverá grandes tensões neste elo, de forma que o mesmo não se rompa. Uma chave importante para que eles possam se conhecer, se compreenderem e se integrem, é o diálogo permanente.

Edinger fez um profundo estudo sobre a importância deste diálogo entre consciente e inconsciente. Segundo ele, o elemento que permite a comunicação seria o eixo ego-si-mesmo. O si-mesmo ou *self*, arquétipo da totalidade, confere uma organização da vida psíquica, e o arquétipo em torno do qual o complexo do eu se forma.

Na realidade, a concepção do Si-mesmo é um paradoxo. O Si-mesmo constitui, simultaneamente, o centro e a circunferência do círculo da

totalidade. A consideração do ego e do Si-mesmo como duas entidades distintas constitui um mero recurso racional que a discussão torna necessário. (EDINGER, 1972, p. 25)

Para a psicologia analítica, o eu se constitui a partir do inconsciente. Para a constituição do ego e da consciência, é necessário um movimento de afastamento do inconsciente, pois este é a totalidade. O eu, ao contrário, se constitui a partir de escolhas conscientes. Porém, se o ego adquire uma postura estritamente unilateral, devido às escolhas gerarem dissociações da totalidade inicial, este tende a suscitar tensões com os conteúdos que permanecem no inconsciente, onde estão os aspectos de negação ao que o indivíduo não reconhece como sendo seu (EDINGER, 1972, p. 44).

A estrutura de totalidade inicial e posterior dissociação não é algo em si patológico, pois são movimentos necessários à psique para que o ser humano possa se estabelecer no mundo, interagir e se constituir enquanto indivíduo.

O processo de alternância entre a união ego-Si-mesmo e a separação ego-Si-mesmo parece ocorrer de forma contínua ao longo da vida do indivíduo, tanto na infância quanto na maturidade. Na verdade, esta fórmula cíclica (ou melhor, em forma de espiral) parece exprimir o processo básico de desenvolvimento psicológico do nascimento à morte. (EDINGER, 1972, p. 24)

Desta forma levantamos dados suficientes para sustentar uma analogia. Poder-se-ia comparar a consciência, que se relaciona com o inconsciente, a um indivíduo, que se relacionando com o “outro”. Mais que tanto, podemos ampliar a metáfora para uma *casa* que se relaciona com a *cidade* que a rodeia.

O “outro” assume, portanto, o mesmo papel de uma força autônoma e inconsciente, bem como de uma cidade que influencia de forma imprevisível uma morada. De acordo com FERNANDES (2012, p. 255) a alteridade é a “capacidade de ter ressonância empática em relação ao outro, tanto o outro de fora como o de dentro”. Portanto, o senso de alteridade é justamente o amadurecimento de uma consciência sobre a existência de forças “outras” e autônomas ao seu redor.

O inconsciente possui uma função compensatória em relação à consciência, ou autorreguladora. Portanto, existe uma pressão autônoma para que o eixo ego-si-mesmo permaneça com uma postura aberta para que os conteúdos conscientes e inconscientes possam dialogar entre si.

[...] o inconsciente jamais se acha em repouso, no sentido de permanecer inativo, mas está sempre empenhado em agrupar e reagrupar seus conteúdos. Só em casos patológicos tal atividade pode tornar-se completamente autônoma; de um modo normal ela é coordenada com a consciência, numa relação compensadora (JUNG, 1982, p. 04).

Tal forma - diferentemente das unilateralidades da arrogância do ego ou da submissão do mesmo - seria uma busca, um processo, um diálogo democrático que Jung caracterizou como **função transcendente**⁴⁵ (2000, p. 01). Um estado psíquico que não seria consciente tão pouco inconsciente, mas que sanaria a necessidade de ambas as inclinações da alma. O diálogo transcendente demandaria uma constante transformação de atitude entre os opostos.

Quando se fala em símbolo, na psicologia analítica, pode-se dizer que a função transcendente é uma de suas características mais marcantes. Um símbolo nunca pode ser apreendido em sua totalidade, pois se refere a este diálogo entre os opostos que não pode assumir uma postura unilateral.

Por símbolo não entendo uma alegoria ou um mero sinal, mas uma imagem que descreve da melhor maneira possível a natureza do espírito obscuramente pressentida. Um símbolo não define nem explica. Ele aponta para fora de si, para um significado obscuramente pressentido, que escapa ainda à nossa compreensão e não poderia ser expresso adequadamente nas palavras de nossa linguagem atual (JUNG, 2000, p. 278).

A casa, portanto, como símbolo, pode representar uma série de particularidades referentes ao indivíduo, corroborando com as noções apresentadas pelos demais autores: a casa como centro, origem e umbigo do eu e do mundo. Lar do fogo da consciência e da reflexão.

Tendo em vista a metáfora utilizada para aproximar a consciência com a imagem da casa e o inconsciente com a cidade na qual está inserida, bem como as reflexões sobre o ser humano, a casa e o retorno da alma ao mundo trazendo elementos da psicologia analítica, temos a oportunidade para tratar de um tema prático e complexo como das políticas públicas de habitação.

Quando se pensa em uma política pública que trate de determinado tema, como a habitação de interesse social, se lida com os aspectos racionais e de certa forma objetivos da questão. São buscados padrões de qualidade construtiva da casa

⁴⁵ O termo transcendente não remete a algo metafísico, mas sim como resultado da união de conteúdos conscientes e inconscientes (JUNG, 2000, p. 01).

e da infraestrutura urbana, acesso a equipamentos públicos, à casa própria com bom custo benefício, enfim, diversas considerações importantes, objetivas e materiais, que são de suma importância para a dignidade humana e a na transformação social rumo a cidades mais justas.

Em um campo um pouco menos concreto, por outro lado, estão as tentativas de manter as relações sociais da comunidade e a proximidade da área de reassentamento com o local de origem, assim como a oferta de vagas de emprego. Abrangem-se assim outros aspectos mais complexos à constituição do ser humano, que englobam a cultura e contexto histórico da comunidade.

A dialética entre os planos objetivos e as necessidades subjetivas transforma o reassentamento em uma empreitada sutil e difícil, transitando entre os dois universos. Porém, mesmo respeitando todos estes fatores o reassentamento involuntário, como apontado anteriormente, esbarra também em questões de outra ordem, para além da razão - autônoma, emocional e inconsciente.

Quando o Estado implementa o reassentamento involuntário para uma comunidade, temos de forma metafórica um “outro” externo (o Estado) interferindo na “casa” de uma série de indivíduos. Poderíamos também inverter o ponto de vista e imaginar que a política de habitação é o “conhecido” dos planejadores e toda aquela população são os “outros” autônomos.

A dinâmica apresentada contribui como uma reflexão, pois dar crédito a tal dinâmica entre os opostos unilaterais é parte do processo para se questionar a unilateralidade de qualquer postura. Com a reflexão sobre os opostos abre-se espaço para uma nova dinâmica, que prevê a insuficiência de qualquer postura unilateral para a promoção da valorização do “outro”, do “vizinho” e do “autônomo”, pois

É a alteridade psíquica que possibilita verdadeiramente a consciência. A identidade não possibilita a consciência. Somente a separação, o desligamento e o confronto doloroso através da oposição podem gerar consciência e conhecimento. (JUNG, 2001, p. 173)

Através do diálogo permanente, seja ele com o Estado, com a cidade, com a casa; através da escuta da alma, da valorização das imagens e do reconhecimento do ser humano em sua base emocional e mítica, é possível encontrar um caminho

de equilíbrio que permita ao sujeito um enriquecimento de sua experiência, colocando-se como sujeito de ação e transformação da sociedade.

Mas o ser humano é muito mais amplo que o ego ou que o fruto do esforço por adaptação ao meio em que vive. Graças ao self e ao inconsciente universal ele pode, em alguns momentos, perceber-se, de alguma maneira, em sua **identidade mais profunda, que transcende sua consciência e as contingências cotidianas**. Tal percepção costuma trazer uma vivência de duplicidade que, se devidamente amparada pela cultura e suportada pelo ego, não é disruptiva, mas enriquecedora. E, a partir dela, é possível ser também agente da cultura. (FREITAS, 2009, p. 21, grifo da autora)

Concebemos assim o ser humano como um ser que está para além das dicotomias entre subjetivo e objetivo, que vive, sente e experencia este mundo, no chão intermediário da alma. Assim, o reassentamento involuntário é um momento da vida de toda uma comunidade que está composta por todos os aspectos até então levantados, entre outros: pelas relações entre os sujeitos e suas casas, seu espaço, com o Estado, com o centro de seu mundo e a constituição da sua subjetividade.

Deixar o espaço da sua casa e de seu bairro para habitar outro lugar, em outra casa, sem que a sua vontade seja relevante para que tal movimento aconteça, olhando agora com os olhos que buscam enxergar o mundo almejado, nos anuncia para a significativa transformação que o reassentamento involuntário promove na vida daqueles que envolve.

Se resgatarmos a ética e a questão da *anima mundi*, torna-se mais importante expandirmos essa simbologia para o domínio da política, questionando a especulação imobiliária e seus impactos na casa nos nossos tempos. Quando sabemos que a casa, para o ser humano, é o lugar da transformação e da construção do amor que nos carregará com energia em nossa cruzada pelo mundo, fica patente a necessidade de evitarmos a vulgarização dos espaços protegidos e dos arredores que nos cercam (DE ANDRADE, 2013, p. 127).

3 MÉTODO

O reassentamento involuntário remete a reflexões teóricas de diversas áreas do conhecimento quando se busca uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno. Como forma de adentrar nas questões psicológicas, surge a necessidade de trazer também elementos da experiência de reassentamento advindos de vivências concretas. Assim, demonstrou-se essencial chamar para contribuir com a reflexão do tema sujeitos que vivenciaram e ainda vivenciam o reassentamento involuntário, para que possam trazer, com suas imagens e sentidos da experiência, um entendimento mais completo, vinculado a uma história de vida, a um espaço particular e a uma alma.

A escuta de sujeitos que experienciaram ou ainda experienciam o reassentamento involuntário foi ponto basal como forma de compreensão deste processo. Para tanto, foi considerado fundamental estudar pessoas que estivessem dispostas a falar sobre esta experiência de uma forma ampla e livre, de um modo que somente a pesquisa qualitativa poderia fornecer liberdade suficiente para que tal expressão ocorresse, assim como a superação dos modelos positivistas.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma abordagem interpretativa e compreensiva dos fenômenos, buscando seus significados e finalidades. Essa metodologia baseia-se numa perspectiva epistemológica em que conhecimento resulta de processos dinâmicos que fluem dialeticamente. (...) A produção de conhecimento científico, no contexto da pesquisa qualitativa, visa não apenas à descrição dos fenômenos, mas, principalmente, à compreensão e interpretação da realidade pesquisada (PENNA, 2005, p. 80)

Quando se pretende uma análise simbólica e uma dimensão mais profunda do que está por trás de números e estatísticas a partir do paradigma junguiano⁴⁶, a pesquisa qualitativa demonstrou-se a mais adequada para trabalhar no sentido do cultivo da alma – de ampliar o sentido da experiência, da compreensão do

⁴⁶ Aqui usado como sinônimo de psicologia analítica.

fenômeno, permitindo um campo mais propício ao surgimento de imagens e elementos emocionais relacionados ao tema.

Jung foi um dos precursores do questionamento à objetividade almejada por métodos científicos vinculados ao positivismo e ao paradigma ocidental moderno clássico, enfatizando a indissociabilidade do conhecimento da subjetividade do pesquisador. Foi pioneiro também na interdisciplinaridade para buscar interpretações de suas investigações sobre o inconsciente, pois apesar do mesmo não ser passível de uma observação direta, suas manifestações simbólicas arquetípicas trazem elementos que possibilitam novos entendimentos, como fantasias, imagens, sonhos e mitologia (PENNA, 2005).

Resumindo: o método de investigação da psicologia analítica se caracteriza pelo processamento simbólico do material pesquisado, utilizando-se da amplificação simbólica como meio através do qual os aspectos desconhecidos do símbolo se tornam conhecidos (PENNA, 2005, p. 88).

A amplificação simbólica a ser utilizada foi desenvolvida por Jung, que associa imagens emergidas com “paralelismo míticos, históricos e culturais a fim de esclarecer e ampliar o conteúdo metafórico”, como um “tecido psicológico em que a imagem está inserida” (SAMUELS, A. et al., 2003, p. 10), pois as imagens carregam uma ligação entre consciente e inconsciente que permite extrapolar a dimensão consciente na investigação dos fenômenos psíquicos.

O reassentamento é a experiência do outro, de uma vivência e transformação da sua própria vida e seu lugar no mundo. Sendo assim, o papel do pesquisador na pesquisa qualitativa de base junguiana é o de propiciar ao sujeito uma espécie de ressonância reflexiva, um convite à expressão e à síntese, uma escuta. Narra-se a história de vida para um ouvinte. Isto significa que o narrador encontra um lugar para sua visão de mundo, seus sentimentos e para o sentido de sua experiência. É uma legitimação de sua subjetividade e existência. Ao contar sobre sua vida ele passa a pertencer, pois sua experiência ocupa um lugar no mundo (PERRONE, 2003, p. 44).

Como meio para investigação foram utilizadas entrevistas individuais. O procedimento escolhido foi considerado o mais adequado possível diante condição (ou situação) da pesquisadora, que acompanha o processo de reassentamento do PAC Pinhais há um ano e meio, não somente conhecendo como atuando junto à população do programa, sendo agente vinculada ao Estado, promotor do

reassentamento involuntário⁴⁷. A entrevista como procedimento contempla um enfoque significativo na narrativa dos participantes, sendo adotada na expectativa de que a visão destes fosse o elemento norteador de toda a pesquisa.

Assim, buscou-se o olhar, a partir das entrevistas, com a proposta de Maroni: de fazer uma *etnografia da alma*. Nesta proposta, o campo surge quando “montamos um *terceiro parceiro* no diálogo com nossos entrevistados em uma pesquisa, no diálogo com um autor e com o livro durante a leitura, (...) um campo comum entre duas (ou mais) subjetividades” (2006, p. 237), que não dê voz somente ao sujeito, mas também para as imagens que fossem desveladas, dialogando a partir da amplificação.

Para que o diálogo seja possível, Maroni indica a importância de termos uma “pergunta-sem-resposta” ou pergunta originária: uma pergunta para a qual há infinitas respostas (2006, p. 233). No lugar vazio deixado pela ausência de uma resposta específica, “eis o lugar-na-alma, na psique, na mente – como preferirem -, que nos permite movimento: fazer experiências, fazer pesquisa” (MARONI, 2006, p. 233). Dentro desta proposta foi estabelecida a pergunta originária que iniciou as entrevistas: “Como foi (ou está sendo) a experiência do reassentamento involuntário para você?”

Foram convidados a participar da pesquisa pessoas que fazem parte do PAC Pinhais. Os convidados⁴⁸ foram selecionados com base no contato prévio que a pesquisadora já possuía com a população. Durante momentos da atuação profissional da pesquisadora foram trazidas histórias de vida e impressões pessoais dos moradores em relação à sua vivência de forma espontânea, o que suscitou o interesse em aprofundar, na forma desta pesquisa, na experiência do reassentamento.

Como a proposta de pesquisa não tem como objetivo buscar “o sentido” do reassentamento válido para toda a comunidade, mas sim a experiência dos

⁴⁷ A condição de pesquisadora de um fenômeno do qual se é um dos atores exige um compromisso ético, de respeito genuíno com os entrevistados e com seu posicionamento, assim como da não naturalização da realidade e discurso institucional, que estará sempre prestando serviço a algum poder (LERNER, 2008; SCHIMIDT, 2007).

⁴⁸ A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEPH-IPUSP). Em anexo segue o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido efetuado com os participantes da pesquisa.

participantes e as transformações emocionais relacionadas à mudança, não foi considerada relevante à adoção de critérios de amostragem, sorteios, entre outras metodologias para o recrutamento dos voluntários. Os convidados a participar da pesquisa cumpriram as seguintes condições:

- Vínculo de mais de quatro anos com a área de intervenção;

A vinculação com o programa remonta há quatro anos e este foi considerado um período significativo para que a pessoa pudesse relatar sobre os diversos momentos do reassentamento, assim como um tempo de vivência na casa antiga, contribuindo para a reflexão sobre a transição de uma casa para outra.

- Disponibilidade de falar sobre sua experiência;

A figura de agente do Estado foi considerada um elemento do qual não era possível separar da pesquisadora, tanto para ela própria como, em especial, para os participantes da pesquisa⁴⁹. Assim, buscou-se moradores que se dispusessem a colaborar com a pesquisa/pesquisadora mesmo esta sendo agente do Programa.

O número de participantes na pesquisa foi de quatro pessoas⁵⁰, sendo duas pessoas já reassentadas e duas pessoas não reassentadas na ocasião da primeira entrevista. Os entrevistados eram 3 mulheres e 1 homem, com idades entre 47 a 83 anos, todos moradores inicialmente da área de intervenção Atuba do PAC há no mínimo 7 anos. Os dois entrevistados já reassentados residem em média há 8 meses no conjunto Moradias Jerivá.

Os procedimentos de coleta envolveram duas entrevistas individuais⁵¹ realizadas com cada participante, com duração média de uma hora e meia para cada um dos encontros. A primeira entrevista foi aberta, a partir da questão norteadora já mencionada: “Como foi (ou está sendo) a experiência do reassentamento involuntário para você”? A expectativa foi de que a entrevista permitisse um espaço amplo para o sujeito discorrer sobre sua história de vida em relação ao reassentamento, suas emoções e expectativas, as relações com as

⁴⁹ Apesar da postura como pesquisadora em tentar manter em suspenso as concepções vinculadas à atuação profissional na pesquisa, não foi considerado possível ou necessário demandar tal postura dos entrevistados, tentando deixar clara a não vinculação da pesquisa com o Estado ou com qualquer outro aspecto relacionado à atividade profissional.

⁵⁰ Foram convidadas quatro pessoas. Com a não aceitação de uma pessoa, foi convidado um novo participante que estivesse em etapa semelhante do reassentamento.

⁵¹ Eventualmente, por se tratar de uma casa, houve pequena participação de algum outro membro da família, mas de maneira pontual.

casas, bairros, comunidade, suas ações ou conformismo frente ao fato, de forma livre para dar ênfases aos aspectos mais relevantes para ele⁵².

A segunda entrevista foi realizada a partir de uma análise prévia da primeira, como uma forma de esclarecer pontos confusos ou que fosse importante serem mais bem explorados, de acordo com os objetivos da pesquisa e das próprias formulações trazidas pelos entrevistados. Portanto, foi uma entrevista semi-estruturada, com questões elaboradas tanto individualmente, para cada participante, como perguntas gerais a todos. Nesta rodada, mais uma entrevistada mudou-se para a casa nova, finalizando a pesquisa com 3 reassentados.

A todos os entrevistados foi deixada aberta a possibilidade de mais entrevistas caso também fosse da vontade dos mesmos, porém, como não houve tal demanda, a pesquisa de campo foi encerrada a partir do término das duas entrevistas com cada participante. Os diálogos foram realizados entre abril e maio de 2015, com aproximadamente um mês e meio entre as duas entrevistas - sendo o período necessário para a elaboração das temáticas a serem abordadas na segunda rodada de entrevistas. Como meio de registrar as entrevistas, elas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas pela pesquisadora.

Todas as entrevistas se deram na casa dos voluntários. A casa foi escolhida como o espaço para acolher as entrevistas na tentativa de vislumbrar, para além das imagens surgidas nas narrativas, expressões de elementos na própria casa que também pudessem dialogar sobre a experiência do reassentamento. Apesar de ter ocorrido somente duas visitas, ter um olhar do espaço e da casa como alçados foi considerado relevante para a pesquisa, deixando o lugar-vazio onde a alma pudesse surgir – tanto na fala como no espaço. Deste modo, as observações da pesquisadora sobre as casas em relação com as narrativas das entrevistas também foram coletadas para análise.

A partir da transcrição das entrevistas, iniciou-se o procedimento de análise. Foi considerado importante elaborar um contexto geral do PAC para situar os

⁵² Deste modo, as perguntas que vieram a ser feitas posteriormente à questão disparadora durante a primeira entrevista foram espontâneas e surgiram juntamente com a narrativa, na expectativa de que o encontro pudesse direcionar os caminhos a serem percorridos na entrevista.

momentos do programa ao longo dos anos, mencionados pelos entrevistados. Partiu-se então para a apresentação de cada um dos entrevistados individualmente, com um breve relato de suas histórias de vida seguido do relato dos entrevistados em relação aos momentos envolvendo o reassentamento: a casa antiga, a mudança e a casa nova. A partir dos elementos e imagens despertadas, observaram-se os núcleos ao redor do qual as imagens constelaram para então amplificá-las em busca de compreender a experiência dos reassentados.

4 RESULTADOS

4.1 O PAC PINHAIS

As entrevistas remetem em diversos momentos sobre as diferentes etapas do reassentamento ao longo dos anos. Assim, optou-se por fazer um breve histórico do programa para contextualizar minimamente algumas das ações desde seu início até os dias atuais, para facilitar a compreensão da fala dos entrevistados.

O PAC pesquisado encontra-se em Pinhais, um município a leste de Curitiba, com uma população de mais de 117 mil habitantes⁵³. Apesar de ser considerada uma cidade de médio porte pelo número de habitantes, é o menor município em extensão territorial do Paraná. O universo da população abarcada no PAC é estimado em 5740 pessoas. Quando se considera somente a população-alvo do reassentamento, estima-se um universo de mais de 2500 pessoas (COHAPAR, 2010, p. 14), o que demonstra uma abrangência significativa considerando o número de habitantes de Pinhais.

A maior intervenção do PAC Pinhais junto à população é o reassentamento involuntário de famílias localizadas em zonas de restrição à ocupação (ZRO) e preservação permanente (APP) dos rios Atuba e Palmital. Os rios são considerados relevantes ao abastecimento de água da capital do Paraná e RMC e o processo de reassentamento intenta a recuperação ambiental das áreas a serem desocupadas e regularização fundiária das áreas urbanas consolidadas onde o poder público considerou passível a permanência da população. Os entrevistados são todos provenientes da área do rio Atuba, que faz divisa com o município de Curitiba.

Para as famílias destinadas ao reassentamento, foram construídas 747 unidades habitacionais (UH) em outros locais que distam aproximadamente 05 km das áreas de origem, em sentido contrário à Curitiba. Assim eles devem deixar as suas casas, mudar-se para as casas construídas pelo poder público, sendo então a casa antiga demolida.

As casas destinadas aos reassentados foram divididas em quatro conjuntos habitacionais, construídas por empreiteiras a partir de projeto elaborado pela

⁵³ IBGE 2010.

COHAPAR e Prefeitura. O maior dos conjuntos é o Moradias Jerivá, que possui 634 casas em uma mesma área. Os padrões arquitetônicos são de casas térreas, todas bastante semelhantes: possuem 40m² de área útil, alterando somente a tipologia entre casas geminadas (de 2 unidades), casas isoladas no lote (com corredores laterais) e casas PNE (portadores de necessidades especiais - com banheiro adaptado e rampa de acesso). Os lotes variam de tamanho, sendo os menores com 136,5 m². São entregues sem muro ou revestimento, ficando a cargo do morador a construção destas ou de outras benfeitorias.

A definição de que famílias ocupariam que tipologia de casa foi feita mediante reunião com os reassentados para discussão do tema. Ficou definido que os deficientes e idosos fossem direcionados às casas PNE; para as outras tipologias, em todos os casos no Moradias Jerivá, a população optou como critério para receber casa isolada no lote as famílias com maior composição familiar dentre a população participante do sorteio e quem possuía um comércio já estabelecido na sua casa na área de origem. Os demais foram para sorteio das unidades geminadas. Na tentativa de preservar relações familiares e de vizinhança, os reassentados também optaram por permitir que o sorteado escolha os seus vizinhos próximos quando assim desejar.

É importante considerar o tempo desde a aprovação do programa até os dias atuais. O PAC, como programa do governo Lula, data de 2007. Portanto, há sete anos o programa está em andamento, estando ainda em fase de conclusão. O cadastramento das famílias para serem reassentadas ocorreu em 2010, sendo este considerado o momento de “congelamento” da área pelo agente executor do programa.

O congelamento compreende visitas domiciliares que foram realizadas às casas na área de intervenção do reassentamento, momento onde foi feita uma marcação de cada casa com uma numeração e levantando dados como quantas famílias⁵⁴ residiam em cada casa, composição familiar, presença de idosos, pessoas com deficiência, entre outros dados. A partir desse momento, novas casas e novas famílias não foram mais contabilizadas para o reassentamento, isto é, independente

⁵⁴ A composição da família foi autodeclaratória. A exceção foi quando, convivendo em uma mesma casa, pessoas adultas sem filhos e cônjuges se declarassem como família unipessoal; neste caso, foram consideradas como agregados da família convivente.

de estarem residindo na área de intervenção quando ocorreu o reassentamento em si, quem não possuía cadastro não recebe casa para deixar a área.

No caso do Moradias Jerivá, porém, as primeiras casas prontas para dar início ao reassentamento, isto é, as primeiras mudanças, ocorreram somente em fevereiro de 2014. A atualização cadastral, para verificar alterações da população desde o cadastro inicial começou em novembro de 2013, portanto, três anos após o “congelamento” da área.

O lapso temporal do programa não se reflete na vida das famílias, que continua seu fluxo de deslocamentos e agrupamentos. Assim, em 2013, foram encontradas diversas mudanças, em especial a ampliação do número de casas na área, maior adensamento de pessoas nas casas existentes, assim como um descrédito de que o programa seria efetivamente implantado. Diversas famílias investiram na melhoria de suas unidades, com ampliações e reformas. Outras viram a sua casa se precarizar devido à falta de manutenção, pois não tinham condições de investir em algo que iria ser demolido futuramente.

Atualmente, faltam 153 unidades habitacionais no Moradias Jerivá para serem ocupadas, sendo o restante das 747 casas construídas. Neste universo que permanece na área de intervenção estão as famílias resistentes ao reassentamento, famílias que não aceitam os critérios estabelecidos de sorteio de unidades habitacionais, ou que querem mais unidades habitacionais do que determina o agente executor, devido a divergências com o “congelamento”.

Diante deste breve panorama sobre o PAC Pinhais, no que tange ao reassentamento involuntário, passemos à experiência dos sujeitos voluntários da pesquisa, que vivenciaram todos estes passos e momentos do programa, no intuito de dar voz aos reassentados, para além dos dados objetivos e da visão estatal. Dar voz à alma e a sua experiência.

4.2 ENTREVISTAS

O conteúdo das entrevistas será inicialmente apresentado de forma individual, para cada entrevistado em separado. De cada pessoa⁵⁵ será feita uma apresentação

⁵⁵ A transcrição completa das entrevistas foi disponibilizada somente para os membros da banca de defesa da dissertação como forma de assegurar o anonimato dos entrevistados. Todos os nomes

breve de sua história de vida, de quem ele é e de sua trajetória, juntamente com destaque a aspectos considerados relevantes ao tema do trabalho, de forma a situar o leitor a respeito de características particulares de cada pessoa entrevistada.

Em seguida, serão apresentadas as falas de cada entrevistado organizadas em três categorias: casa antiga, reassentamento e casa nova. A utilização destas categorias foi decidida para permitir, a partir da exposição de todas as entrevistas individualmente, utilizá-las para a análise das mesmas conjuntamente, facilitando o diálogo entre as mesmas, a visualização de aproximações e diferenças em relação à experiência do reassentamento para cada um.

No texto referente às categorias, optou-se por apresentar primeiro a fala do próprio entrevistado, para depois tecer considerações sobre o que está sendo apresentado. Assim, espera-se que a narrativa dos entrevistados possa sempre ser o ente norteador e o criador das imagens a partir das quais possamos tentar compreender sua relação com a experiência do reassentamento.

4.2.1 Sara: a versátil

Conheci Sara ainda na sua antiga casa, nas margens do Rio Atuba. Sara tem 75 anos e mora com seu esposo Antônio. Em um mesmo terreno havia três casas: a dela, a de seu neto e uma casa desabitada. A sua casa era cheia de quatinhos, pecinhas e lugares escondidos que ela mesma foi mostrando durante a visita, pois somente com a orientação dela era possível perceber a existência destes cantinhos.

Foram vinte e cinco anos naquele lugar, construindo aquela casa. O lugar que mais me chamou a atenção foi um pequeno cômodo com um altar dedicado a todos os santos dos quais ela é devota, assim como de Jesus e sua “mãezinha”⁵⁶ – local onde ela benzia os que a procuravam.

Ela é católica da renovação carismática, sendo o catolicismo a sua religião desde que veio a este mundo. Uma vez quando perguntaram se ela era “espírita”, “chegou a doer”. Nascida no nordeste, ainda menina era chamada pra rezar o terço - coisa que muitos adultos não conseguiam fazer – imagem que utiliza para demonstrar quão significativa é sua fé.

utilizados nas entrevistas são fictícios, exceto o da pesquisadora e de figuras públicas, como políticos.

⁵⁶ Devido algumas palavras e expressões utilizadas pelos entrevistados serem representativas da ligação e afetividade com determinado assunto, elas serão replicadas aqui com o uso de aspas.

Foi apenas, porém, aos 40 anos que Sara se tornou benzedeira. Sara relata que nesta ocasião Jesus apareceu para ela e falou que todo aquele que "se apegasse" nela "estaria curado em seu nome". Jesus continua a aparecer para ela em momentos em que ela ora "no deserto" - um retiro espiritual onde "aqueles que tiverem coragem" ficam três dias sem comer, "judiando" da carne, que segundo suas crenças, é inimiga do "espírito".

No tempo no nordeste, Sara cresceu em um sítio da família, de origem portuguesa. Seu pai era proprietário de terras, engenho, moinho e gado, onde Sara viveu uma vida de trabalho árduo, mas de fartura. Ela tem lembranças da beleza das praias, da abundância dos frutos e peixes, do bezerro marcado a ferro que sumia na vastidão das terras até ser avistado novamente, meses depois, já crescido.

Porém, uma seca de quatro anos devastou a região. De uma vida com posses veio o tempo da escassez, no qual os animais morreram. Os berros de fome e sede dos animais ainda estão na sua memória. A terra, que antes dava frutos em abundância, não produzia nem seus frutos mais resistentes. Assim, mesmo sem chuva, "foi tudo de água abaixo, foi-se acabando." O pai de Sara então decidiu migrar para o Paraná em busca de trabalho.

Algum tempo depois, no ano de 1962, Sara e seus parentes venderam uma pequena parte das terras, compraram um caminhão e fizeram um pau-de-arara que trouxe ela, seu esposo, filhos, mãe e irmãos ao longo de 18 dias de viagens para o interior do Paraná, ao encontro de seu pai. O desenraizamento de Sara de sua casa natal deixaria um "trauma" que ela carrega até hoje, mais evidente em sonhos, no qual ela está perdida ou voa sobre a propriedade da família – a única casa com a qual sonha.

Quando veio do interior para Curitiba, Sara trabalhou como mensalista em casas de família até a sua aposentadoria. O único período que teve um emprego diferente foi como "dama de companhia", um tempo do qual traz recordações felizes de um trabalho mais leve e das brincadeiras de sua patroa, que era muito "inventadeira". A família, "rica, rica, rica", confiava muito em Sara, que era a única a quem era dada a incumbência de limpar o cofre e a entrar na casa durante as viagens. Eram como uma "família" para ela.

Até chegar a morar na casa onde a conheci, foram vários os locais que Sara residiu em Curitiba e região metropolitana. Sara nunca precisou dividir casa com

parentes, ou mesmo pagar aluguel por longos períodos. Ela acabou por comprar dois terrenos em Quatro Barras, na região metropolitana. Porém, mesmo assim, mudar de casa continuou sendo necessário para garantir a segurança de sua família. A ida para a casa do rio, em Pinhais, foi motivada por uma situação diferente outras mudanças até então. Sua família estava ameaçada de morte por seu próprio genro. Em uma atitude desesperada, ela trocou seus dois terrenos pela casa em Pinhais. Assim, sem nem falar com o esposo, mudaram-se para a casa onde a conheci.

Como vemos na situação acima, Sara é quem toma as decisões da família. “Tudo no mundo” que entra em sua casa e sai é ela que faz, “a dona do dinheiro”, a “dona de tudo”. Ela ri ao lembrar que seu neto Sandro falava que era por deus que Sara não era rica, senão todos iam “comer na mão dela” - e ela confirma que seria assim mesmo. Quando Sara decide que quer algo “não só tem que acontecer, como tem que acontecer logo”.

Assim, foram todos morar as margens do Atuba, em Pinhais. Sara tinha a sua casa, seu pai tinha outra ao lado e havia mais uma casa no terreno que atendeu diversos parentes da família ao longo dos anos. O pai de Sara acabou falecendo aos 97 anos e sua casa passou a ser de Sandro, o neto. E lá viveram até que o reassentamento entrou em suas vidas.

Sara não queria sair de sua casa, mas acabou se mudando. Achou que “não havia o que ser feito”. Saiu de casa e deixou tudo pra trás, sem carregar nada para esse novo lugar. Ela e Sandro pegaram casas vizinhas no conjunto Jerivá, para onde se mudaram no ano passado. Ao contrário dela, ele queria muito o reassentamento e se mudou assim que pegou as chaves da casa nova, mesmo tendo acabado de ser acometido por uma doença, da qual “não dava demonstração” de sofrimento.

Sandro, de 35 anos, era a sua “riqueza”. Ela o criou e onde quer que fossem era de mãos dadas. Eles brincavam muito um com o outro e eram “grudados”. Porém, após um mês de sua mudança, a doença se agravou e Sandro veio a falecer, deixando um filho pequeno. Pouco mais de seis meses depois, quando foi o início das entrevistas com Sara, é possível perceber que apesar de não mais presente, ele está a todo o momento em sua fala, suas lembranças, em fotos pela casa, com quem ela conversa todos os dias. Porém, ao lembrar-se dele, Sara ficava

“sem assunto” em seguida, pedindo sempre para que fosse feita uma “nova pergunta”.

Mãe de onze filhos, dos quais três faleceram ainda pequenos e um adulto, desta vez a perda parece mais difícil de ser superada. Ela vislumbra o dia em que irá partir ao encontro de Sandro. E assim, com uma mudança que não escolheu e com uma perda recente, Sara luta para reconstruir a sua vida na nova casa.

Fez muro, aterrou o quintal, construiu uma cozinha nova e tem uma horta. Durante o decorrer da pesquisa fez o calçamento da frente da casa e colocou grade na porta de trás, para deixar a casa mais segura contra ladrões que entraram lá em busca das mercadorias que ela e o seu esposo vendem.

“Igual cigano pra ganhar dinheiro”, toda a família trabalha com vendas e com negócios, o que também atribui ao “sangue português”. Diferente do cigano, porém, mesmo sendo migrante e já passando por diversas mudanças de casa, o sangue português é ao que Sara atribui o fato de não gostar de se mudar, pois seu pai e descendentes foram o único ramo da família que deixou o nordeste.

O tino de comerciante faz com que Sara, mesmo antes da aposentadoria, faça compras no Paraguai e venda roupas e artigos de casa. Seu esposo vende cigarro. Como Sara mesmo fala, ela não corre dos problemas, mas os enfrenta pra vencer. Atribuindo graças a Jesus e a seu “dinheirinho guardado no banco”, ela conta como está lutando para transformar a casa nova em um lugar onde seja possível ser feliz.

A casa antiga: a casa da boneca

A gente [estava] desesperado, se fosse pra morar debaixo da ponte eu ia.
Ainda dei graças do homem trocar [de casa].

Quando Sara chegou em sua casa na beira do rio Atuba, em 1995, havia “só mato” ao redor da mesma. Junto com ela foi sua família e seu pai, após as ameaças do ex-genro. Ela conta que a troca se deu de forma rápida - como ela diz que gosta de resolver as coisas - juntamente com o desespero advindo desta situação. Sara já possuía uma casa própria, mas a insegurança e o medo levaram a família a ir morar em uma ocupação irregular. Ela acreditava que o terreno era escriturado, mas logo soube que não. Naquele momento isto não pareceu ser relevante. De todo modo,

Sara ressalta que ela não “invadiu” o local, mas que a casa foi comprada através de uma troca.

[A casa] era alvenaria, mas daí nós fizemos o banheiro direito porque era só um banheiro sem nada, sem piso sem nada. Daí nós fizemos. Daí fomos aumentando até nove peças. Cada um mês, cada um tempo nós fazíamos, quando eu me aposentei daí forrava uma peça, daí no outro mês forrava outra. Foi um trabalho.

A casa de Sara era nos fundos do terreno. De frente para a rua⁵⁷ ficava a casa de seu pai, seguida da casa dela, e então, nos fundos do lote, o rio Atuba. As condições de habitabilidade da casa ao chegarem podem ser percebidas na falta de piso no banheiro e de forro na casa, o que aponta para fragilidades em oferecer uma boa condição para a família. Logo foi necessária uma série de melhorias e adequações da casa para acomodar e atender às necessidades deles.

Além da casa em si, havia em seu quintal diversos pés de fruta, como laranja e abacate, assim como abóboras. Eles também criavam galinhas em casa, além dos animais de estimação, estando nestas reformas e cultivos anos de investimento financeiro e emocional, frutos de um sacrifício da família em busca de melhores condições. Assim, foram se formando laços e vínculos afetivos com esta casa e com este espaço, superando as dificuldades encontradas no início. Quando Sara chegou,

só tinha um trilhozinho [...] até lá embaixo na minha casa. Daí tinha um povo que tinha invadido ali, tava só uns barraquinhos que até houve muita morte ali, como mataram gente ali. Mas era só umas árvores engraçadas. Daí depois aquele homem começou a fazer aqueles barracões lá⁵⁸ e foi rapidinho, tem dinheiro né. [...] No começo ele não queria nem dar o lugar pra cavar o buraco pra por água lá. Já começou bem, ele não queria.

Nos primórdios, não havia rua de acesso ao local e água encanada, sendo necessário percorrer um “trilho” para chegar a sua casa. A ausência do poder público também pode ser percebida quando Sara menciona as mortes ocorridas nos “barraquinhos” vizinhos. Evidenciam-se também os conflitos com um proprietário de terras da região, que construiu barracões no local posteriormente a chegada dos primeiros ocupantes da área e que, segundo ela, tentou causar empecilhos para a chegada de água para a população que já estava ali estabelecida.

⁵⁷ Que foi aberta posteriormente.

⁵⁸ Do outro lado da rua de sua casa foi construído um condomínio de barracões industriais.

Apesar de ser casinha velha, em beira de rio, tudo, eu gostava de tudo. Tudo dela eu gostava. Só uma única coisa eu não gostava, sabe o que era? O jeito do lugar... o corredor, não tinha jeito, você sabe, não tinha jeito de ir carro até lá. Não tinha jeito de chegar carro na porta, eu tinha tanta raiva por isso.

A forma irregular da ocupação no local gerava certos inconvenientes. A falta de acesso para o carro foi, por exemplo, algo que a incomodava na casa antiga, já que somente a casa de seu pai fazia frente para a rua. Mesmo assim, nada que a fizesse não gostar de morar ali, se referindo a esta casa sempre com carinho, onde era “muito feliz”.

Eu gostava muito [da região], nós nunca saímos dali de perto. E nós estamos perto de Curitiba, bem dizer Curitiba né. Pinhais, Curitiba.[...] Eu gostava porque é um lugar... meu deus, ninguém vai comparar, aquele lugar é muito bom. Tudo, eu gostava de tudo, tinha tudo ali.

Sara relata que não tinha “nada o que falar” dos vizinhos e que a proximidade com Curitiba era um fator importante, com facilidades no transporte coletivo. Ela menciona que chegava a ir a pé de sua casa para locais no centro de Curitiba, como evidência da boa localização da área para ela. É interessante perceber que em vários momentos Sara retrata o município de Pinhais como parte integrante de Curitiba. Assim, fica aberta a possibilidade de que ela considerava a região da casa não nas *margens* de Curitiba, mas sim inserida na cidade polo da metrópole.

A coisa boa que aconteceu mais naquela casa foi eu morar bem pertinho do meu paizinho. Era a coisa mais linda ele. [...] Nós abrimos uma porta no quarto dele pro lado da minha casa. [...] Daí ele ficava sentado lá e falava, ele chamava eu ‘minha bonequinha’, e daí ele ficava lá. Toda volta que eu dava, tudo o que eu fazia, às vezes nem estava prestando atenção e ele estava lá olhando pra mim: eu estou olhando o que a minha boneca está fazendo.

Apesar de ter tantas lembranças boas nesta casa, tantas que “nem consegue lembrar”, uma das mais marcantes deste tempo na casa antiga foi a convivência com o pai. Ele morou ali até falecer a três anos atrás, aos noventa e sete anos, e desta época Sara guarda preciosas recordações do “homem forte” que foi seu pai. Ele a chamava de “boneca”, o que nos motivou a nomear esta casa como “casa da boneca”, para diferenciar da sua casa futura. Após a morte de seu pai, a casa dele foi ocupada pelo neto Sandro e o bisneto Leonardo. Sara também nutria uma relação muito próxima com seu neto, o qual foi criado por ela. Por volta dos últimos

dias de Sara e Sandro nestas casas, ele ficou doente. Após o que acharam ser uma gripe, o pescoço de Sandro inchou devido a uma bactéria.

A gente pensava que não ia sair nunca dali.

Deste modo, com o passar dos anos morando neste lugar, Sara foi construindo a sua casa e a sua vida. Apesar da relativa proximidade com o rio, Sara não imaginou que fosse chegar um dia em que teria que deixar a sua casa para trás.

É importante notar as emoções que a fizeram criar vínculo neste antigo local: brincadeiras, pai, neto, plantas - a construção lenta e gradual de um lar. Talvez estas emoções sejam mais do que mera história, talvez elas digam sobre o que faz com que Sara crie vínculos, "raízes", em algum lugar. Atentar para esta possibilidade é também abrir oportunidade para melhor preparar a "terra" para a mudança dessas raízes ou para o plantio de uma nova semente. O adubo de Sara parecem ser tais emoções, as quais fomentam as raízes que poderão fazê-la renascer após a mudança e recomeçar.

O reassentamento

Então todo ano nós aumentávamos [a casa], aumentávamos e o povo falava que a gente ia sair de lá e eu achava que não. Porque diz que era só dez metros do rio que eles iam tirar, aí eu fiquei tranquila.

Não fica claro desde quando os rumores sobre um possível reassentamento chegaram ao conhecimento de Sara, assim como a suposta distância de dez metros do rio como o limite da faixa de remoção. As legislações em relação a tal tema sofreram diversas alterações ao longo destes vinte e cinco anos, assim como podem variar entre municípios. De qualquer forma, foi um elemento considerado suficiente por Sara para trazer tranquilidade e a considerar que sua casa não seria atingida por medidas que envolvessem a sua retirada.

E daí quando veio nessa época [que começou o programa], não sei quantos anos que tá que nós fizemos o cadastro, mas eu achava que ia ficar por aquilo mesmo, que eles marcaram a casa, tudo, eu pensava que ia ficar por isso. Nunca que eu ia esperar que eles, que eles tirassem a casa, que tirassem nós de lá.

A marcação das casas a serem removidas, ocorrida em 2010, ainda assim não foi suficiente para dar concretude à aproximação do reassentamento para

Sandra. Os percalços do PAC Pinhais, com anos para que fosse dado início as obras das casas para a realocação da população e com um possível acompanhamento insuficiente dos agentes executores do programa, são alguns fatores que podem ter contribuído para que Sara continuasse a pensar que a sua casa não fosse removida.

Porém, quatro anos depois, chegou o momento em que as novas casas estavam em estado adiantado de obra e a população começou a ser mobilizada. Assim, Sara percebeu que realmente a marcação de sua casa tinha implicações concretas em sua vida. Quando foi ver as obras do PAC, Sara estava decidida a não se mudar.

Sabe o que eu falei? As casas são tão pequenas que se uma vaca entrar pra dentro fica com o rabo pra fora.

O tamanho das casas novas foi relatado com um importante gerador de sofrimento advindo com o reassentamento, pois Sara a considerava insuficiente para atender as suas necessidades e acomodar todas as suas coisas, visto que morava em uma casa com nove peças. Mas em certo momento Sara acabou aceitando que, mesmo contra seu desejo, iria ter que deixar a sua casa. Porém, não sem implicações em sua vida.

Daí nós paramos de mexer [na casa antiga], tanto que quando saímos de lá só abrimos a porta e saímos. O que não era roupa nós deixamos. Deixamos o guarda roupa, pia, ficou tudo.

A partir deste momento Sara deixou de investir na sua casa antiga, não sendo feito mais reparos e outras melhorias - uma quebra nos contínuos investimentos financeiro e emocional com a casa antiga. Quando ela deixou a “casa da boneca”, foi sem levar praticamente nenhum de seus móveis, tanto velhos quando novos, mencionando em especial os guarda-roupas.

Ai que horrível que é mudança, aquela correria, aquelas coisas, nossa, não gosto de mudar, de mudança não. Nunca gostei, principalmente, geralmente quando a gente muda eu faço pirraça e não levo as coisas. Levo muito pouco, porque eu não gosto de ficar arrumando as coisas pra mudar.

Como Sara não gosta de mudanças, ter que arrumar suas coisas para deixar um lugar que não foi uma escolha sua parece algo que traz um sofrimento com o

qual ela não consegue lidar. Assim, faz “pirraça” e deixa tudo para trás, um corte de laços brusco com os móveis que parecem carregar lembranças boas das quais ela prefere não rever para não sofrer ainda mais.

Eu acho que o que fez nós sairmos dali, eu não me engano não, foi aquele homem. / Denise: O que tem os barracões? / Sara: É, eu acho que foi ele que não queria que ninguém ficasse lá, só pode. Porque eles não iam tirar nunca ninguém dali, nunca falaram de tirar. Eu acho que foi [...] porque lá dá muito dinheiro, já pensou o quanto aquele homem não paga de imposto. Então se ele pedir pro povo tirar nós dali tirava mesmo. Eu acho que foi isso.

Para Sara o reassentamento foi fruto da disputa pela cidade entre os ocupantes e o maior proprietário de terras da localidade. Apesar de o programa atingir outras vilas ao longo do rio Atuba, envolvendo outros proprietários, podemos pensar no questionamento de Sara sobre a diferença no nível de influência dos donos do capital nas tomadas de decisões em relação à cidade em contraposição à escuta e participação dela e da comunidade envolvida nas decisões sobre o reassentamento. Desta forma, a voz de quem paga imposto contra a de quem “não paga”, é escutada de maneiras diferentes.

Assim, após anos desde que o reassentamento entrou em sua vida, Sara finalmente se mudou. A chegada à casa nova trouxe lágrimas que levaram alguns meses para secar.

A casa nova: a casa amarela

Quando a gente não gosta do reassentamento é uma morte pra gente. Quando eu cheguei aqui foi uma morte, porque eu chorava muito.

Sara mudou-se para o conjunto Moradias Jerivá em agosto de 2014. O reassentamento trouxe um sofrimento que ela compara com uma morte, como vemos na fala acima. Segundo Sara, somente de janeiro de 2015, isto é, mais de seis meses depois da mudança, é que está “contente” com a casa. A casa nova é geminada com outra, do neto Sandro. Ela é de alvenaria e conta com dois quartos, sala e cozinha conjugada, um banheiro e é entregue à família sem muros e com o quintal sem benfeitorias.

[A casa] foi melhorando por causa que eu tinha esse dinheirinho no banco, daí fiz [as obras], até que fiz ligeiro, senão, tem gente aí que [tem] tudo para arrumar ainda né. E aquele mato, a gente vê um mato nesses terrenos que eles não carpem, aquelas coisas tudo, dá até uma agonia. Aqui tem muita coisa pra fazer, mais uns cinco mil e eu termino.

Grande parte das vezes que se refere à casa nova durante a entrevista, Sara fala sobre três momentos: a difícil chegada, a adaptação a casa nova através das obras que está realizando e a condição de que ela está bem pois logo irá “embora”, isto é, que irá morrer em breve.

[A casa] tem a ver comigo porque, agora eu estou arrumando ela de um jeito que eu estou gostando. Está faltando só pintar ela de outra cor né, que essa cor amarela é feia demais. Daí vou acabar de arrumar e vai ter mais a ver comigo. Aí eu fico querendo bem, mais ainda. Porque eu vou ficar pouco tempo nela, eu não vou demorar muito. Estou arrumando pros outros.

Assim, ao mesmo tempo em que vemos em Sara o movimento de investir financeiramente e de transformar essa casa padronizada de conjunto habitacional em algo seu, para atender suas demandas, Sara ressalta que a casa não está sendo arrumada para ela, mas para seus filhos ou quem vier a precisar dela no futuro.

O que me deu forças foi primeiramente Jesus, que eu coloco ele em primeiro lugar. Mas o que me deu forças foi o dinheirinho que eu tinha no banco, porque se eu não tivesse esse dinheirinho estava do mesmo jeito das outras casas, de muitas casas que tem aí. Imagina eu com essa casa sem muro, com aquela cachorrada de fora tudo aí, como foi no começo... Aquilo ali era um buraco lá atrás, era aqueles, ui, não gosto nem de pensar.

Alguns fatores que Sara aponta como que contribuem para se reerguer diante dos acontecimentos são seu “dinheirinho” no banco - que permitiu que ela pudesse realizar as melhorias que queria na casa - e a sua fé, que lhe dá “forças”. Ela também se coloca como uma pessoa “fácil de enganar”, tanto com casa como com vizinho, “igual aquelas crianças que dão doce e eles ficam contente”. Assim Sara aponta uma facilidade em aceitar e se adaptar as situações da vida, o que acaba contribuindo para enfrentar o reassentamento.

Outro ponto possível de aproximar é que Sara considera o conjunto Jerivá como um lugar que oferece condições semelhantes ao de sua casa antiga, tratando as duas localidades das casas como se fosse praticamente a mesma. Mesmos

vizinhos, mesmo acesso e facilidades, em especial o mesmo clima, mais ameno. Ela chega a afirmar que parece que nasceu nesta região, de tanto que gosta de tudo o que engloba esse lugar.

Quando chegou à casa nova, Sara relata dois pontos que a incomodaram mais: o quintal, com lama e “buraco”; e a cor da casa, de um amarelo vivo. O tamanho da casa foi algo com o qual ela diz ter se adaptado, chegando a afirmar que, por ser somente ela e o seu esposo, a casa não chega a ser pequena. De todo modo, ela construiu nos fundos da casa uma nova peça, onde colocou o fogão e coisas de lavanderia. Também fez muro, colocou piso e revestimento na cozinha e banheiro, e entre uma entrevista e outra, novas obras surgiram. Junto a isso fez uma horta onde planta repolho, couve, cebolinha, além de ter um pé de polca que comprou junto com Sandro.

Voltando um mês após a mudança, a saúde de Sandro continuou se degradando devido à doença, sendo que ele acabou morrendo em setembro de 2014. A perda da casa antiga, somada com a perda da sua maior “riqueza”, trouxe profundo sofrimento para Sara. Ela, que se descreve como sendo anteriormente uma pessoa alegre e “doidinha”, hoje se coloca como alguém sem ânimo, estando com medo de “pegar uma depressão”. Quando incitada a contar uma história sobre a nova casa, Sara diz:

O que tem dessa casa é, não é bom. Eu sinto muito feliz com a casa, com o lugar, mas o que aconteceu aqui... Ninguém tem culpa, a casa não tem culpa, nem o lugar, mas o que aconteceu aqui não foi bom não. Deixou uma marca no meu coração, o que aconteceu aqui. Não é fácil.

Diversas vezes nas entrevistas Sara falou que o lugar não tinha culpa do que aconteceu a Sandro. Porém na casa dele parecem ter sido enraizadas lembranças da pessoa que ele foi e da sua morte, de forma que a casa em si remete a Sandro. Tem momentos que ela não gosta de entrar na casa, e o filho de Sandro também não quer morar ali, pois diz ver o pai sorrindo para ele na janela. De todo modo, Sara não pensa em se mudar novamente.

Daqui se deus quiser eu vou mudar pro cemitério só, não vou mudar mais pra lugar nenhum. Ai que coisa mais ruim a pessoa mudar né?

Sara diz ter no cemitério em Piraquara “bem dizer uma casa”, onde está Sandro e seu filho falecido. Só se imagina saindo de Curitiba, a região que tanto gosta, para ir para lá. Ela diz ser uma pessoa que “não enfrenta para não vencer”, e nestes movimentos de ora cultivar a casa nova, ora se deprimir diante dos recentes acontecimentos, Sara os enfrenta para “vencer” este novo desafio em sua vida.

Sara vê um “sentido bom” de todos estes acontecimentos relacionados ao reassentamento, pois finalmente encerrou-se esta etapa. Sua perspectiva sempre é a de ser uma pessoa com fé nos desígnios divinos de sua crença e do privilégio de sua condição de proprietária de uma casa própria - enquanto outras pessoas moram de aluguel, ou mesmo não tem casa para morar. “Então eu estou feliz, e a ultima palavra é felicidade.”

Foi um sentido bom, porque pelo menos não fica aquele susto das pessoas dizendo: “vão tirar o pessoal da beira do rio”, ah isso aqui, e eu dizia: “mas aqui nunca alagou”, e o povo teimava e dizia que queria tirar. Então foi um sentido bom que agora estou tranquila porque não precisa mais pensar nisso. **Não vai alagar mais** (grifo da autora).

4.2.2 Pedro: o privilegiado

Na casa antiga de Pedro na beira do rio, havia, conjugada, uma igreja: “igreja internacional da missão *kadosh* – visão celular no modelo dos doze”. Tal igreja era um projeto de sua esposa, mas também uma evidência de quem é Pedro e os valores que ele preza em sua vida; ele amava essa esposa e também se sentia norteado pela religiosidade que emanava inicialmente dela.

A fé de Pedro em deus, a quem ele sempre chama de “poderoso”, é muito grande. Jurou guardar até seus últimos dias os mandamentos de deus como prova de sua espiritualidade. Além dos mandamentos cristãos, Pedro traz consigo “os mandamentos do privilegiado” - uma série de “verdades” que Pedro aprendeu em sua vida e que conduzem ao caminho daquele que é privilegiado pelas graças do “poderoso”, pois “todas as coisas boas provém de deus”.

As conversas com Pedro se iniciaram na rua de sua antiga casa, em 2014. Quando eu passava no local, fui abordada acerca da situação de sua casa considerada irregular: morando em uma casa com fundos para o rio Atuba, estava sem vizinho do seu lado esquerdo, visto que todas as outras casas já tinham sido demolidas e os moradores haviam se mudado para o Moradias Jerivá.

“Desacorçoado”, Pedro pensava que havia sido esquecido ali, que poderia não receber a tão desejada casa nova após anos de espera. De todos os entrevistados, ele parece ser o que mais ansiava pelo reassentamento. Na casa de onde foi removido, que ele chama de “barracão”, viveu enchentes e esperou com paciência por mais de sete anos, até que recebesse a chave da casa nova. Apesar das enchentes que enfrentou, de considerar ter sido um “engano” a compra de uma casa sobre uma terra que não pertencia nem a ele “nem a ninguém”, as lembranças desta casa e sua vizinhança são especiais.

Nordestino, negro, com 83 anos, Pedro morou em diversos lugares do Brasil antes de chegar ao barracão. Começou sua trajetória migrando para São Paulo aos 19 anos em busca de uma vida melhor, já que tinha dificuldades de se entender com os “patrões” de sua terra. Sua cidade natal se situava aos pés de uma serra, possuindo muitas “nascenças” de água que ficavam em posse dos ricos. Ele, muito “enjoado” quando era jovem, querendo que a situação fosse diferente, mas com “medo de apanhar e ir preso”, acabou decidindo deixar sua mãe e avô materno em direção ao sul do Brasil, atrás de novas oportunidades.

Acabou se estabelecendo no Paraná, tendo trabalhado como peão e conseguido bons ganhos no tempo do café. Se tivesse “posto em prática” esse dinheiro, isto é, economizando e investindo, hoje ele não seria Pedro - seria “Seu Pedro”. Mas ele, jovem, solteiro, “jogado da lagarta aí do mundo”, despendeu seu dinheiro com jogo, dança e “brincadeiras”.

Tudo mudou, no entanto, quando Pedro conheceu a mulher que viria a ser sua futura esposa: Joana. Deste momento em diante Pedro começa a viver o que chama de uma “vida privilegiada”, cujo primeiro e maior destes privilégios foi o de responder as perguntas do cartório civil e da igreja, nos votos de seu casamento. Assim, Pedro descobre seu primeiro mandamento: O casamento é o maior dos privilégios.

Casado e já em Curitiba, Pedro teve o seu primeiro registro em carteira como servente de pedreiro. Porém, acabou demitida devida sua insistência em querer tornar-se pedreiro logo. Mas o que aparentava ser uma dificuldade transformou-se em uma grande oportunidade. Pedro saiu com o bolso “gordo” de dinheiro da rescisão e desta vez não “jogou fora”. “Na manha”, conseguiu uma doação de tijolos

refugados em uma olaria e comprou mais dez mil tijolos, fazendo com eles a “sua casa”, construída por ele e seu filho.

Pedro, filho único, teve somente um filho. Tudo na sua vida foi “escalonado”, “nunca passou disso”, sempre com poucas coisas. Tem-se, portanto, o segundo mandamento do privilegiado: só se deve pegar o peso que pode carregar. Se fossem vários filhos, talvez ele não tivesse conseguido cuidar, mas conseguiu, cumprindo o seu papel. Uma imagem que carrega a esse respeito é a do parricídio; assim, ele dá “graças a deus de ser fraco, não ter nada, ter família pouca”, pois se fosse diferente talvez os filhos se juntassem e quisessem a sua morte. Joana e Pedro também tiveram uma filha adotiva, mas é algo que eles pegaram “sem deus, porque adotivo é causo da gente mesmo, é a gente que procura aquilo ali”, dando para ele um peso diferente para a questão da paternidade para um e para outro.

Na construção da casa dos dez mil tijolos, Pedro pôde dar ao seu único filho o seu maior legado, ensinando a ele uma profissão. Levantava “um canto de muro aqui e levanta outro lá, e estende uma linha para depois por os outros tijolos. E o filho guardou tudo isso na memória”.

Pedro, avaliando-se como um “analfabeto da roça”, dá um grande valor ao estudo. Ele conta que tentou estudar, mas foi “reprovado”. Durante as entrevistas, fez variadas considerações para tentar entender o trabalho do psicólogo e que tipo de contribuição ele poderia dar. A escuta do outro foi o que chamou sua atenção em particular, de forma que considerou a “causa” da psicologia como algo especial, pela busca em compreender o outro e sua vivência. Uma “causa” maior do que a de muitos doutores, pois seria a “causa da causa”.

Pedro acabou por aprender a assinar seu nome à luz de candeeiro de carbureto para poder tirar o título de eleitor, pois queria votar em Getúlio Vargas. O interesse por política permanece, mas desde Getúlio poucos são os “governos como o dele” que “chegou ao conhecimento” de Pedro: somente “Tancredo, depois passou pro Lula, depois do Lula passou pra Dilma”. As dificuldades que o governo atual está enfrentando, segundo ele, são devido à diferença das mentes das pessoas, cada uma querendo uma coisa. Para Pedro, o homem não sabe escolher o que quer, sendo este seu terceiro ‘mandamento’: somente deus é capaz de ter este conhecimento - e é por isso que devemos seguir o caminho de deus.

Sempre que Pedro e sua esposa tinham ideias diferentes, ele seguia a ideia dela. Ele era o esposo, mas “ela é que mandava”, tendo ele sido sempre obediente a ela. Assim, Pedro começou uma série de mudanças de cidade, encabeçadas por Joana, que possuía uma inquietação missionária.

Resolveram mudar para o Amazonas, ocasião que venderam a casa dos dez mil tijolos. Pedro guarda na memória detalhes da ida a Caixa Econômica para fazer os trâmites da venda, transparecendo a marca que sair da “sua casa” deixou em sua vida. Desde a venda muita coisa aconteceu, “mas aquela casa que levou” eles a tais oportunidades.

Na longa viagem até o norte do Brasil, Pedro já queria voltar no meio do caminho, crescendo em coragem somente quando viu a diferença das ruas, árvores e plantas do lugar. Seu sonho era melhorar de vida: enquanto Pedro buscava “colher material”, sua esposa queria “colher espiritual”. Quando duas ideias não estão afinadas, as coisas não dão certo. E Pedro, obediente, acabou seguindo os objetivos dela e o dinheiro da casa deles - “jogado fora” com mudanças - acabou “aproveitado na parte espiritual”, tanto para ela quanto para ele. Nesta mudança para o Amazonas, depois para Rondônia, foi que Pedro e Joana conheceram o ministério internacional *kadosh*⁵⁹ - uma igreja evangélica onde encontraram respostas aos seus anseios religiosos.

Quando voltaram para Curitiba e foram morar no barracão, “irmã Joana”, passou a ter como sua missão a de construir uma igreja. Começaram então em um salão alugado, onde ficaram por dois anos. Porém, para ter uma igreja, “precisa muito dinheiro, precisa muita fé, precisa muita prática em trabalhar, senão não dá conta” e infelizmente o projeto não cresceu como eles almejavam. Assim, não conseguindo arcar com as despesas, a igreja passou a ocupar a garagem da casa deles – porém, sem nunca abandonar a missão.

Joana veio a falecer em Paranavaí. Ela tinha muitas doenças, mas seus planos não se alteravam. Na última conversa entre eles, Joana tentava convencer Pedro a mudarem para Paranavaí, onde morava a filha adotiva e lá tentar novamente construir a igreja. “Ela só queria a igreja”, mas não conseguiram “colocar em prática”. Pedro queria “partir” antes dela e muitas vezes não entende porque precisou ficar mais um pouco. Isto porém não o abala, pois só o “poderoso” sabe o

⁵⁹ “KADOSH, que a tradução em hebraico quer dizer Santo Separado”. (<http://ministeriokadosh.com.br/?p=3129>)

dia da sua morte e “a gente não dobra aquilo que é pra acontecer”. “O que tem que ser, é”, sendo este o quarto ‘mandamento’ que aprendeu na “esperança de ser privilegiado”.

Quando fui apresentar a pesquisa a Pedro e convidá-lo para ser entrevistado sobre a sua vivência do reassentamento involuntário, ele começou a falar de quando pediu a sua esposa em casamento. Naquele momento em que ainda mal o conhecia, associei sua fala com a palavra "casamento", vindo a descobrir que a origem da palavra remete a ‘terreno com casa instalada’⁶⁰. Para Pedro, porém, o casamento, mais do que uma casa, foi o lar que ele construiu ao longo de cinquenta e um anos e do qual já se encontra “pronto” para a despedida - para “subir” junto de Joana.

A casa antiga: o barracão

Quando nós fomos para lá, pra beira do rio, foi engano. Eu não sabia ainda o significado, mas depois nós descobrimos que lá não pertencia a nós e nem pra ninguém, porque lá pertencia a marinha. Porque a beira do rio pertence à marinha, e não a nós, não é pra prefeitura, não é pra ninguém. Pertence a outros processos.

Pedro foi morar nas margens do rio Atuba após uma troca por um terreno que tinha em Barra do Turvo, São Paulo. Ele, após não conseguir melhorar “materialmente” de vida no norte do Brasil, voltou a Curitiba, onde havia sempre conseguido oportunidades de trabalho. Porém, assim que se mudou para a casa, os vizinhos, que também tinham comprado terras da mesma pessoa, contaram que aquele lugar não pertencia a Pedro. A propriedade das margens do rio como terra da marinha foi informada por vizinhos, apontando que até esse momento havia pouca fonte de informações adequadas sobre a condição de sua moradia.

[A casa] lá foi feita como barracão. As quatro paredes. E ali esse barracão teve festa dentro... o homem lá era do baile, fazia o baile dentro, teve até as coisas ao contrário, e daí chamo de barracão, porque quando eu fui lá só tinha as paredes. Eu dividi tudo com as madeiras que eu comprei.

A casa adquirida na troca era na verdade um barracão e é deste modo que Pedro se refere a ela em quase todos os momentos da entrevista. Era um salão com

⁶⁰ <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/casamento/>

as quatro paredes e dois banheiros, onde havia bailes e coisas “ao contrário”, isto é, coisas que não estão de acordo com o caminho “certo”, que para Pedro é o caminho de deus. O banheiro foi transformado em um único e o espaço dividido com madeira em peças para acomodar o casal, seu filho e seu neto.

Não tinha [lugar] nem pra plantar um pé de cebola. Não plantamos lá nada.

O terreno da casa era totalmente ocupado pela construção. Além de haver pouco espaço para adequar o lugar às necessidades da família de Pedro, o barracão também tinha condições de ventilação e iluminação comprometidas devida à construção ser pensada para outro fim. Ademais, a proximidade com o rio Atuba agregava mais complicadores.

[Lá] passei enchente, a casa enchia de água. Fiquei assim, sentado na cama, e a mulher do irmão Joaquim veio falar: ‘vamos pra casa, vamos pra casa’. [E Pedro:] ‘Não, mas passa já a água’, e a água estava já baixando. Mas a água entrava na casa e ficava alagado tudo, aquela rua enchia de água. Aquela rua da frente que nós saímos enchia de água, que a outra rua é o rio. Fazia frente pra uma rua, mas o fundo era o rio. Aí enchia de água e vinha pra dentro de casa.

Nos anos que Pedro morou no barracão houve algumas enchentes que traziam dificuldades para a família. A vizinhança se ajudava nestes momentos e talvez pelas condições que todos enfrentavam, existia a expectativa de um programa que retirasse a população daquele lugar. Mas mesmo nestas circunstâncias, o barracão ainda pôde ser algo mais.

A igreja era uma igreja diferente dos outros, porque a gente congregava na sala, lá na chegada. Você chegou a ver? A gente repartiu, a minha esposa dividiu, aí a gente congregava na parte da garagem. Onde tinha os carros, a gente congregava ali. Chegava muita gente ali congregando e por isso nós tínhamos esse privilégio de muitas coisas acontecerem, de nós conversarmos com o povo, de querer educar o povo.

A missão de Joana em ter uma igreja era algo que norteava a sua vida. Após não conseguirem arcar com as despesas do salão alugado, onde a igreja funcionou por dois anos, Joana resolveu trazê-la pra sua casa. Assim, o espaço destinado à garagem se transformava também em um local de oração, onde Joana e Pedro congregavam com a vizinhança e buscavam fazer crescer a sua religião. Desta forma, apesar das condições físicas, o barracão estava envolto em espiritualidade e simbolismo religioso.

A lembrança mais forte que eu tenho é de que eu vi muitas coisas boas, pela ideia da irmã Joana, que ela tinha aquilo por fé de fazer aquilo. É, eu não acreditava naquilo, mas depois eu fui obrigado a acreditar porque eu via o fruto. Eu via o fruto.

O protagonismo de Joana nas questões da igreja é mostrado pelos “frutos” que ela conseguiu durante o tempo que manteve a igreja. Por mais que os planos não tenham saído da maneira que almejavam, com o crescimento da igreja e dos fiéis, Pedro reconhecia que a fé dava frutos e o barracão traz as lembranças do tempo e da obra da “irmã” Joana, que fortificaram Pedro em sua fé.

Como Pedro foi rapidamente informado por vizinhos das questões fundiárias da região, a vinculação dele e de sua família naquele lugar e naquela casa parecem ter sido comprometido. Assim que chegaram, mal puderam criar raízes, sabendo que teriam que deixar aquele lugar que ainda estava se transformando em uma casa. Sem grandes investimentos financeiros e emocionais, o barracão parece não ter atingido o status de um lar. O vínculo de Pedro, o seu verdadeiro lar, mais do que em sua casa, estava enraizado no seu casamento.

O reassentamento

[Meu vizinho] disse: nós temos que sair daqui, mas eles vão por vocês noutro lugar. Eles vão por vocês noutro lugar. Não tem, vocês não fiquem assustados que vocês vão pra outro lugar, que é dado pelo governo. Aí não fiquei assustado não. Não fiquei assustado.

Assim que chegou ao barracão Pedro soube da possibilidade do reassentamento. Logo, ele relata não ter ficado “assustado” ou mesmo questionado como seria esta retirada que interviria ativamente na vida dele e de seus vizinhos, ao remover todos da área. Percebe-se também que não houve naquela localidade organização dos moradores ou mobilizações conjuntas em relação à intervenção proposta pelo Estado. É possível que as próprias condições adversas a qual a casa estava sujeita, com a habitabilidade prejudicada, contribuiu para que não houvesse questionamentos sobre as ações que vieram a seguir.

[Os vizinhos] lá já esperavam a não sei quanto tempo, os que moravam lá na beira do rio, já esperavam eles. Mas quando eu cheguei lá, outra espera. Mas nós não esperamos muito, não foi muita coisa que a gente esperou. Mais ou menos uns dois anos, três anos nós esperamos. Aí foi feito inscrição aqui.

Apesar de Pedro afirmar ter morado mais de quatro anos no barracão, seu filho Davi contrapôs esta informação, dizendo que eles moraram mais de sete anos na área. Esta fala de Pedro evidencia que antes mesmo da inscrição em 2010 ele já estava lá há três anos no local, corroborando com o tempo de moradia aproximado de sete anos. Assim, fica mais claro que Pedro acompanhou o PAC desde o início e que demonstra ter existido uma expectativa da população que aguardava uma iniciativa do poder público para deixar as margens do Atuba.

Pedro relata que visitou outro conjunto habitacional do PAC Pinhais, que ficou pronto antes do Moradias Jerivá. Ele chegou a pensar que iria para o outro conjunto, demonstrando uma vontade de saber o que o aguardava e a expectativa da mudança, que era aumentado devido os atrasos ocorridos no programa.

Agora eu tive mais esperança quando [...] veio fazer aqui aquela reunião que veio aqui o prefeito e veio o governo, o Beto Richa. Veio o Luizão e o Beto Richa. Eu tive uma esperança de vir. Fiquei conhecendo aqui o lugar. [...]. Aí depois eu vim aqui, quando eu vim ver as casas, tava começado, bastante casa feita.

Os atrasos parecem ter gerado ansiedade em Pedro, mas ele teve suas esperanças alimentadas quando foi feito um evento político no início das obras do Moradias Jerivá. Neste evento, havia um trator com o qual o prefeito fez um buraco na terra dando início às obras. Naquele momento Pedro não podia imaginar, mas o local do buraco escavado tornar-se-ia anos depois a sua nova e desejada casa.

Quando foram fazer o primeiro trabalho, depois eu fui numa reunião lá no [...] colégio pra cá assim. Nós fomos a uma prosa lá, [...] um aviso pra nós termos mais paciência de esperar, isso e aquilo.

A espera durante os quatro anos parece ter sido longa. Pedro acompanhou as reuniões realizadas pela agente executora e buscava saber dos acontecimentos do programa. Na fala anterior, ele menciona que voltou a visitar a obra quando já haviam casas construídas, de forma que mantinha sua esperança, mesmo que oscilante e que fosse necessário ter paciência.

Aí depois vocês trouxeram o povo de lá e aí eu perdi a esperança. “Não vou ganhar nada não”, fiquei desacorçoado, que não ia ganhar nada do que eu queria. [...] “Por que vocês levaram o povo bem pertinho de mim aqui, passaram e não viram eu aqui?”

Quando as casas ficaram prontas, porém, Pedro não estava nas primeiras levadas de famílias que foram reassentadas. Não somente isto, como ele foi o primeiro dos que ficaram: o seu vizinho de muro foi removido e ele não. Neste momento, Pedro relata que perdeu as esperanças, acreditando que não iria receber uma nova casa.

Somente quando participou do sorteio da sua casa é que finalmente a espera terminou. Devido ao fato de Pedro utilizar bengala, ele foi selecionado para participar do sorteio e ocupar uma casa adaptada para pessoas com deficiência.

Você lembra que eu pus a minha mão [no saquinho do sorteio] e não deu certo de eu pegar, aí comecei a colocar a mão do meu neto mais novo, deixei ele pegar, é a mesma coisa, ele pegar. Minha fé é tão grande que veio o que eu queria.

O momento do sorteio e a primeira visita para conhecer qual seria a sua casa nova foram eventos marcantes para Pedro, que mencionou em diversas ocasiões durante as entrevistas. No sorteio, quem retirou o papel de qual casa seria de Pedro foi seu neto, pois ele teve dificuldades para pegar o papel do saquinho do sorteio, pequeno para a sua mão. De todo modo, por obra que atribui a sua fé, Pedro foi contemplado com a casa que ele queria, as que possuem os maiores terrenos.

[A Joana] contou lá quando fez a inscrição que queria o mesmo tanto de terreno pra mode nós termos a igreja.

Na ocasião das inscrições, Joana manifestou o seu desejo de receber uma casa onde fosse compatível a construção da igreja. Seja pelo pedido de sua esposa pelo terreno maior, ou pela sua fé, as escolhas são para Pedro sempre obras do “poderoso”.

Recebi [a casa] com as duas mãos, gostei muito daquele lugar. Porque é um lugar que eu recebi, que eu queria casa de esquina, que a minha esposa falou que ela ia por a igreja, tudo. Não foi o caso dela vir aqui. Eu não vou por a igreja porque eu estou devagar.

Joana acabou morrendo três anos atrás. Ela, que foi quem mais teve esperanças em relação à casa nova, não pôde vivenciar esta experiência. Acometida por diversas doenças, estava em Paranavaí na ocasião de sua morte. No

momento que Joana faleceu, ela e Pedro conversavam sobre os planos dela de construir uma igreja em Paranavaí – buscando viabilizar a sua missão com suas últimas forças, até o último momento de sua vida.

Ela pôs a língua pra fora e não pôs mais nada. Subiu. E o Davi⁶¹ ficou triste. [...] Ele trouxe ela doente uma vez [de volta para Curitiba] e trouxe morta outra vez, pra se enterrar aqui. E é isso, coisa que a gente tem, mas o que tem que ser, é. A gente não dobra aquilo que é pra pessoa acontecer.

Assim como Pedro não pôde mudar a morte de Joana, em sua visão, ele parece também não pretender mudar nada em relação ao reassentamento, pois “o que tem que ser, é”. Desta forma, Pedro leva a vida com fé de que o que lhe acontece é o peso que pode carregar, pela vontade do “poderoso”, acarretando em uma postura por um lado conformista, aceitando fatos externos que lhe ocorrem sem questionamentos, por outro a uma paz e serenidade diante dos acontecimentos, inexoráveis ou não, da vida. Após anos de espera e esperança, Pedro muda-se para a casa nova em março de 2014.

A casa nova: a casa dos meninos

Eu fui [para o barracão] sem saber, mas aqui eu estou sabendo onde é que eu vim ficar, [...] porque aqui foi o governo que deu para nós e nós estamos aqui, privilegiados, porque aqui nós estamos sabendo que vamos receber o documento, sabendo que isto aqui é nosso. Aqui é nosso, pra eu deixar pro meu filho, pra meus netos, pra meus bisnetos. É essa parte que nós estamos privilegiados.

A casa nova de Pedro é “vermelhona”, uma casa de esquina. Ele conta que ao conhecê-la pela primeira vez ele viu somente um lado da rua, demorando em dar conta de que a casa chegava também à outra rua. Para Pedro, a nova casa foi dada pelo governo, o que parece trazer uma segurança que até então ele não possuía desde a casa dos dez mil tijolos, representada pelo documento do imóvel. Deste modo, a casa passa a ser um legado, um bem que pode passar adiante de sua geração, na expectativa que quem ali more possa melhorar de vida. Neste ponto, percebe-se que para Pedro a casa nova é algo que foi “ganho”.

⁶¹ O filho.

Gostei da casa, gostei do presente. Só eu, dentro do quintal. Parede pra lá não tem ninguém. Tem, mas não vejo, tem um muro fechado. Eu fui privilegiado nas quatro partes⁶², e por isso que eu digo vitória para você. Vitorioso eu fui, porque eu estou aqui cuidando do que é meu.

A casa foi recebida como um presente para Pedro, de forma que não é possível perceber alusões em relação a casa como um direito que possui como cidadão. Aparentemente, para ele, a casa foi ganha e não conquistada. De todo modo, ele considera-se vitorioso, pois hoje ele “cuida do que é seu”, na sua casa que agora não ocupa mais todo o terreno, com espaço entre a dele e a de seus vizinhos.

Eu tenho isso aqui, é bonito, eu vou lá na esquina, volto, eu varro com a vassoura nossa, segurando um pouco, até o vizinho, vou varrendo aquela valetinha de correr água, vou varrendo... contente, alegre, devagar, mas foi o poderoso que me deu.

[A casa] fala muita coisa, fala que é pra eu por piso aqui, pra por azulejo nas paredes, fala pra eu britar essa calçada, fala que é pra eu zelar dessa horta, fala pra eu zelar a calçada lá, pra eu fazer a garagem. O que fala é isso, pra mim ela fala nessa parte. / Denise: E o que o senhor fala pra ela? / Pedro: Eu falo pra ela que eu estou indo devagarzinho, de parte em parte.

O zelo com o qual Pedro cuida da casa nova é demonstrado pelas pequenas coisas que faz em seu dia a dia. Em uma casa somente de homens, todos são responsáveis pelos afazeres domésticos. Mais do que a dificuldade da obrigação destes afazeres, com o qual Pedro diz já estar acostumado, ele zela e cultiva a casa tal como um presente que deve estar bem preservado para ser passado adiante.

A vizinhança aqui é outra vizinhança. Lá era uma, aqui é outra. Aqui eu tenho que ter cuidado porque a vizinhança, que faz vizinho meu, é lá o boteco é vizinho meu, o cara de móveis é outro vizinho meu. Aí esse vizinho aqui, que não pintou o muro bem, ele guarda o carro aqui no meu quintal. A gente conversou bastante. O outro vizinho lá onde... se dá muito bem. É, ele dá mais espaço pro meu filho, mas nós nos damos muito bem. De vez em quando ele vem aqui. Mas nós estamos muito bem na vizinhança. E os vizinhos de lá vinham congregar junto, tudo, já fui lá na casa do irmão Rafael. É outra vizinhança. Nossos vizinhos aqui são outros. Só que passa e não conversa comigo, passa vizinho mas cada um cuida dos seus afazeres. É diferente, daqui pra lá.

Outra grande diferença para Pedro foi a modificação da vizinhança. Ele não saiu junto com seus vizinhos mais próximos, em partes devido a ele ter sido o

⁶² Em relação aos quatro vizinhos, de lado e frente.

primeiro da segunda leva de reassentados. Assim, apesar de morarem no mesmo conjunto, para um idoso que necessita o uso de bengala, houve uma alteração significativa da distância entre seus conhecidos mais próximos. Sua casa ficou no cruzamento entre as ruas de maior movimento no conjunto, com comércios e bares, o que gera um fluxo de pessoas que já não conversam uns com os outros. Como Pedro não montou a igreja novamente, o ritmo de pessoas frequentando a sua casa também ficou alterado.

Denise: Então pro senhor não tem diferença morar em uma casa que já é padronizada do que morar numa casa que o senhor mesmo construiu? / Pedro: Não, pra mim não. Não tem diferença porque eu enxergo fazer as mesmas coisas que eu tinha lá. [...] Se eu disser pra você que aqui eu estou mais machucado, que eu estou mais, não. Não tem diferença nenhuma. Aqui só a peça que é menor e outra coisa que é menor, mas não tem vaidade nenhuma. Acabou a vaidade.

Pedro, como pedreiro e alguém que já morou em casa autoconstruída, afirma que não tem diferença entre morar em uma casa padronizada, como a do conjunto habitacional, e em uma casa feita por ele. Porém a ausência da diferença vem do fato dele vislumbrar fazer as mesmas coisas que tinha na sua casa autoconstruída na casa nova. Deste modo, a casa dos dez mil tijolos, por ter atendido as necessidades de Pedro e sua família, é o padrão de referência que hoje ele utiliza para pensar as melhorias na nova casa.

Apesar do cuidado com a casa e das obras que tem feito, Pedro menciona que sua busca é de estar pronto para deixar este mundo. Não tem mais amarras ou coisas que o segurem mais aqui, sendo que “acabou” a vaidade, acabou o tempo de ter que “repartir o dinheiro para cobrir a vaidade”. Ele vai devagar esperando o dia chegar, e até lá permanecerá transformando a casa nova na “sua casa”.

Denise: Você acha que você e a sua casa tem algo em comum? / Pedro: Não, não tem nada em comum porque eu estou aqui com conhecimento e certeza que não é pra mim, isso aqui é pros meninos colocarem em prática, pra cuidar dos filhos deles e deles mesmo.

Pedro conta que quando na ocasião da inscrição, sua esposa já teria tentado deixar a casa em nome do neto. Isto mostra como desde aquele momento a prioridade de Pedro é de deixar a casa para seu filho e neto, não vislumbrando se “amarrar” ali, pois ele está “partindo”. Este posicionamento leva a algumas situações, como a priorização dos desejos do neto e filho nas obras da casa – a

construção da “casa dos carros” , que irá ter três quartos em cima e embaixo uma garagem coberta.

Pra eu falar pra você o que eu não gosto daqui, não sei o que falar, porque tudo eu recebi de bondade, tudo eu recebi foi fazendo o que... E eu não tenho nada a dizer pra você que não tenha sido bom. O que eu não gosto aqui é que coloquei o milho na terra e não deu espiga.

Quando foi realizada a primeira entrevista, Pedro tinha retirado os milhos que plantou em parte do quintal da casa, pois eles não deram espiga. Ele também já possuía uma pequena horta e pés de quiabo, que deu frutos dos quais eles conseguiram se alimentar. Já na segunda entrevista, uma fração do quintal, onde estava plantado o quiabo e parte do milho, estava sendo concretada - obra realizada para atender a demanda do filho. Mesmo assim, Pedro diz estar satisfeito na nova casa, a ponto de não ter mais voltado para o local onde ficava o barracão.

Pedro: Nunca voltei lá mais. Nunca voltei. Eu vim de mudança de lá e não voltei mais lá. / Denise: Não sente falta? / Pedro: Não. De jeito nenhum. Aqui eu tô bem.

Pedro fez a sua escolha, de cuidar da casa como cuida de seu filho e neto, deixando seu legado para que eles possam melhorar de vida ali, naquele lugar. Para que ela seja uma casa como a “sua casa”, a casa dos dez mil tijolos, que consiga levar seu filho e neto a conquistas como ele foi levado pela sua.

Que eu esteja aqui [na casa] até eu me findar, com a minha horta pra eu plantar as coisinhas ali, plantar couve, plantar isso, plantar aquilo. O que der né, o que der deu, não quero cuidar de mais nada não, eu quero cuidar disso.

4.2.3 Maria: a (in)conformada

Maria foi uma das últimas moradoras a deixar as margens do rio, na sua vizinhança. Em 2010 havia em seu cadastro uma família com seis pessoas na casa e em 2013, duas famílias e dez pessoas. Como a previsão inicial era de somente uma casa para o reassentamento de Maria, foi dada a ela a seguinte “escolha”: aguardar em sua casa uma resposta sobre a possibilidade de atendimento da segunda família - de sua filha; ou mudarem todos para a casa nova e lá aguardarem a mesma resposta. Maria aguardou.

Ela foi a única dos quatro participantes que foi possível entrevistar em dois momentos diferentes. A primeira entrevista foi em sua casa antiga, na região do rio Atuba. Já a segunda entrevista se deu uma semana após sua mudança para a casa nova, no Moradias Jerivá - possibilidade que trouxe elementos diferenciados para a compreensão da sua experiência sobre o reassentamento e as transformações dele em sua vida. Esta, porém, não foi a única mudança na vida de Maria. Nascida em Minas Gerais, negra, viveu sua primeira mudança de cidade com oito anos de idade. Todos os parentes já residiam no Paraná, de forma que sua família resolveu seguir ao encontro deles.

Alguns anos depois, porém, seu pai e mãe morreram. Tendo que começar precocemente a ser responsável por si mesma, Maria então com treze anos, seguiu rumo à casa de seu irmão em Curitiba na expectativa de conseguir um trabalho e de estudar sem ter que enfrentar grandes distâncias, como no interior. Desde então Maria nunca mais deixou de trabalhar, estando hoje há vinte e oito anos trabalhando no mesmo local, na área de limpeza, aguardando com expectativa pela aposentadoria.

Maria casou-se duas vezes. De seu primeiro casamento ficaram as três filhas mulheres. Com seu atual e segundo marido, tiveram quatro filhos homens, estando o mais novo com 16 anos. Moravam em Piraquara em uma casa bem acabada, com forro e em um terreno onde pagavam o IPTU. Porém, um enteado de Maria foi assassinado e a família decidiu deixar a cidade.

Assim, Maria chegou em 2006 na casa na área de intervenção do rio Atuba em Pinhais. Sempre soube que ali era uma área de “invasão”, mas acredita que nunca iria “perder” sua residência. Ela, vinda do “nortão”, não sabia o valor que o documento de propriedade do imóvel poderia ter em sua vida. Não demorou muito para começarem os rumores de que teriam que deixar a região.

Apesar de no início ter “perdido o chão” com a notícia do reassentamento, ela não se abalou. De forma tranquila esperou a mudança, pois sabia que iria permanecer ali no mesmo município e isto era o suficiente. Mesmo com uma casa sem forro, com “parede” feita de uma cortina de plástico e com goteiras, ela gostava do lugar, onde teria permanecido se tivesse escolhido.

Maria se considera uma pessoa que “chega e já se acostuma” com tudo de maneira fácil, sendo bastante apegada às suas coisas. Gosta de chegar em casa,

sentar em um cantinho por um tempo para descansar, para na sequência partir para o cuidado da sua casa e das “crianças”. E nesta rotina os anos se passaram e o reassentamento finalmente se aproximou.

Sua concepção de que estava tudo certo para deixar o local, porém, foi frustrada quando no primeiro sorteio não havia casa destinada à sua filha. Maria então assistiu a saída de todos os seus vizinhos, a demolição de suas casas, o mato crescendo no entorno e a rua ficando deserta. O que tinha sido tranquilo até então, transformou-se em uma luta difícil, na qual quase “perdeu as esperanças”.

Durante a espera Maria afirma ter visto “o ser humano que não quer ver o outro bem”. Devido intrigas entre os próprios moradores, que levantavam rumores sobre a condição de real moradora de sua filha, ela percebeu que quem “não luta” pode conseguir algo mais fácil do que quem luta, como nos casos que ela não concordou com o atendimento com uma casa. Católica, ela atribui às forças que as sustentaram durante este período à fé dela e de sua filha, que colocam “deus na frente” de todas as coisas. E “deus viu” que ela falava a verdade, quando foi decidido que sua filha também seria atendida.

Porém, as expectativas em relação à casa nova e a toda esta transformação em sua vida saíram um pouco de foco com uma difícil situação: Maria acaba de descobrir que está com câncer. Mais uma vez ela precisa “segurar sozinha” suas angústias e lutar para conseguir montar a sua nova casa, para que ela possa ser um porto seguro em meio a tantas tempestades.

A casa antiga: a casa gotejante

Em Piraquara mataram o filho do meu marido e daí eu não quis mais ficar lá. Aí a gente sempre passava por aqui, daí tinha uma banquinha aqui que era da Dona Sandra, que tá morando lá⁶³ agora, e daí falou que tinha uma casa aqui pra vender. Essa aqui, do Marcos, que até faleceu. Daí a gente pegou, conseguiu vender lá e daí a gente comprou aqui e parcelou o restante, em 2006.

Buscando deixar a cidade onde o enteado foi morto, Maria encontra uma nova casa. Sua casa em Piraquara era própria, também em área de ocupação irregular. Lá, porém, ela pagava o IPTU e afirma que tinha duas casas em um lote, bem acabadas e com forro. Maria afirma que seus vizinhos ainda permanecem lá e que a

⁶³ No conjunto Moradias Jerivá, uma das áreas de reassentamento do PAC Pinhais.

área será regularizada. A casa comprada em Pinhais, apesar de possuir uma localização mais próxima de Curitiba, estava em condições de habitabilidade bem diferente. Apesar desta diferença, as duas mortes de jovens⁶⁴ mencionadas, na mesma frase, deixam entrever que a violência urbana, entretanto, parece estar presente nas duas localidades.

Então, nessa casa aqui, pra viver aqui é difícil. Se a gente pudesse, sempre foi difícil pelas condições da casa, tudo. É água que vem lá de cima, da rua; esgoto não tem aqui, não tem. Vou falar a verdade, não esgoto, nada. Água, luz tem que ser pede favor pra um, pra outro. Então é difícil, foi sempre difícil. Mas se eu soubesse que era essas condições eu não teria vindo não, porque foi bem difícil.

A casa gotejante de Maria, onde foi realizada a primeira entrevista, sempre esteve em condições difíceis. Erguida em parte alvenaria, parte madeira, com partes ainda de outros materiais como plástico, a casa foi se degradando ainda mais com o passar dos anos desde que se mudou, em 2006. Apresentava telhas furadas, não tinha forro; mesmo estando um pouco mais distante do rio, ela também sofre inundações com água que vem da rua.

Então fizemos, improvisamos essa cozinha aqui e então não tinha como a gente gastar igual muitos gastaram aí, que eles tinham condições, ganhavam bem [...]. O local aqui é gostoso pra morar, o problema é a casa.

A proximidade com Curitiba é mencionada diversas vezes como algo de grande relevância para Maria. Seus filhos e ela mesma utilizam equipamentos públicos de Curitiba, como escola e posto de saúde, além da facilidade de ônibus para o seu trabalho. Outro fator que motivou Maria a morar nesta casa, além da melhor localização, era a perspectiva de fazer melhorias e investir na mesma. Porém a questão financeira foi um dos entraves que acabou impedindo os planos, juntamente com o reassentamento. Sua família praticamente não fez obras ou modificou significativamente a casa depois que se mudaram, somente improvisando meios de fazer com que a casa pudesse atender minimamente suas demandas. De qualquer forma, ela logo se acostumou com a condição e mesmo com todas estas ressalvas, Maria preferia não deixar o lugar.

⁶⁴ Marcos também estava cadastrado para atendimento no programa PAC Pinhais.

Ah, eu sou muito apegada às coisas, é meu cantinho, minha casa, eu sou, eu já chego e já me acostumo. Igual aqui, eu tô com dó, por mim eu ficava aqui. Sei lá, do lugar aqui. A cozinha onde eu mais fico, já chego... Às vezes quando eu vou lá pro quarto logo volto, já fico mais por aqui, fico lavando roupa, começo a janta, essas coisas assim. Eu gosto desse cantinho, é velhinho, mas eu gosto desse cantinho.

Maria parece uma pessoa que cria raízes com facilidade. Logo se acostuma e se apegando ao pouco que tem, cuidando da casa e dos seus pertences. Sua casa não tinha muro, o que para ela é um ponto negativo, pois faz com que os outros cheguem direto em sua porta, sem uma distância que poderia garantir maior resguardo para sua família e coisas, as quais ela é apegada.

Um exemplo são os vizinhos também, igual o marceneiro seu Luiz, o marceneiro do lado direito nosso lá, indo pra rodovia, era um vizinho bom. Ele escutava, um barulhinho que ele escutava lá a noite ele já ia lá olhar, e nós também. O cachorro dele latia e a gente já ia ver também. Era tudo isso, um cuidava pro outro, às vezes eu saía trabalhar, às vezes até as crianças lá fora e ele já pedia pras crianças irem pra dentro. [...] Até um dia, a gente foi passear na casa da minha irmã, que mora aqui numa chácara, a gente ficou uns dois dias lá e no outro dia eu cheguei e a gente abriu a janela lá em cima, e daí ela [vizinha] viu aberta. Ela achou que era alguém que tivesse entrando lá, e já ia pegar e ligar pra polícia. Daí ela viu eu vindo na janela e ela falou: eu já ia ligar pra polícia, pensei que alguém tivesse entrando aí. E eu falei: não dona Josefa, eu cheguei... História de vizinho bom que a gente tinha, que cuidava pro outro.

A vizinhança também foi um fator mencionado por Maria sobre o seu apego aquela casa e região. Quando todos ainda estavam ali, cuidava um da casa do outro, para garantir a segurança de todos. Cuidavam até mesmo de seus filhos, pedindo para que voltassem pra casa, uma vivência mais comunitária e menos individualizante.

A maior ligação de Maria parece estar ao redor mais das pessoas do que das coisas, como se este fosse o terreno fértil que ela precisa para criar raízes e construir a sua vida. Vivendo em uma casa precária com dez pessoas, compartilhando dois quartos para duas famílias, não se pensa ser o local ideal onde uma semente pudesse se enraizar. Porém, assim aconteceu com Maria, que viveu nove anos nesta casa com sua família e acostumou-se ao jeito dela, vendo nela o seu lar.

O Reassentamento

O rapaz [vendedor] até falou, passou pra mim que era uma área de invasão: só que não tem problema, ninguém vai tirar vocês, não tem problema; vocês não vão perder. Daí depois que a gente se mudou e tudo, começou comentários.

Maria mudou-se sabendo que aquela área não era de sua propriedade. Porém, em Piraquara sua residência também se encontrava nas mesmas condições. A questão da “legalidade” para a população que vive muitas vezes toda uma vida majoritariamente na informalidade parece comumente algo distante, não sendo um fator relevante para ela no momento que negociou a compra da casa, em especial diante do fato da morte de seu enteado. Há fatores de outras ordens, como a violência urbana, que demandam uma preocupação muito mais urgente da população que vive em contextos de informalidade.

Logo começaram os comentários entre a vizinhança sobre a possível intervenção do poder público na área, até que em 2010 começaram as visitas e marcação das casas, que Maria estabelece como o início do processo de reassentamento.

Na época eu fiquei triste assim, mas depois conversando com as meninas [filhas], tudo, daí eu falei, ah... foi difícil na época. Eu tô aqui perto do serviço aqui, do ônibus, tudo, vou ter que sair daqui, porque uma hora vai ter que sair. Começou os comentários: uma hora vai ter que sair. Então a gente fica meio, perde o chão e tudo, de fazer alguma coisa, vontade às vezes, mesmo se pudesse. Mas depois a gente vê que ia sair, que ia conseguir documentado, aí a gente, eu me conformei. Mas na época que eu soube, se eu tivesse conseguido vender aqui eu teria vendido e ido embora.

Mesmo ciente das condições de posseira da área, Maria sentiu o tremor que ameaçava levar aquela terra, com “raiz” e tudo, para outro lugar. Maria recebera o comunicado de que teria que deixar o local. Em sua fala, o valor emocional do lugar parece maior do que o de sua casa, já que esta nunca conseguiu de fato oferecer as condições adequadas a sua família. As escolas e trabalho em Curitiba contribuíam para que ela quisesse permanecer, dada a importância das conexões com a cidade e a mobilidade.

Maria sabia que deixando sua casa gotejante não conseguiria uma moradia na mesma região pelo valor de sua moradia irregular. Passou a dar valor para o aspecto documental da casa, fator que atuou para que ela se conformasse com o

reassentamento. Naquela época, Maria, que “nem sabia o que era Cohapar”, passa a acompanhar as reuniões do programa e começa a relacionar-se com o processo sem se abalar.

Foi uma espera assim, tranquila. Assim, um sofrimento essa casa bem ruim, ruim essa casa, ruim, mas foi bom que daí ah, vão separar, cada um vai conseguir a sua casinha, o seu terreno, tudo.

Durante os anos de andamento do programa, Maria conta que a espera foi tranquila. A expectativa de que cada uma das famílias que habitava na casa, a dela e a de sua filha Bruna, iria ser atendida com uma casa individualmente, foi mais um elemento que alimentou esperanças de encontrar na nova casa um lugar mais adequado para ambas, tanto na questão da habitabilidade como na importância de cada uma ter o seu espaço.

Aí o mais difícil mesmo foi em 2014, que a primeira família, as primeiras famílias [saíram], antes disso... O primeiro sorteio que teve eu ainda tinha uma esperança que ela [Bruna] ia conseguir. Aí eu fui no sorteio e daí ela não conseguiu, daí eu tinha que levar ela⁶⁵ ou esperar, ver se ela ia conseguir ou não. Daí 2013, 2014 foi bem difícil pra mim. Se eu não fosse uma pessoa forte acho que eu tinha entrado em uma depressão.

Maria afirma que não imaginava que sua filha teria que provar tempo de moradia no município de Pinhais. Quando cedeu parte de sua casa para a filha morar, ela acreditava que todos que estavam ali seriam atendidos nas suas necessidades. Então, quando em 2013 na atualização cadastral que precedeu ao sorteio, Maria teve a notícia de que havia somente uma casa para todos, encerrou-se o tempo da espera tranquila e começaram os tempos difíceis. O primeiro sorteio, ao qual Maria menciona sempre, ficou como um divisor de águas no processo de reassentamento.

Eu sonhava assim que nós estávamos fazendo a mudança e a gente tava indo morar lá [no conjunto], mais ou menos, só que era um pouquinho mais pra cá, e a gente ia morar perto do colégio, o colégio que foi feito aquele sorteio, não sei se você lembra, o primeiro sorteio. Nós íamos morar bem naquelas casas ali perto do posto Tarumã ali.[...] Eu sonhando que a gente ia morar ali, bem assim, e a minha casa sempre uma casinha verde.

⁶⁵ Para participar dos primeiros sorteios, foi exigido que as famílias não cadastradas no programa fossem levadas junto para o conjunto com a família cadastrada e aguardassem análise dos casos excedentes na casa nova, para saber se seria possível ou não o atendimento; ou que todos aguardassem a análise na área, inclusive o cadastrado.

Após estes acontecimentos, Maria teve alguns sonhos relacionados à casa nova. Neles, ela fazia a sua mudança para uma “casa da Cohapar”, de cor verde. O conjunto, entretanto, era em outro local. Ficava próximo ao colégio onde aconteceu o primeiro sorteio. Maria diz que não contava o sonho, pois assim diziam que ele iria se realizar, acreditando também que sonha com a casa verde visto que em suas diversas visitas ao conjunto a casa verde era a que considerava mais bonita. Deste modo, como tais expectativas “ficavam na cabeça”, ela acredita que sonhava com estes elementos.

O aspecto que mais diferencia o sonho da situação real é a alteração do lugar do conjunto, sendo ele próximo ao colégio onde foi realizado o primeiro sorteio. Maria associa isto à preocupação dela de que seus filhos tenham fácil acesso aos equipamentos públicos. Apesar das reduzidas possibilidades de apreender muito do sonho neste contexto, parece ficar ressaltada a importância de tal momento para Maria, o dia em que suas esperanças de uma melhoria em sua vida foram abaladas.

A Alice morava aqui na casa do lado, a Alice Reis, começou, foi na Cohapar lá pra fazer reunião e vinha com uma resposta: não, todo mundo aqui vai conseguir, não sei o que, todos que moram aqui têm direito, vai conseguir casa. Daí de repente saiu o sorteio e saiu todo mundo, ninguém, cada um por si e deus pra todos.

Por um breve momento houve uma mobilização na rua onde Maria morava, visto que algumas outras famílias se encontravam em situação semelhante. Desta forma, alguns moradores tentaram se unir para viabilizar o atendimento de todos os solicitantes. Porém, Maria afirma que quando efetivamente saiu o primeiro sorteio, que englobou grande parte das famílias, as pessoas fizeram escolhas pessoais e não houve uma forma coletiva de agir e pensar, de forma que seus vizinhos saíram e ela ficou praticamente sozinha na rua.

Nossa senhora, chegava de madrugada, às vezes eu olhava assim, aí que coisa... Foi muito difícil [a saída dos vizinhos]. Nos primeiros dias foi difícil de acostumar, ainda até hoje, é difícil e ainda tinha um pessoal que morava aí que não foi pra lá, que sobrou e polícia batendo aqui direto, arrombando porta, pensando que a gente ia... Foi difícil, agora que tá mais tranquilo. Porque quando eles tavam aí, um olhava pro outro, defendia o outro, mas agora aí abandonado, sozinho. E ainda a gente trabalha, as crianças estudam de manhã, à tarde ficam aqui sozinhos, então fico mais preocupada. Passa aí na rua, antes era só mais os moradores que passavam; agora passa gente estranha... agora tá meio complicado.

A saída de seus vizinhos, que começou no início de 2014, foi e continua sendo muito difícil para Maria. Além de ter uma relação com eles que ela valorizava, de cuidar um do outro, a demolição das casas trouxe diversos transtornos por deixar a região mais erma, como roubos de fios de energia e batidas policiais, devido à movimentação de pessoas estranhas aquela localidade.

E agora tá ficando pior, que tá tudo entupido esses bueiros aí da rua, aí agora vem [água] até quase assim, nesse pretinho aí do fogão. [...] Lá da Bruna, lá foi água na cama dela, que lá é mais fundo, mais baixo. Aí a água parava lá, não tem como sair e daí tivemos que abrir um buraco pra sair pra lá a água, que tava indo pra cama dela. Até o colchão dela teve que tirar, a cama apodreceu tudo, mas... é bom morar aqui, só que do jeito que a gente tava, não dá. As casinhas que a gente vai conseguir acho que, melhor. / Denise: Se você tivesse a opção você... / Maria: Preferia ficar aqui. Eu gostaria de ficar aqui. Que até o terreno dava pra dividir e fazer as duas, que ele é assim, comprido assim.

Mesmo com tantas dificuldades, geradas também por enchentes devido à falta de limpeza das galerias pluviais, Maria é decidida em dizer que se pudesse ela permaneceria no local. Apesar de se dizer conformada, de ter lutado por mais de um ano para conseguir casas para ela e para a filha, sem vizinhos e em meio a entulhos de demolição, Maria ainda gostaria de ficar ali, onde está a sua raiz.

É interessante perceber também que ao mesmo tempo em que Maria se coloca no papel de uma pessoa que se conforma fácil com a vida, com as coisas, que “chega e já se acostuma”, foi uma das moradoras que permaneceu maior tempo em sua casa antiga - mais de um ano - aguardando a possibilidade de atendimento de sua filha com uma casa, talvez inconformada com a alternativa de mudança de todos para uma mesma casa.

E muita coisa assim, às vezes o ser humano é meio complicado, não quer ver ninguém bem, um fala uma coisa, que ela não tem direito, que ela não morava aqui e tudo, então tudo isso atrapalhou um pouco também ela, a gente, pra conseguir duas casas. Deus viu que a gente tava falando a verdade e tudo, daí graças a deus a gente tá conseguindo as duas casinhas.

Com o atendimento de todas as famílias cadastradas, foi aberta a possibilidade de atender os solicitantes como Bruna, desde que preenchessem os critérios do fundo municipal de habitação de Pinhais. E assim, no início de 2015, Bruna comprovou que estava dentro dos critérios e ambas finalmente participaram do sorteio que definiu para qual casa iriam se mudar. Maria atribui esta conquista à fé em deus, que as julgou como verdadeiras e dignas de recompensa.

Não vejo a hora de pegar a chave pra poder já fazer alguma coisa, porque é devagar, que tem que fazer o piso, tudo. Mas assim que a gente pegar a chave já vai começar a trabalhar pra que, se deus quiser, logo a gente se mudar.

Devido aos anos sofrendo com enchentes e chuva, Maria diz não ter praticamente nada para levar para a casa nova. Ainda persiste neste momento a ansiedade pela entrega das chaves, quando ela enfim poderá ter certeza de que realmente tudo deu certo para ela e para sua filha. Neste momento de tantas expectativas em relação à mudança e a sua nova casa, Maria recebe uma notícia que lança sombras sobre o seu futuro: ela acaba de ser diagnosticada com câncer.

Me dá uma tristeza. Tanta luta, depois de conseguir uma casa e de repente não consegue curtir. Então tá difícil.

Em um momento em que é necessário preparar as suas raízes para ser transplantadas em outro lugar, com diversas mobilizações necessárias para que ocorra um novo enraizamento, Maria se depara com a possibilidade de que talvez não haja tempo para que isto aconteça. Ela diz se sentir sozinha carregando o peso da doença, pois não quer demonstrar seu sofrimento para a família. Com uma luta enfim terminada, com a conquista das duas casas, Maria agora terá que empreender mais uma batalha, a de lutar pela sua vida ao mesmo tempo em que se adapta a uma nova casa.

Casa nova: a casa decente

Podemos dizer que, diferente dos outros entrevistados, encontramos duas casas novas na fala de Maria. A primeira casa nova é formada pelas expectativas e imagens que ela tem de como será a casa pra qual ela vai se mudar, ainda antes de

entrar na casa efetivamente. Já a segunda casa é o que ela encontrou a partir da mudança, pois apesar da entrevista ter ocorrido apenas uma semana de sua residência no Moradias Jerivá, Maria trouxe reflexões reformuladas sobre a sua nova casa.

[O lugar] é pequeno, mas a gente pelo menos pode construir, pode fazer, aumentar. Você sabe que não vai perder, vai ter um documento.

A promessa feita pelo vendedor da casa antiga de que ela “não iria perder” não foi exatamente cumprida. Por mais que tenha sido uma troca de uma casa por outra, a casa antiga foi perdida para sempre. Assim Maria, quando pensa na sua nova casa, valoriza em especial um aspecto: que não irá perder a casa nova como está perdendo a antiga, pois desta vez ela terá o documento como garantia. Até o momento anterior da mudança, este parece ser um dos únicos consolos, além da casa da filha.

Sabe que você vai sair dali, é a penúltima morada da gente, graças a deus vai ser. Se deus quiser vai ser a penúltima morada minha, então é muito importante. Você sai do serviço e você tem um lar, você não paga aluguel, você sabe pra onde ir, não tem ninguém te dizendo: eu vou te tirar daqui, lá a gente vai ter um documento. Então é muito importante ter o cantinho, tua casa.

A mudança como algo gerador de sofrimento fica mais evidente nesta fala, onde Maria deixa claro que após a ida para a casa nova só pretende se mudar para a última morada, o cemitério. O impacto de alguém sendo desenraizado, fazendo com que se perca o chão, possivelmente deixou marcas em Maria, que parece valorizar mais na nova casa que irá ocupar o fato de que com documento ela não será mais alvo de nenhum reassentamento. Não vai perder, não vai ser tirada e vai poder investir sem ter que demolir tudo depois. Assim, ela acredita que “o pior já passou aqui, agora graças a deus já deu certo”.

A casa [...] ficou longe do ônibus, eu vou ter que sair na avenida bem de madrugada, cinco horas da manhã, quando o pessoal tá tudo maluco. Então mas, se deus quiser, a gente se ajeta. É de menos.

A maior dificuldade que Maria anteviu em relação à casa nova era em relação a maior distância de seu trabalho, pois agora terá que ir de ônibus enquanto antes ela conseguia ir de carona. Outro ponto é em relação ao tamanho da casa, porque ela considera pequena para atender as suas necessidades. Resta a expectativa de

que possa ampliar e realizar melhorias, que até então ela não pôde fazer na sua casa antiga em decorrência do reassentamento.

A importância de ter uma casa na qual se possa investir também é algo bastante valorizado na fala de Maria, depois de anos residindo em uma casa que isto seria inviável. A princípio a fala parece se referir a investimentos de ordem material, pois Maria fala de piso, muro e ampliações, mas a importância da casa como lugar simbólico onde se possa investir emocionalmente também pode ser pensada, como um terreno onde suas raízes agora podem se aprofundar ainda mais.

Em maio de 2015 Maria e sua filha fizeram a mudança para a casa nova. Maria e sua família já haviam colocado piso e revestimentos na casa, como também pintura nas paredes internas. A família agora dispunha de dois quartos, um para o casal e outro para os filhos, estando a casa toda montada.

Eu estou bem, graças a deus. Parece que até, assim, a gente sentia até mais aliviado, mais tranquilo, de estar assim na casa da gente. Que lá, a gente estava lá, mas a gente sabia que... e aquela dúvida, será que todo mundo vai ganhar casa ou não vai? E agora não, graças a deus, nossa, tirou um peso da consciência da gente, da cabeça. [...] Eu achei que não ia sentir tão bem igual eu estou sentindo, eu achei mesmo. Até aquele dia, não sei se você sentiu isso em mim, mas eu estou sentindo, nossa, parece que tirou assim um peso da minha cabeça, um alívio, uma preocupação a menos.

Maria diz estar bem em relação à casa nova. Na fala em particular ela ressalta a importância da resolução do impasse gerado pelo reassentamento em sua vida, devido ao caso da sua filha. Novamente surge a imagem da casa “ganha”, remetendo a um presente ou bênção. Tirou um peso da cabeça/consciência que ela afirma ter aliviado até mesmo a questão da doença recém-descoberta, superando as suas próprias expectativas, pois talvez ela não estivesse consciente da proporção que o impasse tomava de sua energia, tal como nessa fala: “parece que estava tudo fechado e abriu assim dentro da gente”.

[Maria ficou na mesma região] um pouco pela oportunidade e depois eu também acabei me adaptando pra cá e a gente não consegue, quando você gosta de um lugar você não consegue. É igual aqui, eu morava lá, mas como é o mesmo, tudo próximo, eu já estou acostumada aqui já, pode dizer que eu já estou acostumada. Por quê? Porque eu já morei sempre na região. Mercado, tudo o que você vai sempre quase os mesmos.

Apesar da distância para o ônibus ser um fato que, como Maria previra, gera transtornos para que ela chegue ao trabalho, ela trata o local da sua nova casa como pertencente à mesma região da sua antiga casa, assim como a vizinhança. O lugar ao qual ela é tão apegada, onde preferia permanecer antes da mudança, parece ter se ampliado e conseguido levar características consideravelmente semelhantes para a casa nova, um mesmo solo para suas raízes.

Eu acho que [nesta região] é tudo mais fácil, tudo mais na mão. É trabalho, é ônibus, tudo. É o conhecimento de tudo, qualquer lugar que eu for por aí, você vê igual o pessoal de lá está tudo pra cá, e eu já conhecia muita gente que veio lá, até lá do Cláudia⁶⁶, muito assim. Então é tudo isso, conhecimento. Praticamente você olha pros vizinhos assim, que é da mesma, que a gente via lá na rua. Não tem assim, não é vizinho do lado, de porta, mas que estava sempre se encontrando nas ruas, cumprimentando, mas conversar nunca conversou. Mas todos esses vizinhos, a maioria a gente já conhecia pra lá.

Deste modo, como uma pessoa que gostava daquela localidade, da qual já possui o “conhecimento”, tanto dos vizinhos quando dos espaços pelos quais Maria transita, faz com que contribua para o bem estar que ela afirma estar sentindo na nova casa, possibilitando uma rápida adaptação. A vizinhança em particular parece ser importante para Maria, pois já possuía uma boa relação com os mesmos e sofreu com a saída de todos, sendo os vínculos com as pessoas um fator que possivelmente facilita seu enraizamento.

Se a gente souber arrumar, é pequeno, mas se a gente souber arrumar direitinho, sobra espaço. Tranquilo. [...] Antes de eu me mudar eu pensava, eu enxergava as coisas diferentes assim, que a gente olhava, parecia um barracão tudo assim, não tinha nada também, e eu assim: ah, vai ser pequeno. Depois que a gente muda que a gente vê, a gente tá com mais conforto que a gente, cai a ficha, que é melhor. Mas é muito bom, nossa. Tudo mais fácil pra limpar, tudo.

Para além da questão do entorno, características da casa que a preocupavam, como o tamanho, acabaram tomando dimensões menores a partir da mudança efetivamente. O tamanho se tornou relativo, pois agora Maria acredita que

⁶⁶ Jardim Cláudia, bairro vizinho ao Moradias Jerivá e local onde estava outra área de intervenção do PAC Pinhais, nas margens do Rio Palmital, sendo que algumas famílias desta área também foram reassentadas no Moradias Jerivá.

com uma arrumação adequada “sobra espaço”, onde agora ela vive com mais conforto. O que antes parecia um pequeno barracão toma ares de um lar “decente”.

Um lar decente, que todo mundo chega e você pode, você não tem vergonha de acolher um amigo aqui, qualquer um assim, porque eu vou estar bem sossegada. Que nem eu aqui, hoje eu estou mais tranquila aqui com você do que naquela casa. Com vergonha, a gente não tem condições, a gente sabe, você pode saber que eu não tenho condições, mas sei lá, eu fico com vergonha. [...] Incomodada, eu sinto, eu sentia. Agora eu posso, aqui eu posso convidar colega pra passear em casa, que lá eu nunca, ia assim, mas eu nunca convidava.

A condição precária da sua casa antiga era motivo de vergonha para Maria, que evitava convidar pessoas e mesmo sentia seu caráter julgado pelo local e casa onde morava, percebendo medo e desconfiança das pessoas que não a conheciam e a viam na casa antiga, associando ao cenário urbano. Agora Maria sente que possui um lar decente, que reflete de maneira mais adequada quem ela realmente é e pelo qual é mais valorizada, indo de encontro à forma que ela acredita que deva ser enxergada pelo outro.

Lá eu pensava uma coisa, ali, como eu estava, totalmente errado o que eu estava pensando de lá, que é daqui, onde eu estou morando. O que eu estava pensando, porque lá eu pensava uma coisa, que lá eu estava bem, que estava melhor, queria ficar lá, sendo que aqui eu tenho bem mais. [...] [Diria para eu] não me precipitar né, as coisas, ficar pensando “eu acho”. Apesar de que o ser humano, a gente está num lugar e a gente acha: ah meu deus, aqui que está melhor. Só porque é perto, mais fácil pra ir trabalhar, que não sei o que, se acomoda né, aqui que está bom. Não é bem assim. Tem o conforto de estar morando em uma casa, um lugar decente, que você sabe que pode investir. Pra ver como eu estava pensando do jeito errado, o que eu estava pensando. [...] Eu acho que eu me acomodei. Sei lá, acho que eu me acomodei, ou achei, não sei, sei lá o que eu pensava. Sei que aqui a gente pensa totalmente diferente. Eu acho que, acho não, se fosse pra eu ter que trocar lá, voltar lá, mesmo pra eu construir, ter um documento lá, eu já não ia querer.

Diante destas questões, Maria faz uma reflexão acerca das expectativas que tinha antes da mudança e agora a sua nova visão. Ela mostra como estava acomodada na casa antiga, adaptada ao seu universo conhecido, de forma que não conseguia estar aberta para as oportunidades que poderiam vir com a mudança. Foi necessária a elaboração das perdas, as mortes envolvidas na experiência, para conseguir vislumbrar novos horizontes. Quando questionada sobre uma possível relação entre o processo de reassentamento e morte, Maria responde:

Ah, eu acho que... que é a mesma coisa. Reassentamento que eu digo assim, uma coisa garantida, uma mudança que é uma coisa certa. Pra mim é a mesma coisa da morte. Igual aqui, eu vim aqui e se deus quiser vai ser pra sempre, até eu morrer, então tem uma semelhança com a morte. Você sabe que não vai estar se mudando mais, só pra morte, chegou na morte e já é o fim, então eu acho que é mais ou menos isso. Eu não sou muito de saber explicar as coisas.

Agora, com o encerramento do processo, Maria faz uma breve síntese dos anos envolvidos no reassentamento, causador de sofrimentos e descobertas, uma luta entre o desconhecido e o conhecido, entre a acomodação e a transformação, a elaboração de perdas e a vitória em enraizar-se e ter novamente um chão.

Eu vejo [na experiência do reassentamento] um sentido bom, que valeu a pena. Foi difícil, na cabeça da gente, assim na mente da gente, foi difícil, mas foi uma experiência boa. No fundo foi uma luta boa, valeu a pena, agora a gente vê que valeu a pena. E a gente dá valor, tudo, pro que tem, que sofreu. [...] Uma experiência boa. Sofrimento, mas valeu a pena o sofrimento.

4.2.4 Cristina: a persistente

Era mais um culto em uma igreja evangélica, como tantos antes. Era o dia das orações dos pastores por revelações aos fiéis, buscando trazer vislumbres sobre seus acontecimentos futuros. Lá estava Cristina, que apesar de sua situação sempre difícil e de muito sofrimento, nunca deixou de colocar deus na frente das coisas e persistir em sua fé. Com sua casa sendo comida por cupins, ela sonhava com um lugar que realmente pudesse dar para a sua família um lar como ela nunca teve. Isto, porém, estava fora das suas perspectivas.

Então o pastor fala que alguém ali presente receberá uma casa, alguém que está precisando muito, que se encontra em uma condição precária. Vários fiéis levantam as mãos e perguntam se são eles que serão abençoados, mas o pastor nega, um a um. Cristina então toma coragem e pergunta ao pastor se seria ela, que confirma: "é você, irmã". Assim, Cristina recebe a benção com muita esperança. Mas se pergunta: de que forma isso poderá se realizar?

Cristina nasceu no interior do Paraná e morou com sua avó, que a criou até os sete anos. Sem nunca ter conhecido o pai, também acabou crescendo sem sua mãe, sem uma vivência tradicional de família. Somente quando sua mãe, que esteve

em Curitiba trabalhando, casou-se novamente, é que trouxe Cristina para morar com ela. Porém, eram “muitas bocas para dar de comer” em uma só casa e aos 8 anos foi colocada para trabalhar como empregada em troca de moradia e alimentação.

Assim, até seus quinze anos, Cristina viveu como um “cachorro sem dono”, de casa em casa, trabalhando para sua subsistência. Mesmo assim ela lembra com gratidão das camas boas que lhe foram ofertadas, da única patroa que a levava para a escola e da oferta de outra patroa que, mesmo quando Cristina engravidou ainda adolescente, deixou que ela ali permanecesse.

Porém, após um conflito com a mãe devido à gravidez, Cristina decidiu morar com o pai de seu filho, recusando a oferta da patroa. Primeiro foram pagar aluguel, mas logo acabaram despejados e foram buscar abrigo no “barraco” de seu sogro, onde já moravam quatro famílias. Assim, há mais de trinta anos, Cristina pegou suas coisas e seguiu a caminho do terreno do sogro. Aos prantos, cruzou a pé a pinguela sobre o rio Atuba para chegar do outro lado, aonde nada mais chegava: nem carro, nem luz, nem água e de onde ela nunca mais sairia.

Lá Cristina soube “o que é sofrimento”. Passou fome, viu seus filhos pegarem sarna dos cachorros, caírem em água de enchente, com casa de chão batido. Suas coisas na época se resumiam a uma cama de solteiro, um fogão e um pequeno guarda-roupa. Alguns anos depois, Maria se separou e passou a trabalhar fora novamente para o sustento de seus três filhos, sempre como diarista e empregada. Apesar de ter trabalhado muito, a ponto de se “acabar”, Cristina diz que nunca teve um “emprego”, pois não teve oportunidade de estudar, evidenciando as condições difíceis de trabalhadora informal. Assim ela retomou sua vida, ficando com uma pequena parte do terreno e uma casa que seu padrasto construiu para ela com madeiras conseguidas em doação.

Com o passar dos anos, Cristina casou-se e teve mais três filhos. Ela e seu esposo continuaram lutando para conseguir melhorar de vida, naquele mesmo lugar, com praticamente nenhuma ajuda, tendo que eles contarem consigo mesmos e com deus para resolverem a sua situação.

Assim, com a casa da família em situação precária, Cristina recebeu a benção no culto das revelações e a situação da família começou a mudar. Para ela, a partir daquela promessa, deus preparou tudo para que o casal conseguisse construir a casa de seus sonhos. Conseguiram empréstimo com o patrão, um acordo para usar

o FGTS, compraram mais terreno do vizinho, um pedreiro que aceitou a forma que eles dispunham para pagar pelo serviço. Em seis meses a casa foi erguida, a casa prometida por deus. Com terreno aterrado e espaçoso, sem risco de enchente, com cômodos amplos, onde Cristina se sente livre e construiu seu mundo. Levou vários anos até terminarem todos os detalhes, mas a casa já está erguida a seis anos, os acolhendo. Mais segura que esta casa, "só o paraíso". Neste chão a história de Cristina se construiu e se confunde com a de suas casas anteriores, todas no mesmo lugar. Cristina diz que "não nasceu na favela", mas foi ali que ela viveu, venceu e de onde ela só se imagina saindo para o cemitério, a última morada.

Atualmente, recém-batizada na igreja evangélica, Cristina tem como único objetivo: estar preparada para a vida eterna. Ela busca por sua salvação, pois o mundo está "dando seus últimos suspiros" e não é nele que estão as suas esperanças. Cristina já não tem mais "sonho de coisa", de bens materiais, pois conquistou o que queria. Agora, aos 47 anos, resta para ela somente a expectativa de chegar o dia quando ela vai "viver de verdade", pois para aqueles que alcançarem a graça de deus, "morrer é ganho".

Porém, ao mesmo tempo em que vive um momento de grande paz interior através da sua religiosidade, Cristina é abalada permanentemente por um dos maiores desafios de sua vida: a luta para não deixar a sua casa, a casa que lhe foi prometida por deus, e pelo seu "direito de morrer em paz" no lugar que escolheu. Aí aparece o seu maior medo, o de "perder a graça", pois o reassentamento coloca em prova a promessa de deus. Ela não aceita que deixar sua casa possa ser parte dos desígnios de deus, pois ele não "dá pra tomar" e "não é homem de mentir". Cristina não pode aceitar que deus a deixe "no vento", e agora sobre a vida dela, descrita como tranquila e sem imprevistos, paira uma preocupação constante a respeito do futuro de sua família. A raiz de Cristina parece ser longa, forte e irremovível.

Cristina é uma pessoa introspectiva. Não tem amigas, não gosta de sair, de ambientes com muitas pessoas, enfim, "só gosta mesmo é de paz". Por ser uma pessoa ansiosa, que "qualquer coisinha, por menor que seja, já sobe a pressão", já vai no "médico tomar diazepam na veia" por ser muito nervosa, os imprevistos sobre o futuro a afetam de forma muito direta. Ela parece ter feito em sua casa um mundo particular, onde as coisas acontecem sob o seu olhar e cuidado, sem sobressaltos, a

tal ponto que afirma que não há mudanças bruscas em sua vida, e que não sabe como irá reagir se um dia isto vier a acontecer.

Cristina começou a entrevista contando sobre seu vizinho, morador de longa data da região, que faleceu recentemente. Segundo ela, sua morte tem uma causa: o reassentamento. Morreu pela tristeza de ter que deixar a sua casa. Ao narrar esta história, Cristina parece expor a sua própria angustia e possível reação em relação a este tema, pois ela é "capaz de matar ou morrer", mas da sua casa ela não sai.

Casa antiga: a promessa de deus

Eu não queria vir pra cá, eu não queria. Nossa, eu lembro que eu chorei tanto, eu não queria, porque era assim que nem eu te falei, não era uma casa, era um barraco assim sabe, todo emendado, terra pura. Terra, não tinha banheiro, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Então eu não queria vir, nossa, eu chorei muito nesse dia. E daí ele [cônjuge] falou pra mim que não, que ele tinha alugado uma casa, que era pra eu juntar nossas coisas que ele tinha alugado. Daí quando eu vim ele parou ali do outro lado do rio, porque não tinha como passar pra cá, não passava carro pra cá. Tinha uma pinguela ali que fala né, daí pra poder... E daí eu lembro que o pai dele deu uma pecinha assim pra gente ficar, então nossa... Desde lá então foi sempre aqui entendeu, ralando. Passei fome, passei tudo o que você possa imaginar eu passei.

Cristina chegou às proximidades do rio Atuba da mesma forma que muitos de seus vizinhos: enganada. A diferença, porém, é a de que foi enganada pelo seu cônjuge na época, que disse a ela que estavam se mudando para uma casa alugada. Como vemos na fala dela, a mudança foi para a casa do sogro, local que Cristina já conhecia e para onde não queria ir. Entretanto, sem condições de pagar um aluguel, o casal se juntou às outras quatro famílias residentes no mesmo "barraco" e lá fixou residência.

As condições precárias de moradia ficam evidentes: ausência de saneamento básico, sem acesso adequado, com muitas famílias conviventes, construído com diversos materiais disponíveis como madeira e plástico. Assim, instalaram-se literalmente à margem da sociedade. Eles ficaram com uma pequena "peça" do barraco, onde mal cabia a cama de solteiro, fogão e guarda-roupa, os bens que a família possuía. Nesta ocasião Cristina estava com seu primeiro filho com poucos

meses de vida, há 30 anos, inaugurando uma etapa de grande sofrimento na vida da então adolescente Cristina.

Eu não tinha nem uma pia pra lavar louça. Eu não tinha. A minha casa, o meu barraquinho, quando eu morava com meu sogro, era terra pura. Eu varria, mas não tinha nem piso, não tinha nada. Tem porco aí no chiqueiro que teve uma vida melhor que a minha, porque eu vejo esses chiqueiros aí, o povo vai lá, que nem o meu irmão mesmo, faz piso sabe, bonitinho, e a minha casa nem isso tinha. Pior que isso então.

As condições difíceis no momento em que chegou à região são lembradas diversas vezes na fala de Cristina, que reforça como sofreu muitos anos até conseguir chegar aonde chegou. Diferentemente dos outros entrevistados, Cristina teve três casas no mesmo local, de forma que consideraremos todas para a questão da casa antiga, pois são tratadas por ela como parte de um todo que evidencia o vínculo dela neste lugar.

Meu pai ficou com dó e fez aquele barraquinho pra gente morar. Claro que perto do que eu morava aquele lá pra mim já era um... daí meu pai fez pra eu morar com as crianças. [...] E fui ficando, fui ficando, fui ficando, daí a gente puxou luz lá do outro lado, a água também vinha de lá pra cá, aqui não tinha. E foi indo, o tempo foi passando.

Cristina diz ter permanecido ali, apesar das dificuldades, pela falta de oportunidades em deixar a localidade. Logo se tornou mãe de três filhos e compadecido da situação da enteada, seu padrasto fez uma casa para ela, desta vez não conjugada com os demais familiares. Assim, esta se tornou a primeira casa de Cristina e foi um ponto importante para a fixação dela na região. Desta casa ela ainda guarda fotos e que mostram um lugar ainda desabitado, envolto em plantações, onde aos poucos foi chegando a cidade, com energia, água e arruamento.

Eu juro pra você, nós chegamos a colher, eu, eu eu eu, chegamos a colher saco de feijão nesse lugar. Carpia, plantava e colhia. Só que aí eles [vizinhos] foram vendendo os pedaços, vendendo pedaço, vendendo pedaço, daí foi aumentado as pessoas.

Apesar da vida árida nesta terra, ela dava frutos que contribuíram para a subsistência da família. Cristina relata que havia plantação de milho no terreno do

sogro, assim como abóbora e feijão. Os vizinhos tinham criações de animais e o ambiente lembrava mais pequenas chácaras do que uma “vila”.

Cristina acabou se separando e voltou a trabalhar para garantir o sustendo seu e de seus filhos, como empregada e diarista. Passado algum tempo, ela encontrou o atual esposo, com quem se casou e desta união vieram mais três filhos. Juntos eles construíram uma nova casa e continuaram a lutar para melhorarem suas vidas ali naquele mesmo lugar. A partir da primeira casa de Cristina foi possível ao casal dedicar-se a conquistar condições melhores e foi, com o passar do tempo, conseguindo a sua segunda moradia, há 24 anos.

Já nesta época, com o crescimento da população urbana, a cidade foi se aproximando cada vez mais daquela região e juntamente com isto trouxe a venda de lotes irregulares e o adensamento da região. Como Cristina relata, quem tinha um pedaço maior de terreno foi vendendo, a ponto de ficarem praticamente só com o terreno da casa, sem quintal.

A gente foi chamado lá no fórum de Piraquara⁶⁷ pra gente desocupar a área, porque a pessoa que é dono disso daqui queria a área, queria o local de volta.

Essa foi a primeira vez que falaram que a gente tinha que sair daqui. Daí passou o tempo e ninguém falou mais nada, aí começaram a vender os terrenos, foi enchendo de gente, virou uma vila, aí acabou.

O lugar onde Cristina morava, porém, tinha um proprietário. A situação de ocupante teve sua primeira repercussão em sua vida quando foi chamada, juntamente com os vizinhos, para uma audiência no fórum municipal. Porém, como nada aconteceu, a família continuou no local. Cristina passou a pagar os IPTUs referentes à sua casa e a forma como se deu os acontecimentos ao longo dos anos, gerou nela uma segurança de que ali eles tinham condições de permanecer. Mesmo assim, os problemas persistiam.

Eu peguei um monte de enchente. Quando a minha menina era bebê, essa que vai fazer vinte e um anos, um dia naquela correria de erguer sabe, ergue isso e ergue aquilo por causa da água subindo, eu derrubei a menina dentro da água da enchente entendeu, eu quase matei a guria. [...] Daí começava a subir a água, a Copel⁶⁸ desligava a luz por causa do risco que tinha, aí a gente ficava dentro da água e no escuro, com risco de um rato te

⁶⁷ Pinhais pertenceu ao município de Piraquara até 1992, quando se emancipou.

⁶⁸ Companhia paranaense de energia elétrica.

morder, uma aranha te morder. Você tava lá andando dentro da água, não tinha o que você fazer, os bichos começavam a subir em cima de você.

Apesar das pequenas conquistas da família, continuavam a sofrer com um dos maiores problemas da região: as enchentes. Foram várias enchentes enfrentadas, com situações difíceis como esta relatada por Cristina. Devido a isto, a casa de *pinus* se deteriorou rápido, infestada também com cupins. Mesmo assim, Cristina já não queria deixar o bairro, mas precisavam tomar uma decisão importante sobre como enfrentariam a situação em que estavam.

Os cupins comeram tudo e a casa estava caindo. Daí a gente foi tentar comprar uma casa pra gente, um terreno. A gente ia comprar pela Caixa. [...] Aí só a documentação do terreno lá ia sair por três e pouco, os documentos que a gente ia ter que pagar, tudo os negócios. Daí a gente ia dar esse dinheiro de entrada e daí a gente ia ficar vinte e cinco anos pagando quinhentos e oitenta reais. Aí eu falei pra ele⁶⁹, aí nós vamos morrer e não pagamos. [...] Daí você nunca sabe, hoje você tá trabalhando, e no dia de amanhã, se você ficar desempregado? E daí, de onde você vai tirar o dinheiro? Aí você vai perder de vez. Daí a gente desistiu.

Cristina, ciente de sua condição de ocupante e sendo necessário tomar alguma medida, foi à procura do mercado imobiliário formal. Porém, a insegurança da situação financeira futura foi maior do que a insegurança de permanecer em um lote sem documento, pois depois de mais de vinte anos em um mesmo local, pagando o IPTU da área, para quem nunca conseguiu acessar os meios formais de empregabilidade e mercado imobiliário, aqueles já eram elementos suficientes para que acreditassem ter toda a segurança necessária de investir o fruto de “vinte e cinco anos de trabalho” naquele lugar.

Meu sonho era comprar uma casa e eu queria comprar uma casa, eu queria sabe, melhorar. Eu queria comprar uma casa por aqui mesmo [...]. Mas enfim, eu não podia. E aí um dia eu fui à igreja e na nossa igreja, na minha igreja tem e nessa que eu ia, que não é da mesma da minha, mas tinha também, tem os pastores e eles oram por revelações entendeu. E nesse dia o pastor falou pra mim, que deus ia dar uma, não falou pra mim, ele falou assim que deus ia dar uma casa pra uma pessoa que estava ali. Que a pessoa estava necessitada, que a cada dela estava né, em condições precárias e que deus ia dar. E daí eu pensei: será que sou eu? Daí uma pessoa falou: sou eu? Não. Eu? Não. E ele continuou insistindo e daí eu: eu? É você irmã. Daí eu fui receber a minha benção, mas eu falei: mas como que deus vai me dar uma casa? Eu não tenho dinheiro. Não tenho de onde tirar nada. Como? E depois deste dia que deus foi preparando [...]. Então isso aqui é benção, foi promessa de deus e por isso que eu falo pra você que eu creio no meu deus, porque deus, ele não é homem pra mentir

⁶⁹ Para o esposo.

sabe. [...] Então essa é a história da minha casa entendeu, é uma história verdadeira porque foi deus que me deu.

Para Cristina, foi a partir da promessa de deus que tudo foi se encaminhando para a conquista da nova casa. Decidiram utilizar o dinheiro que tinham para investir ali e após a revelação, deus colocou as pessoas certas em seu caminho e permitiu, finalmente, que a casa de seus sonhos fosse construída. Cristina ainda guarda todas as notas e recibos da construção da casa, como mostra da importância e o investimento afetivo e financeiro da família nesta empreitada.

Eu gosto de tudo nela, porque eu, imagine, eu comecei a construir minha casa desde o chão. Eu que desenhei ela no papel, como que ia ser a minha casa, entendeu. Eu que puxei muito material pra fazer, eu que, sabe. É o que eu construí, é o meu mundo. Não tem. Que eu imagine outra coisa, o que ela representa pra mim... é a minha casa, o meu mundo, não adianta. Eu não me imagino assim, que nem eu te falei, eu não consigo me imaginar fora da minha casa.

A principal providência foi fazer uma casa alta, para não serem mais atingidos pelas enchentes. Cada filho que mora com eles ganhou seu respectivo quarto e foi possível finalmente terem um amplo quintal com horta e espaço para Cristina se “sentir livre”. A casa foi erguida em seis meses por um pedreiro contratado, construída também na informalidade dos parâmetros construtivos tal como a ocupação do lote.

Cristina descreve sua casa como simples “mas uma simplicidade boa”, com a paz interior que sente refletida na sua própria casa, o seu mundo. Como pessoa introspectiva que é, Cristina fez desta casa o seu mundo, lugar onde só sai quando é necessário e para onde quer voltar a todo o momento. “Pode não ser a melhor coisa do mundo”, mas para ela é, “porque veio do sacrifício”.

No seu mundo, na segurança de sua árvore de raízes profundas, Cristina passou a viver anos de paz, tranquilidade, uma vida sem sobressaltos e sem grandes imprevistos. Seu jeito ansioso e nervoso encontrou na casa um lugar onde se acalmar e fiel às suas vontades. Porém, os muitos anos de serviço pesado deterioraram sua saúde, de forma que Cristina se diz muito doente. Só ela e o “Michael Jackson para tomar tanto remédio”, é o que costuma dizer à filha. Assim, mais do que nunca, o seu abrigo torna-se importante no momento em que ela hoje, com 47 anos, se sente envelhecendo.

A importância simbólica de ter uma casa conquistada a partir de uma promessa de deus, para uma pessoa que tem na fé um grande amparo e papel na sua vida, que cresceu na casa de outras pessoas, sem uma família ao seu lado, coloca ainda mais elementos e vínculos de Cristina com essa casa. No chão de terra pura aonde chegou há trinta anos, Cristina plantou seus anos de trabalho com fé, criou raízes profundas e colheu como seu maior fruto a casa prometida por deus.

O Reassentamento

Me falaram na época: não, você tem que levar o seu IPTU em dia, porque depois pra fazer registro de imóveis tem que estar com tudo certo, você não pode ter dívida com a prefeitura. Então naquela confiança você faz as coisas entendeu. Eu tinha assim, eu sempre pensei que [...] que um dia eles vinham medir estes terrenos e iam cobrar de volta, isso aí eu tinha consciência disso sabe. [...] Mas que iam querer, tipo assim, tirar eu do meu canto sabe, isso aí nunca passou pela minha cabeça entendeu, nunca. Isso aí não...

Após a tentativa do proprietário de retomar sua área, Cristina parece ter deixado em suspenso os aspectos formais da sua permanência na área. Além do evento mencionado, o pagamento do IPTU, a compra do terreno do vizinho e a consolidação da urbanização do bairro foram dando maior segurança para ela de que não havia nada que fizesse oposição a sua moradia no local. A sua casa, não tão próxima do rio como a dos outros entrevistados, também pode ter contribuído para a conclusão de estar fora de área passível de intervenção.

Porém, em 2010 começara as medições e marcações das casas dentro da faixa de 50 metros de APP, para reassentamento via PAC. Deste modo, a vida antes tranquila de Cristina foi abalada por este acontecimento que colocou em risco a sua recente conquista, pois a casa ainda tinha alguns pormenores a serem concluídos.

É, simplesmente chegou, aquela coisa, você está de boa na sua casa e chega lá, coloca lá um número: você vai sair, vou arrumar um outro canto pra você, vou te dar um outro lugar, aí você tem que aceitar. Quer dizer, a tua opinião não interessa, o que você pensa não vale nada. Simplesmente você tem que aceitar entendeu. Não é assim. Por que não vão ver então a situação das pessoas quando elas estão em uma dificuldade? Quando elas estão lá sofrendo, quando elas estão morrendo, quando elas estão, por que não vai nessas horas? Que nem, eu peguei um monte de enchente. [...] Então quer dizer, por que nessas horas nunca apareceu ninguém? [...] Por que não apareceu lá os bons samaritanos da vida pra poder fazer alguma coisa?

Após anos de sofrimento para conquistar uma casa onde não entrasse água, que atendesse as necessidades de sua família, Cristina não entende como somente agora o Estado aparece em sua vida e de uma forma que considera impositiva. Por anos o poder público parece ter ignorado Cristina, e ela ignorado o poder público, construindo deste modo o seu mundo. Para dificultar ainda mais o diálogo, ela foi atingida por uma política de reassentamento involuntário, através da qual a opinião da população não foi um fator relevante, pois o "diálogo" se limita ao tom informativo, comunicando o que levou a decisão pelo reassentamento e esclarecimentos dos objetivos do programa.

Cristina, devido ao seu jeito "nervoso", optou por não participar das reuniões do programa e também não quis se integrar nas tentativas de mobilizar uma resistência junto com os vizinhos. Defendeu que "se for pra ouvir" o que ela não quer ouvir e falar o que ela "não deve falar" prefere não participar, se mantendo distante dos possíveis conflitos e embates. Porém, com uma postura unilateral de todas as partes envolvidas os anos se passaram e não foi criado um espaço para a interlocução.

Não vou aceitar essa vida pra mim sabe, da pessoa chegar como se eu fosse um... sei lá, acho que até pior que um cachorro, porque vou tirar você ali, vai ficar ali e pronto. Só com animal que você faz isso, porque o ser humano, o ser humano tem, eu penso assim, não é porque eu sou pobre, não é porque eu sou, que eu não tenho os meus direitos, a minha vontade própria, entendeu. E outra, que nem eu falo, são trinta anos aqui nesse lugar sabe. É a minha vida aqui. Trinta anos que eu moro aqui, e é a minha vida aqui. É... criei meus filhos, tive meus filhos, tudo aqui.

Sempre que vai se referir ao tempo em que está na área, aos acontecimentos relativos à sua vivência ali, Cristina se refere aos filhos, a idade e momento que eles viveram como parâmetro. Neste lugar ela teve seus seis filhos, que como ela se criaram e se vincularam àquele chão. Na fala também percebemos a diferença que Cristina avalia no tratamento dos pobres e ricos na questão do reassentamento, pois acredita que a forma como foram decididos os termos do programa não teriam sido o mesmo caso a população-alvo fosse composta de pessoas ricas ou de classe social mais privilegiada.

Para além da classe social Cristina também invoca várias vezes o sentimento de ser tratada não como um ser humano, com direitos e opinião, mas como animal. Ela, que foi tratada como um "cachorro sem dono" na sua infância, sem família para

apoiá-la, morando em uma casa a qual equipara a um chiqueiro, agora percebe o fruto da sua superação e sacrifício ameaçado, e explicita seu receio de “voltar para trás”, de voltar à condição difícil que viveu em seu passado. Permanece uma sombra que ora dimensiona a grandiosidade da sua vitória, ora a amedronta com a possibilidade do seu retorno.

Eu passei a minha vida trabalhando, mas agora eu... que bom que eu tivesse, aquele pique que eu tinha antes, que eu ia falar: vamos meter a cara, vamos fazer tudo de novo, porque eu já não consigo. Então por isso que eu não acho justo, eu ter sabe, a minha vida toda e daí agora que eu tô envelhecendo, que eu não tenha nem o direito de morrer sossegada sabe? De morrer em paz? Ainda vou ter que, sabe, morrer mais rápido por causa de, sabe, do governo, do presidente, do não sei de quem, entendeu. Isso não é justo com o ser humano entendeu. [...] Por que eles vão mexer comigo, por exemplo, que fiz a minha casa com sacrifício, tô aqui tudo? Por quê? Pra, diz que vai fazer um parque? Pra fazer, duvido que seja parque, pra construir uma, um barracão, uma empresa, sabe? Meu deus, o meu pedacinho é só esse.

Cristina se refere em vários momentos ao fato de que já não está mais vivendo, e sim envelhecendo, estando na ocasião das entrevistas com 47 anos. Se por um lado ela agradece a deus por poder envelhecer e acompanhar o crescimento de seus filhos, por outro ela deseja cada dia mais por paz e percebe suas forças esvaindo ao longo do tempo. Deste modo, Cristina não consegue pensar que vá ter que recomeçar sua vida em outro lugar, pois acredita não ter mais forças. Ela não consegue nem ao menos imaginar as possibilidades que podem vir a lhe acontecer ou pensar sobre o assunto, de tal forma que o reassentamento mexeu com “a sua cabeça”, afirmando que “é bom não pensar muito senão fica louco antes da hora”.

Isso [reassentamento] tem mexido com a minha cabeça assim, meu deus do céu, é uma coisa que eu falo assim, se eu não tivesse na igreja, se eu não tivesse deus, eu não sei... eu acho que eu nem estaria aqui mais pra conversar com você entendeu, se eu não tivesse. Porque deus, ele me dá muita força sabe, deus me dá muita força.

Então isso aqui [a casa] é benção, foi promessa de deus e por isso que eu falo pra você que eu creio no meu deus, porque deus, ele não é homem pra mentir sabe. E deus não dá pra tomar, deus não vai deixar eu no vento. Eu creio nele, ele não vai deixar eu no vento sabe.

A sua maior força para fazer o enfrentamento para permanecer em sua casa vem da fé. Cristina coloca a esperança em “seu deus”, que a contempla e não deixa nenhum mal atingir a sua família, e também porque não põe a sua esperança no ser

humano. Ela oscila entre dois pontos: ao mesmo tempo em que crê em deus e em seus desígnios, o qual está totalmente disposta a seguir, Cristina não aceita o reassentamento e não pode crer que este possa ser um dos caminhos que tenha que trilhar. A dicotomia parece levar Cristina ao seu maior medo: o de perder a graça da salvação divina.

Eu não sei dizer pra você qual que vai ser a minha reação se isso [reassentamento] acontecer, mas pode ter certeza, que nem eu falei pra você, eu prefiro morrer do que ceder sabe. Prefiro mesmo. Isso daí é uma coisa que, eu falo pra deus: eu não quero perder a graça, entende. [...] Porque eu falo pra deus não deixar acontecer uma coisa pra eu perder a graça, porque eu não quero perder a minha salvação.

Quando questionada sobre o que seria a graça, Cristina aponta duas possibilidades. Na primeira a graça é o estado de paz com o seu semelhante, sem conflito com o próximo. O outro sentido é de graça como a salvação divina, o seu maior objetivo. Apesar de não ser mencionado, o seu medo tão contundente de perder a graça parece apontar para mais um elemento: o medo de não aceitar que deus possa permitir o reassentamento em sua vida, do questionamento das atitudes divinas, enfim, uma fé que impõe condições dentro da sua limitação.

O reassentamento a coloca em uma situação de conflito interno de grandes proporções, pois passa por uma provação sobre o papel de deus em sua vida, por existir a possibilidade, permitida por ele, de que seja obrigada a deixar sua casa. Cristina define lar como um espaço que tenha deus em primeiro lugar, de forma que sua fé e seu próprio lar parecem abalados com tais questionamentos.

Eu me imagino saindo da minha casa só pra... cemitério mesmo entendeu, morrer, pra ir embora pra lá e daí não tem mais jeito. Daí eu não vou ter mais vontade própria mesmo né, mas de outra forma não me imagino não. Não adianta. Não consigo imaginar uma situação assim pra minha vida, entendeu.

O posicionamento de Cristina parece definitivo. Ela já estruturou o seu lar e não pode imaginar deixando a terra onde está a sua raiz enquanto tiver vontade própria. Uma raiz que cresceu tendo em vista as experiências que passou e a energia que despendeu. Sem poder resgatar tais experiências e sentindo-se fraca, Cristina não imagina a possibilidade de criar raízes em outro lugar. Assim como a comparação que se utiliza, do tratamento da população do programa como animais,

sem poder de decisão sobre seu próprio destino, o corpo sem vida também não tem vontade própria, o que para ela se aproxima do que é a morte.

Tem gente que [o reassentamento] mexe tanto com a pessoa... tem uma pessoa assim que eu conheço, conhecia, na verdade, há muitos anos, e ela morreu por causa disso sabia? Ela morreu. [...] E isso é uma coisa que, sabe, eu acho muita lógica nisso porque com a minha mãe aconteceu uma coisa meio que isso.

A ligação de Cristina é muito profunda com o seu lugar e sua casa, mas não é algo exclusivo dela. Cristina aponta para a morte de um vizinho, que ela considera que faleceu devido ao reassentamento. Quando finalmente deixou a sua casa, desenvolveu rapidamente uma doença e faleceu e o mesmo teria acontecido com a sua mãe. A sua mãe quis voltar para a sua cidade natal e mesmo gravemente doente não queria deixar a sua casa, queria morrer lá, e assim foi. Cristina percebe na postura destas pessoas semelhança com a sua, de pessoas que não conseguem se enraizar facilmente em outros locais, ou pelo menos esta é a percepção e interpretação que ela parece dar a estes falecimentos.

Conversando com você tipo, é, não com a Denise da Cohapar que quer derrubar a minha casa, como outra pessoa assim tipo, é complicado assim sabe Denise. Você fica naquela, você não sabe... fica, é incerto, você não sabe o teu amanhã, o que você vai fazer da sua vida. Acho que é pior do que morrer sabia, porque morrer você sabe que vai morrer, então você já está preparado: um dia eu vou morrer, mais hoje mais amanhã. Eu estou preparada pra isso, porque eu sei que eu vou morrer. Agora já isso daí, eu acho que pra mim é pior do que isso sabia, se eu for parar pra pensar entendeu. Porque não envolve só eu, envolve meus filhos, meu marido entendeu. Então eu acho que é por aí a minha forma de pensar. Só deus sabe do amanhã..

Para Cristina o reassentamento é pior que a morte, pois a morte é certa e o reassentamento é a grande incerteza de seu futuro, em especial por ser algo que não envolve somente o futuro dela, mas também o de sua família. Como evangélica Cristina tem uma visão positiva da morte, pois acredita estar andando conforme os desígnios de sua religião, de forma que acredita que terá a graça de deus em viver a vida eterna. A vida na terra ganha um status de mundo das provações, onde só resta a ela não deixar que os sofrimentos abalem a sua fé em deus.

Em nossa segunda conversa, Cristina parece cansada. Cansada de tentar esquecer este assunto que está batendo em sua porta, das indefinições sobre seu futuro e o de sua família, atrelados inevitavelmente ao destino da casa da promessa

de deus. Ao mesmo tempo, sua resolução sobre não deixar a sua casa permanece inabalável. Quando Cristina fala que prefere morrer a ceder, soa de certa forma muito verossímil.

A raiz que Cristina criou naquela terra parece que não consegue ser transplantada sem que isto custe a sua própria vida. Para mim, como “a Denise da Cohapar” que “quer derrubar a casa dela”, foi uma constatação bastante difícil e com a qual, possivelmente, conviverei sem encontrar uma fácil remediação.

Graças a deus eu sou batizada. Se eu morrer amanhã eu tenho certeza que não vou... que morrer é ganho né, é que nem eu te falei, por isso que eu falo que a situação de pensar no meu dia a dia é pior [...]. É bem difícil sabia? Só quem vive isso que sabe. É bem difícil. Eu estou igual aquele filme lá, sabe aquele filme “A espera de um milagre”, já assistiu? Então, e o cara morreu no final né? O cara morreu. Então, eu estou assim, a espera de um milagre. É isso, não tem mais muito que, por que... ah, sei lá, eu não gosto muito de pensar nisso sabia. Faz mal pensar nisso.

Casa nova: inferno

Morar nesse lugar [Jerivá], não vou. Tanto que eu, olha que eu nem sei onde que é, eu não fui ver, não me interessa saber, não quero saber. Não quero. Não cabe aqui na minha cabeça, tá entendendo.

Apesar de Cristina permanecer na sua casa e não haver a “casa nova” concreta, como no caso dos demais entrevistados, existe imagens e expectativas em relação ao que seria esta nova casa, o novo bairro, que transparece em alguns momentos e contribuem para o entendimento da relação dela com o reassentamento e com sua casa.

A dificuldade para Cristina em lidar ao menos com a possibilidade de deixar a sua casa é tão grande, devido aos seus laços afetivos com o lugar, que Cristina optou por não conhecer o conjunto habitacional para onde está previsto seu reassentamento.

Sair daqui pra ir ali, aonde vão estar todas as mesmas pessoas sabe, vai estar o vizinho do lado que se drogava, a mulher ali que vivia fazendo barraco, vivia cuidando da vida dos outros, aqueles que faziam aquelas panelinhas, aquelas fofocas sabe, porque você não tem noção Denise do que é morar assim. As pessoas, elas não cuidam da sua própria vida. Acho que é por isso que elas não se importam muito com o que acontece sabe, porque a tendência assim, o tempo que elas têm é pra cuidar da vida dos outros.

Outro fator alegado para Cristina não querer morar na nova área é relacionada a uma relação conflituosa com os vizinhos que para lá se mudaram, que segundo ela criavam intrigas e não cuidavam da sua própria vida, dando margem para que elas fossem alteradas de tal forma a partir da intervenção do poder público. Quando Cristina falou que não nasceu na favela, parece também colocar uma diferença entre ela e os vizinhos que vieram ocupar a área posteriormente, não havendo um reconhecimento de vivência comunitária na região por parte dela.

“Cristina, você não tem noção do inferno que é morar naquele lugar” [fala de uma moradora do Jerivá]. Então, se tem acho que três, quatro que acham bom, têm trinta que não estão satisfeitos. Tá bom assim, pra quem tava com a sua casa caindo, tinha um monte de gente que tava sabe, então foi bom. Mas pra quem tava numa situação mais sabe... e eu, no meu caso, não vou, não adianta.

Em vários momentos Cristina não se coloca diretamente contra a política de reassentamento. Porém, para ela tal política parece fazer sentido somente nos casos onde a família se encontra em uma situação precária e necessitando de uma moradia digna, o que já não é mais o seu caso. Outro fator relevante para ela é o desejo da família envolvida de permanecer ou não, pois considera que a sua voz não foi escutada, assim como a da ex-vizinha que diz a ela que ter se mudado para o conjunto habitacional não foi uma boa escolha, pois morar lá é um “inferno”. Para quem almeja o céu, tal comparação parece criar uma imagem ainda mais negativa do que é morar no Moradias Jerivá, o exato oposto do que Cristina busca em sua vida.

Que nem eu falo, o lugar lá pode ser melhor do que esse, pode estar, que nem eu falei pra você, eu não sei, eu não vi, mas né, as ruas devem estar todas asfaltadas, tem isso, tem aquilo, blá blá, mas a casa, a casinha lá não dá metade da minha entendeu, não tem onde eu colocar as minhas coisas que eu ralei a vida inteira sabe.

A expectativa em relação ao tamanho da casa, considerada pequena, também é apontada como um ponto negativo. Como sua casa representa seu universo particular, não é relevante para Cristina a questão documental da nova casa ou a infraestrutura presente na nova área, ou mesmo a possibilidade de fazer ampliações e alterações na nova casa. O fato é que este novo lugar não é a sua casa, a que foi prometida e entregue por deus. Além da casa, para quem começou

sua vida com pouco mais de três pertences, ir para um local que para ela não acolhe todas as coisas que conquistou ao longo dos anos não está em cogitação.

Eu não tenho porque eu ir lá conhecer um lugar que eu não quero pra mim, sabe. Acho que é a mesma coisa que você ir num cemitério conhecer lá o negócio que vão enterrar você, ó, vai ser aqui, entendeu. Eu, pra mim, é a mesma coisa, porque lá no cemitério eu não quero saber. Depois que eu morrer é outra conversa, aí que se virem, eu não quero saber entendeu. Pra mim é a mesma coisa sabe, pra mim é a morte ter que sair da minha casa pra aquele lugar. Eu não quero entendeu, eu não quero. Não, sabe... é que nem eu falei pra você Denise, eu acredito assim, como eu não fui ver né, eu acredito que seja um lugar bonito entendeu. Eu acredito que seja. Assim, um lugar que esteja melhor do que aqui na verdade, porque você vê, aqui eles derrubaram essas casas todas aí e o mato tá tomando conta de tudo.

Para Cristina, o conjunto Jerivá é como um cemitério. Pode estar florido, limpo, bem cuidado, até mesmo transmitir paz aos seus visitantes. Mas para o cemitério só vão aqueles que não têm mais escolha, aqueles que já não mais possuem a centelha da vida.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

Cada um dos entrevistados percorreu um caminho. Cada uma das entrevistas trouxe diversos elementos e imagens. Foram vários temas, histórias, emoções envolvidas e despertadas a partir do relato da experiência do reassentamento involuntário. Em alguns momentos os caminhos se cruzaram, uniram, se distanciaram. A partir destes trajetos emergiram núcleos que se mostraram mais relevantes para a compreensão da experiência dos entrevistados, que agregaram em torno de si imagens e falas, as quais agora serão aprofundadas com o olhar da psicologia analítica.

Os núcleos aqui destacados abordam a relação com a casa e o espaço; as raízes metafóricas; o transplante de árvore como metáfora para o reassentamento; sofrimento e morte; religiosidade e conformismo; o reassentamento no mundo.

5.1 A CASA

*Sem amor, uma casa é só moradia
De afeto vazia, tijolo e teto, fria
Sobre chances é bom vê-las
Às vezes se perde o telhado pra ganhar as estrelas.
Emicida*

A separação das falas dos entrevistados em casa antiga, reassentamento e casa nova ocorreu após a finalização das entrevistas, quando a relevância da casa destacou-se em todos os depoimentos. A casa ocupando um papel de grande importância para os sujeitos corrobora com os estudos de Bosi, Bachelard, Freitas e Felipe⁷⁰. A casa, o lar, mostrou-se como o lugar do descanso, da paz, o centro do mundo ou o próprio mundo particular. Ela é garantia material, legado para a posteridade, é presente e conquista. Fica evidenciado o peso que a mudança de casa exige de transformação na própria identidade dos entrevistados.

⁷⁰ Conforme discutido no Capítulo 2.

As entrevistas foram realizadas nas respectivas casas de cada participante. A expectativa da adoção desta postura foi a de que fosse possível que além do dito, do falado, que a própria casa pudesse trazer impressões e dialogar com a pesquisa, dentro da perspectiva reflexiva de alma que está sendo adotada.

A casa de Pedro deu alguns sinais do que ele mesmo relatou nas entrevistas: que a casa não é dele, mas sim “dos meninos”, isto é, seu filho e seu neto. Sempre que se passa na frente da casa dele, Pedro está com uma enxada, cuidando de seu quintal. Sendo um senhor já de idade e com dificuldades de locomoção, ele parece quase estático em seu trabalho – vai devagar, como ele mesmo relata. Mesmo assim, lá estava ele a carpir.

Na ocasião da primeira entrevista, Pedro acabou por retirar todo o milho que havia plantado no quintal, por não ter dado fruto. Seria necessário despende dinheiro para comprar mais terra, adequada aquele solo saturado de concreto, para que seu cultivo viesse a produzir. Ele, sem condições financeiras, vivendo de benefício⁷¹, optou por não comprar a terra. Por outro lado, na segunda entrevista, o quintal antes de terra começou a ganhar uma camada de cimento. Pedro menciona na entrevista que sua prioridade financeira está vinculada às necessidades dos “meninos”, antes mesmo da sua, pois ele está de partida. Antes capinando, agora Pedro fica sentado na varanda, acompanhando o intenso movimento de sua rua – justo ele, tão devagar.

A casa de Pedro está perdendo o aspecto que ainda lhe restava de uma casa de idosos, comumente cercada de plantas. O que se observa é a casa com cada vez mais tijolos, areia, brita e ferros, ao invés da terra cultivada. A casa parece dizer que Pedro realmente está deixando aquele lugar, agora possuindo somente uma pequenina horta e deixando o seu legado aos filhos, grato por esta oportunidade. Mesmo assim, ao que guarda para si Pedro cuida com zelo, varrendo e plantando. A sua casa mais profunda, mais do que a nova casa a qual tanto desejou e esperou, possivelmente é seu casamento, que cultiva até hoje.

Assim como Pedro, Sara também se percebe como alguém que está partindo, para quem a casa não será para ela mesma, mas sim para os outros, seus filhos ou quem mais vier a precisar. Mas a casa de Sara não carrega as mesmas características da de Pedro. Sara já realizou praticamente todas as obras e reformas

⁷¹ Pedro é beneficiário do BPC – Benefício de Prestação Continuada.

para transformar a casa padronizada em sua casa. De uma entrevista pra outra já houve mudanças significativas: a casa teve a varanda cimentada e foram colocadas grades nas janelas e portas. Sara já faz planos para alterar a cor da casa e rebocar o muro, finalizando assim as alterações que quer fazer.

Cada coisa na casa foi escolhida por Sara e as quais ela é apegada. Os quadros dos santos e parentes nas paredes de todos os cômodos evidenciam sua fé e marcam gostos pessoais, pois na casa anterior, quando convivia com o neto Sandro, ele não gostava que ela colocasse tantas imagens na casa.

Na casa nova Sara fez uma peça nos fundos que cumpre a mesma função de um cômodo da sua casa antiga, um misto de cozinha e lavanderia, algo não usual nas casas da região. Sara não gosta da cor amarela da casa nova, e diz estar pensando em pintar a casa de branco, cor que era a de sua antiga casa. Ela, a dona de tudo, é dona também da sua casa e ali ela está livre para fazer tudo como gosta, rápido e do seu jeito. Apesar do sofrimento e da “morte” que vivenciou com o reassentamento, a casa de Sara parece apontar para sua reestruturação ao novo contexto, a essa nova etapa em sua vida. Tal como uma cigarra que deixa sua pele para trás, assim parece a casa de Sara: reconstruída do zero, mas onde permanece a sua mesma essência.

As casas de Maria, ao contrário das anteriores, formam um total oposto. A sua casa antiga, que ela coloca como uma casa ruim, com goteiras, parede de plástico, telhas quebradas e móveis precários, sem que fosse possível dar a ela a atenção e os cuidados necessários, sofria e gerava sofrimento. Mesmo assim, existia ali uma relação, um vínculo com seu lugar de descanso e abrigo, com um conforto do conhecido e do valor dado ao pouco que possuía. Assim como Maria, a casa parecia doente e necessitando de cuidados imediatos.

Já na casa nova de Maria, encontramos uma condição completamente diferente. A casa passa uma imagem de transformação e encontro com uma condição na qual as portas se abrem, o ar ventila, a limpeza permanece e o conforto vai para além do conhecido, vindo do novo. As coisas novas, os revestimentos na cozinha e banheiro, a casa forrada, a casa da surpresa do “chá de casa nova”. A descoberta das possibilidades dessa casa parece ter impactado em Maria de uma forma importante, que passa a se autoafirmar como uma pessoa decente; a casa e Maria se refletem, como boas e dignas de respeito.

A casa de Cristina também conta muito da vivência entre as duas. A casa que nasceu de um sonho e de uma promessa de deus, desejada de todos os modos, parece retribuir a este carinho. Na primeira entrevista Cristina menciona que faz uma semana que não limpa a casa devido a sua doença, mas a casa parece estar se cuidando a ponto de não dar qualquer sinal de que possa estar sendo negligenciada. De uma entrevista para a outra houve uma pequena alteração na casa: a mesa da sala de jantar estava antes disposta perpendicular à cozinha, e na segunda entrevista ela estava paralela à cozinha. De resto, é como se nada mais ali precisasse ser mexido, como se cada coisa já tivesse o seu lugar estabelecido há muito tempo. Tudo cuidado com carinho e capricho.

A casa, envolta nos escombros das demolições da vizinhança, praticamente sozinha, não se deixa abalar; continua imponente. Quando se entra em seu interior, cercada por muros altos e sem visão para a rua, somos transportados para outro mundo, tal como Cristina relata, o seu mundo. Um lugar arejado, amplo, com horta, acabamentos, elementos decorativos. A casa parece firme, robusta, mas agradável e acolhedora. Cada canto parece ter um significado e uma história, e tem.

Cada casa foi alvo de um investimento emocional e material dos entrevistados. A casa, como símbolo que carrega elementos do próprio sujeito para si, demonstra um pouco da vivência e da experiência de cada um dos entrevistados durante o reassentamento e parecem refletir muito do que cada entrevistado percebe sobre si próprio.

A aproximação da casa como símbolo com sentidos de mundo particular e ego encontra ressonância nas transformações dos entrevistados e de suas respectivas casas. Assim, o ego cumpre um papel importante como mediador entre consciente e inconsciente, entre o sujeito e a sociedade. Como abordado na discussão teórica, a casa e o eu possuem uma proximidade bastante significativa e que ganha novas cores com as falas dos entrevistados, que colocam a importância da casa como extensão de si próprio, do seu mundo, da sua paz, do seu legado no mundo, a sua contribuição.

Ao mesmo tempo estruturante, se o eu for rígido demais, considerado o único dos deuses que habitam nossa alma, a pessoa possivelmente terá uma dificuldade maior de conseguir se integrar e fazer um diálogo efetivo com a psique, de atingir um contato mais profundo com o reino psicológico. É possível que a

supervalorização do ego e a confusão dele como a totalidade de quem somos e da nossa psique, possa tornar o reassentamento mais difícil de ser experienciado. Neste caso, deixar a casa é como deixar quem somos para trás, em uma visão que não consideraria sua complexidade e amplitude, assim como as interações e influência da alma do mundo e das coisas em si mesmo. Tal postura, porém, não pode ser vista como algo simplesmente individual, pois a perspectiva dualista e racional da sociedade atualmente não está confinada em certas pessoas, mas representa o paradigma ocidental moderno clássico, onde o eu e a razão são vistos como o todo de quem somos.

A vinculação do ser humano nas categorias de tempo e espaço, como disse Jung (2000, p. 366), surge nas falas dos entrevistados. Em relação ao espaço, vemos dentro das trajetórias dos entrevistados seus laços com o bairro, o entorno de onde mora, existindo uma ligação forte, mas não necessariamente consciente aos entrevistados. Em diversos momentos eles afirmam que gostam da região e que não queriam deixar a mesma, mas não sabem explicar por que. Esta condição vai além da sua casa. A vinculação com o lugar perpassa as paredes, saindo para as ruas, os vizinhos, os mercados e toma proporções muito diversas. É algo mutante, elástico, que se contrai ou expande conforme a vivência de cada um. Tal relação parece se assemelhar ao modo das populações tradicionais se relacionarem com seu espaço, como entidade viva que confere identidade e pertencimento.

Quando Cristina procurou uma casa para comprar pela Caixa no passado, não queria deixar o bairro, pois gostava muito da região. Porém, a partir das intervenções em sua vizinhança e agora se encontrando cercada por demolições e entulhos, Cristina ficou acuada. Este lugar afetivo passou a se restringir à sua casa, a última fronteira, a qual parece agora reunir todo o afeto que antes também andava pelas ruas e vizinhos. Maria conseguiu expandir, a partir da mudança, o lugar que gosta até o novo conjunto, dizendo que apesar do reassentamento, percebe-se como habitando a mesma região, com os mesmos rostos conhecidos. Sara também carrega uma visão ampla da relação com o lugar, colocando a necessidade de viver em uma cidade que faça limite com Curitiba, como o lugar que escolheu, sendo bastante flexível. Pedro vive um movimento diferente. Ao mesmo tempo em que cuida, que planta o seu afeto na casa nova, vive um processo de desapego, um

desenraizamento profundo e que busca transcender esta vida, para isso não se vinculando com as coisas da mesma forma que das outras mudanças.

A delimitação do lugar do afeto pode estar ligada a diversos fatores, como a identidade da pessoa, a ponto desta conseguir ampliar os limites do que faz parte dela mesma, do que a atinge e a completa, assim como da interação do próprio lugar com o sujeito. Conforme o ambiente vai ficando mais hostil, mais restrito e unilateral fica esta área de conforto e segurança. Assim como o sujeito pode passar a pensar na sua casa como a totalidade do seu mundo, ele pode enxergar na sua consciência egóica a totalidade da sua alma, promovendo uma dissociação de outros aspectos igualmente importantes, podendo gerar um sofrimento de grandes proporções, como vemos no relato de Cristina. Apesar de ser absolutamente compreensível a importância da casa e daquele lugar no qual ela vive a 30 anos, depois de tantas dificuldades para conseguir se estabelecer, Cristina passa a ter todo o seu mundo e sua identidade estremecida com a possibilidade do reassentamento, emergindo uma dor praticamente tangível.

5.2 AS RAÍZES

*E se a maioria se apegasse um pouco menos ao
espelho e mais à raiz?
Rashid*

Chamamos de “raízes”, como uma metáfora, a ligação do ser humano com o mundo, tanto de uma perspectiva de participação na coletividade (Weil, 2001) como também na de busca pela profundidade e de fazer alma no mundo (Hillman, 2010). Ao apresentarmos as entrevistas dos voluntários, em alguns momentos foi apontada esta vinculação através da imagem do enraizamento, de forma que podemos compreender diversas formas que ocorreram os enraizamentos dos participantes com a área de sua antiga casa e com a nova, pois o processo de reassentamento exigiu uma mudança do espaço - um espaço almadado.

Cada um dos sujeitos entrevistados possui uma ligação particular que o vinculava a sua antiga casa. Vínculos familiares, de vizinhança, conexão com a cidade, mobilidade, clima, foram alguns dos aspectos mencionados. Os próprios anos vividos na região, quando não apareceram outras oportunidades concretas

para deixar a área, aparentam ter contribuído para aumentar o enraizamento das famílias na região onde moravam. Tal como uma árvore, os seres humanos criam raízes simbólicas que o conectam com o mundo a sua volta, criando um sistema de correlações onde um não vive sem o outro.

A importância do investimento emocional dos entrevistados com suas respectivas casas através de diversos cultivos é um importante aspecto do enraizamento. Sara possui hortas e decide cada detalhe modificado em suas casas, para que ali ela se sinta bem. Cristina construiu a casa de seus sonhos investindo anos de trabalho em pequenos detalhes, em cada peça comprada a prestação. Pedro, que apesar de não poder cultivar nem ao menos um pé de cebola em sua antiga casa, pôde cultuar ao poderoso através da igreja que ali mantinham. Maria, apegada que é às suas coisas, mesmo quando impossibilitada de investir financeiramente em sua casa, cultivava relações importantes com seus vizinhos e com as poucas coisas que tinha, valorizando seu local de descanso mesmo com diversos contratempos.

O enraizamento, conforme o relato e as reflexões teóricas, soa como uma necessidade do ser humano⁷² que se constitui no tempo e no espaço. Mesmo que o solo não seja o mais adequado, que as condições sejam adversas, a tentativa do enraizamento parece permanecer nos entrevistados. De situações de violências, enchentes, precariedades, todos de alguma forma vincularam-se a casa e ao lugar onde estavam.

Portanto, o enraizamento permite que possamos trilhar no caminho rumo à profundidade. Os resultados dos diversos enraizamentos podem se tornar enrijecidos ou flexíveis, rasos ou profundos, necessitando de nutrientes mais específicos e solos mais singulares, ou adaptando-se bem as diversas intempéries e adversidades. As raízes de cada um seguem em busca do que precisam para ser, estar e agir no mundo.

Desenraizar acaba sendo um processo relatado pelos entrevistados como algo que demandou uma transformação e que demonstra a importância de uma

⁷² Importante esclarecer que o espaço onde o sujeito se enraíza pode ser amplo, como entre os povos nômades e entre os próprios guarani-*ka'íowá*, mencionados no capítulo 2. Ou seja, a casa e o espaço estão ligados à identidade, proteção, ao conhecido, não a uma aparência, uma construção ou delimitação estanque, mas ao simbólico. Enquanto uma imensa floresta pode ser a casa de um, um pequeno quarto pode ser a casa do outro.

preparação para que suas raízes sejam capazes de continuar gerando vida, agora em outro solo.

5.3 O TRANSPLANTE DA ÁRVORE

O sofrimento relatado pelos entrevistados em relação ao processo de reassentamento é um dos aspectos marcantes. Mesmo quando a espera foi considerada tranquila, como no caso de Pedro e Maria, no momento iminente do reassentamento surgiram situações de grande sofrimento e angústia; Pedro recorreu a toda sua paciência para aguardar a mudança, mas chegou a perder as esperanças de que seria atendido quando ficou para a segunda leva do processo. Maria, a partir do momento que foi negado atendimento imediato à sua filha, passou por um grande sofrimento aguardando uma resolução da sua situação, permeada pela incerteza.

No caso de Sara e Cristina, que não imaginavam que poderiam ser alvo de uma política de reassentamento, a surpresa e o sofrimento despertado pela imposição para deixarem suas casas foi grande. As lágrimas que Sara afirma ter derramado durante o processo cessaram somente meses após a mudança. Cristina perdura no seu sofrimento, pela luta que faz na tentativa de permanecer na sua casa.

Para uma compreensão maior do reassentamento e da dimensão de mobilização que ela traz aos entrevistados, será utilizada como imagem o processo de transplante de árvores adultas, onde há um movimento de desenraizar e o novo enraizamento necessário para sobreviverem a esta transformação. A metáfora surgiu durante uma das entrevistas, quando escutando o relato de Cristina surgiu a imagem dela como uma semente que caiu no solo a princípio hostil do Atuba, mas que agora, enraizada, não consegue mais pensar em deixar aquele lugar sem grandes perdas⁷³.

Gambini menciona que a relação do ser humano com árvores encontra semelhança em diversas culturas, pois as mesmas carregam características de singularidade e individualidade, tal qual o ser humano, havendo uma “identidade simbólica entre árvore e indivíduo e sua alma” (1997, p. 60). Entre as diversas

⁷³ Ao trazer esta imagem para Cristina, houve uma reação emocional de lágrimas, o único momento deste na sua entrevista.

culturas que apontam esta correlação, temos também a cristã que coloca Jesus como uma videira, perspectiva que encontra ressonância com a visão de mundo dos entrevistados⁷⁴.

A árvore também cresce em um determinado local e na interação entre o externo e o interno, nos entremeios onde tais aspectos interagem, que um constitui ao outro. A árvore, apesar de ser imóvel, não pode ser considerada absolutamente estática, pois ela está inter-relacionada ao espaço. De todo modo, a forma involuntária do reassentamento, assim como de sua condução, limitam as possibilidades de ação dos sujeitos, sendo possível aproximar também do estado da árvore em relação ao transplante.

Como vimos, Jung considera o desenraizamento como um movimento que vai no caminho oposto ao do processo de individuação. Desenraizar é afastar-se de suas raízes metafóricas, abandonar o que torna o sujeito ele mesmo, sua identidade mais profunda, em prol de outras demandas que não os aspectos mais essenciais de cada um. A perspectiva de Hillman, da necessidade do cultivo da alma, também segue de encontro a uma concepção onde é preciso cultivar e cultuar a alma, para que o sujeito possa ter uma vida de sentido.

A metáfora do ser humano como ser que necessita do enraizamento para promover o cultivo da alma encontra ressonância com as árvores. Como um ser enraizado, a árvore adulta, quando removida para um novo solo - processo chamado transplante ou transplantio - requer uma preparação e cuidados para garantir a sobrevivência e adaptação da árvore ao seu novo local, diante de tantas transformações envolvidas em uma modificação deste porte.

Conforme instruções de Inacio & Leite (2007, p. 19), diversos são os aspectos observados para que o transplante de uma planta já desenvolvida ocorra da melhor forma possível, garantindo sua sobrevivência. Ressalta os autores que o transplante é uma opção quando não há possibilidade da permanência da árvore no local, sendo o último recurso para salvar o vegetal que se encontra em área indispensável de projetos de uso e ocupação do solo. Assim como nos projetos de habitação e urbanização, o reassentamento, tal como o transplante, é uma medida que deve ser considerada apenas quando a regularização da condição real não é efetivamente admissível.

⁷⁴ “Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o lavrador.” João 15:1

Ainda conforme Inacio & Leite (2007, p. 20), é importante que haja a maior semelhança possível do solo dos locais de retirada e replantio da árvore. Para o transporte da mesma, é recomendada uma poda de galhos, para que fique proporcional a quantidade de raízes que também será levada, assim como a proteção do torrão durante o transporte – constituído da raiz e terra presa à mesma. É altamente recomendável haver uma preparação da nova cova, com adubação e tamanho adequado a árvore e fazer o transplante mantendo o norte geográfico do vegetal. Há também a necessidade de manter cuidados após o procedimento para garantir que a árvore se adapte ao novo local, em especial em relação à irrigação.

Tais preparativos encontram associação com a experiência dos entrevistados durante os anos envolvidos no reassentamento, que trabalharam a sua própria mudança e desenraizamento das mais diversas formas, interligada com seu modo particular de ser e agir no mundo e em relação com os agentes promotores do processo. Um exemplo é como Sara, apesar de seu grande sofrimento, sempre enfrentou de forma direta as dificuldades para vencer, de forma que sua flexibilidade contribui para o seu enraizamento na nova casa. As imagens de morte trazidas pelos entrevistados demonstram, assim como no transplante de árvore, semelhança com as perdas que ocorrem durante a intervenção: perda de galhos e raízes, perda de bens e vizinhos, da região onde viveu anos e em especial, da casa própria, que agora vai ao chão. Tal como as árvores, as famílias acabam “transplantadas” passivamente, onde as opções se limitam a adaptar-se e sobreviver, ou perecer. Cada um dos entrevistados encontrou formas de podar-se do que seria impossível carregar para a nova casa, atendo-se ao mais necessário e essencial para sua sobrevivência.

A necessidade de proteção do torrão com raízes durante o transporte da árvore para transplante demonstra o grau de exposição e fragilidade deste momento. No reassentamento, quando próximo da ocasião da mudança, envolvendo muitas vezes a retirada de materiais da casa antiga para ser aproveitado na nova, além da perda do que terá que ficar e ser demolido, parece gerar nos entrevistados uma forte reação. Tanto Sara quanto Pedro, que já tinham casas demolidas durante as entrevistas, mencionaram que não quiseram retornar para o local onde ficava a sua antiga casa.

Após a transição, começam os trabalhos de adaptar-se a nova terra e a nova casa. A semelhança que os entrevistados percebem na região do Moradias Jerivá com a região de onde são oriundos, do Atuba, assim como para as árvores, aparenta contribuir de forma significativa para um novo enraizamento dos indivíduos. O solo do Jerivá e o solo do Atuba foram considerados próximos para Sara e Maria, que argumentaram como tal fator foi importante para sua adaptação, seguindo a prerrogativa do transplante de árvores. Já Pedro, que parece não se enraizar como as outras entrevistadas, menciona a importância para ele da diferença entre as vizinhanças, contribuindo para isto também a sua dificuldade de locomoção.

Quanto mais fatores são bem trabalhados durante o reassentamento, menor parece ser o stress provocado pelo processo, permitindo aos entrevistados conseguirem se conectar com os conteúdos mobilizados para elaborar a transformação ao qual estão passando, superando as perdas para reencontrar novos elementos de forma a crescer em outro lugar.

Inacio & Leite (2007, p. 28) menciona que das árvores acompanhadas em seu estudo 72% conseguiram sobreviver ao processo de transplante. No estudo, não foram cumpridas todas as recomendações técnicas durante o processo; a necessidade de mudança das árvores era imperativa a sua capacidade ou não de sobreviver ao processo, por estarem em locais considerados “inadequados”. Assim como no reassentamento, os cuidados de acompanhamento posterior nem sempre conseguiram dar conta das demandas particulares dos sujeitos reassentados, que tal como as árvores, são singulares.

Com este panorama, vemos a possibilidade de que talvez possa haver aqueles reassentados que, vivenciando as mortes simbólicas inerentes ao processo de transformação exigido pelo reassentamento, venham a não renascer por não conseguirem se enraizar neste novo solo. Deste modo, sem uma elaboração, o luto passa a se estender em uma melancolia e a vida pode se esvaír com o passar do tempo. A recomendação da manutenção do norte geográfico das árvores após o transplante, de forma que as mesmas tenham algo mais próximo possível dos locais de insolação, ventos, entre outros, chama a atenção para a importância de termos um norteador, um sentido para que o reassentamento possa ser superado dentro de uma lógica que atinja a alma de cada um.

Ao contrário das árvores, porém, o ser humano tem possibilidades de agir sobre o processo. Porém, quando tal opção lhe é negada, a dificuldade parece ser maior para a adaptação, pois não há um real entendimento do reassentamento e dos elementos que estão atuando sobre os sujeitos. Assim, o reassentamento provoca um sofrimento pela insegurança e dúvidas pelo modo como o processo é realizado, sem participação e poder de decisão da população. Eles são espectadores passivos e alheios das decisões. Seu destino é decidido no sorteio, na sorte ou azar, ou na fé em deus.

A mudança envolve um grande desgaste emocional, de se desfazer de uma história construída concreta e simbolicamente com o lugar. Um corte, uma morte, um desenraizamento. Desgaste significativo a ponto dos entrevistados relatarem que não querem passar novamente, pois o sofrimento seria insuportável. A adaptação também exige outro grande investimento de energia, investimento financeiro e emocional para tornar o novo lugar um lar.

Assim, considera-se que simbolicamente a alma experencia o reassentamento como a árvore adulta experencia seu transplante. As imagens apontam para a importância de um diálogo com a alma, de uma descida ao reino de Hades para que o sujeito consiga deixar lá o que cabe morrer, para subir novamente transformado e com novas ferramentas para se relacionar e se enraizar novamente, sobrevivendo ao reassentamento. A morte, como parte da vida, permite a renovação e as transformações, o passar do tempo e as estações.

5.4 A MORTE

*Vamos cantar pra nossos mortos
Vamos chorar pelos que ficam
Orar por melhores dias
E se humilhar por um novo abrigo.
Criolo*

Quando as primeiras entrevistas começaram, por partirem apenas de uma pergunta disparadora⁷⁵, não se sabia ao certo os conteúdos e imagens⁷⁶ que seriam

⁷⁵ Como foi/está sendo a experiência do reassentamento involuntário para o entrevistado.

⁷⁶ Imagem como símbolo, conforme discutido no item 2.3 da dissertação.

trazidas pelos entrevistados ao abordarem os diversos aspectos do processo de reassentamento e a experiência de cada um. Ao final, a partir das falas dos entrevistados, foi possível observar como imagens ligadas à morte estão presentes em todas as entrevistas. Mesmo quando não relacionada diretamente ao processo de reassentamento, a morte aparece em suas várias facetas, não necessariamente ligadas ao tema da mudança. Em outros momentos, a morte se vincula diretamente aos aspectos emocionais aflorados pelo reassentamento.

Sara, por exemplo, vivenciou a morte de seu neto concomitante com o reassentamento, dizendo que “o lugar não tem culpa do que aconteceu”, mas sem conseguir deixar de associar a casa com o falecimento e ausência de Sandro. O fato de ela ter se mudado para as margens do Atuba devido a uma ameaça de morte também foi conteúdo mencionado, assim como a pretensão de Sara deixar sua casa nova no Jerivá apenas para a última morada, o cemitério.

Cristina por sua vez já inicia a entrevista contando sobre o vizinho que ela acredita ter morrido devido o processo de reassentamento, enfatizando que deixar a sua casa para ela é a morte, ou mesmo pior do que morrer, tamanha a dimensão do impacto do reassentamento em sua vida, caso seja efetivado.

Maria descobre uma doença grave pouco antes da mudança para a casa nova e a perspectiva de proximidade com a morte a abala, ao pensar que pode não ter tempo de reconstruir a sua vida na nova casa. Ela também, como Sara, foi morar nas margens do Atuba devido à morte de um parente, o seu enteado.

Pedro, também vivenciou a morte da sua esposa, que era a que mais desejava o reassentamento, tendo ele descrito o momento da morte de Joana nas duas entrevistas. A casa que ganhou, sem a presença da esposa, é, para ele, dos netos. A casa de Pedro parece ter morrido, de alguma forma, com a esposa, dizendo que não sabe por que ainda permanece neste mundo.

Além dos elementos citados, todos os entrevistados relataram questões de doenças - sendo a depressão a mais citada - que apontam também para relações com a morte e o morrer. Mesmo os voluntários tendo diversas idades, de 47 a 83 anos, todos relatam pensamentos da perspectiva de sua própria morte e o envelhecimento.

O que desperta tais conteúdos? Várias hipóteses são possíveis de serem levantadas. A idade dos entrevistados, uma falta de acesso à saúde preventiva que

agrava doenças, as mortes concretas ocorridas ao redor dos sujeitos; porém, é possível também que as imagens surjam por uma proximidade da questão do reassentamento com a morte, tema ao redor do qual circundou as entrevistas e que pode ter dado margem a este afloramento.

Corroborando com tal hipótese, foi perguntado a todos nas segundas entrevistas se percebiam alguma relação entre reassentamento e morte, quando três entrevistadas fizeram relações diretas entre os temas, colocando as seguintes associações: para Sara, viver o reassentamento foi uma morte; Maria considerou o reassentamento e a morte iguais por serem fatos certos em sua vida; e Cristina, que percebe no reassentamento a sua morte e a incerteza de sua saída como pior do que a própria morte. Apenas Pedro não fez nenhuma relação direta; porém, quando perguntado sobre o tema, ele argumentou que não acredita que sua esposa morreu devido o reassentamento - respondendo algo que a princípio não foi perguntado, mas que evidencia uma relação que ele faz entre os temas, pois a morte da sua esposa foi a sua primeira associação ao ser questionado sobre reassentamento e morte.

O cemitério, local destinado aos mortos, foi uma imagem que surgiu em três entrevistadas. Maria e Sara desejam que as casas novas, para onde se mudaram, seja a “penúltima” morada delas - a última morada será o cemitério, local de descanso final e casa do corpo sem vida, no mundo que conhecemos. Cristina relata que não quer conhecer o conjunto Jerivá, pois ninguém quer saber onde será enterrado no cemitério, lugar do corpo sem vida e consequentemente, sem vontade própria, sem alma.

Assim, pode-se pensar nas imagens de morte, doença, inferno e da casa final, durante as entrevistas como símbolos que apontam para aspectos da experiência da alma no reassentamento involuntário, onde os conteúdos emocionais encontram uma forma de expressão.

Dentro da perspectiva psicológica, a relação entre a morte⁷⁷ e reassentamento possui aproximações bastante significativas, corroborando com o que trouxe os entrevistados. Como momento de transformação na vida de cada pessoa a mobilização de tais conteúdos demonstra a necessidade de elaboração das perdas, um luto pela morte de um estado anterior, para renascer em uma nova

⁷⁷ Morte, doença, etc, como imagens arquetípicas e não literalizantes.

condição, após uma transformação. Nas imagens alquímicas Jung encontra diversas operações que demonstram a transformação advinda pela morte e renascimento.

Não há vida nova que possa surgir, diziam os alquimistas, sem que antes morra a velha. Eles comparam a sua arte à atividade do sementeiro que introduz a semente do trigo na terra, onde ela morre, para despertar para uma vida nova. Imitam, portanto, a obra da natureza com o que chamam de “mortificatio”, “interfectio”, “putrefactio”, “combustio”, “incineratio”, “calcinatio”, etc. Do mesmo modo, comparam sua obra à morte do homem, sem a qual a vida nova, a vida eterna, não pode ser alcançada (JUNG, 1999, p. 123).

Conteúdos de morte, além da perda, contém em si uma carga emocional de grande peso à consciência por apontarem uma demanda imperiosa de maior contato com conteúdos inconscientes e emocionais. Ela aponta para uma desagregação e dissociação da consciência para uma futura integração.

Essa desintegração e desorientação constituem de fato um estado de alguém, privado de sua liberdade, que está à deriva e perdeu o rumo, um estado próprio de alguém que está sem alma e à mercê de afetos e fantasias auto-eróticas. (JUNG, 1999, p.133)

A dificuldade do ocidente em perceber a morte como parte da vida e da não racionalização de seus conteúdos, vinculada à forma de entendimento do paradigma ocidental moderno clássico de Berque (2001), torna tal aproximação um tema delicado. A morte desperta angústias profundas, emoções que estão nas profundezas e que, para terem sido revolvidas, são um indicativo de que o reassentamento mobiliza aspectos importantes e sérios da psique dos reassentados, demonstrando a necessidade de serem tratadas com atenção. Um exemplo de tal condição é quando Maria fala, após a sua mudança e resolução do conflito que o reassentamento gerou em sua vida, sobre como saiu um “peso da sua cabeça” ao final de todo o processo.

Na psicologia profunda de Hillman, encontramos mais elementos para compreender a relação entre morte e reassentamento involuntário, através do mito de Hades. Para o autor, “começar com a imagem é começar no mundo das trevas mitológico” (HILLMAN, 2013, p. 21). Assim, o paralelo entre a morte, dentro da mitologia grega, está vinculado à casa de Hades e a seu reino subterrâneo, que o autor nomeia como mundo das trevas.

Quando usamos a expressão mundo das trevas, estamos nos referindo a uma perspectiva totalmente psíquica, onde todo o nosso modo de ser foi dessubstancializado, destituído de vida natural, e ainda assim é em toda a forma, o sentido e o tamanho, a réplica exata da vida natural. (HILLMAN, 2013, p. 79)

O autor enfatiza a importância de pensarmos em uma geografia imaginal para fazer um comparativo sobre o mundo das trevas como um dos três níveis de terra⁷⁸ dentro da mitologia grega. A ligação com a terra e com o espaço remete a mudança de localidade enfrentada pelos entrevistados, pois os níveis de terra remetem o caminho a ser trilhado até a profundidade, à alma.

A terra do cultivo, das plantações, onde se dá a vida humana é a terra de Demeter. Indo em direção ao subterrâneo, encontramos o nível de Ge, uma base mais profunda tanto física como psiquicamente, que através da sua fertilidade permite um “lugar na terra” de uma comunidade. E então, finalmente, encontra-se o nível *chthon*, o mundo dos mortos e casa de Hades⁷⁹.

Em outras palavras, mesmo a terra e a natureza têm sua função *psíquica* assim como sua função terrestre, e podemos servir a terra e estarmos no chão de mais de uma maneira, ou seja, por meio de *atividades psíquicas*, e não apenas através de atividades naturais. (HILLMAN, 2013, p. 67)

O reino de Hades e o Tártaro carregam particularidades em comum, em especial pelo distanciamento significativo do mundo diurno. Assim, longe da materialidade, o mundo das trevas ganha aspecto volátil e etéreo. Hades é por vezes mencionado como um deus alado, sendo senhor de um mundo invisível onde as imagens remetem ao que perdura após a morte: as essências (HILLMAN, 2013, p. 71), os arquétipos.

Assim, para chegar ao mundo das trevas, local das imagens psicológicas que remetem ao arquetípico, é importante um enraizamento que atravesse Demeter e Ge para chegar ao Hades. Deste modo, as imagens dos reassentados girando ao redor da morte podem apontar para uma imprescindível conexão com sua alma em um momento de grandes transformações mobilizadas pelo reassentamento – uma

⁷⁸ Terras não físicas, mas como metáforas para a compreensão psicológica (HILLMAN, 2013, p. 66)

⁷⁹ Tal distinção permite inter-relações, pois não é estática. A filha de Demeter, Perséfone, tornou-se esposa de Hades. Ge também está relacionada com os grãos e frutos da terra de Demeter. Porém, tal distinção é relevante para pensar a alma e a morte, pois o mundo das trevas possui características que nos ajudam a compreender as imagens que a ele remetem.

retomada dos diálogos ego-si mesmo, consciência e inconsciente - dando ouvidos às inúmeras vozes que povoam a nossa psique e que aparecem através de sonhos e diversas manifestações onde a alma se faz presente.

Os sonhos nos mostram que somos plurais e que cada uma das formas que lá figuram são “o próprio homem inteiro”, potenciais inteiros de comportamento. Somente nos despedaçando nas múltiplas figuras podemos estender a consciência no sentido de abraçar e conter seus potenciais psicopáticos. (HILLMAN, 2013, p. 72)

Hillman fala que quando não existe um contato com o mundo das trevas, a subida de Hades para a superfície terrena pode gerar repercussões bastante abruptas e propiciadores de um sofrimento grande, como uma violação (2013, p. 53). O reassentamento e seus aspectos ligados à morte carregam essas características para a consciência, potencializando ainda mais o sofrimento gerado caso não haja um diálogo com a alma, sofrimento que se soma com conflitos de diversas outras origens.

A busca pela profundidade acaba levando-os também ao contexto bastante citado da depressão que ronda os entrevistados, que percebem em si o estado depressivo se aproximando e contra os quais estão lutando através da fé na religião e dos medicamentos. O corpo, como morada da alma, sofre com as mudanças e também indicam um caminho rumo à depressão, apontando “lacunas na continuidade do chão debaixo de nossos pés, essas covas e buracos, como entradas para o submundo” (HILLMAN, 2013. p. 40).

Portanto, pensar que um enraizamento profundo o bastante para chegar à casa de Hades, pode trazer elementos que ao invés de enrijecer e imobilizar o ser humano, atinge um elemento etéreo que é característico ao mundo das trevas, possibilitando um transitar já não tão doloroso, pois na terra das essências o que importa permanece, o que é frívolo fenece e a transformação da terra em ar permite asas a quem ali se alcança.

5.5 A RELIGIOSIDADE

*Mato Grosso quis gritá, mas em cima eu falei: os
homis tá cá razão, nós arranja outro lugar.
Só se conformemo quando o Joca falou:
'Deus dá o frio conforme o cobertor'.
Adoniran Barbosa*

No contexto destas famílias e do paradigma ocidental, onde a alma não se encontra mais pensada como parte da vida das pessoas, é comum que possa não ocorrer um enraizamento no nível de profundidade e sim de horizontalidade, de forma que parte das raízes acaba por ficar nos primeiros níveis de terra, de Demeter e Ge.

Assim, a terra se compacta sem atingir o etéreo de Hades, sufocando as raízes. As pessoas, do mesmo modo que as árvores, de acordo com Gambini (1997, p. 62), não conseguem atingir o seu crescimento pleno em tais condições, impossibilitado de cultivo apropriado da sua própria alma. O autor, ao pensar nesta relação da distância do psicologizar em nossa sociedade, aponta para problemas da raiz na atualidade e “problemas na terra, metaforicamente falando. Compactada demais, nela não entra ar. Ar é espírito, ‘logos’, ideia. Não entram ideias” (1997, p. 62). E as ideias psicológicas são o que trazem alma para as ações, para o mundo. (HILLMAN, 2010, p. 236).

Onde é possível verificar uma tentativa de se aproximar das imagens e da alma fica em relação à religiosidade dos entrevistados. Todos os entrevistados mencionaram uma ligação significativa com a sua religião, carregando consigo a visão de mundo oferecida por elas para a compreensão do mundo e do próprio reassentamento.

As angustias e necessidades da alma dos reassentados parecerem estar sendo amparadas muitas vezes pela religiosidade, um dos únicos refúgios que a alma encontra na sociedade para as imagens e para o contato com o mundo simbólico. A questão religiosa não foi algo levantado *a priori* como direcionador para a pesquisa, mas foi uma raiz comum a todos os voluntários.

Na igreja e na experiência religiosa os entrevistados dão atenção às suas imagens, sendo que dois dos entrevistados alegaram que o próprio Jesus apareceu ou persiste aparecendo para eles em momentos específicos, tamanha a importância

de tais experiências para eles. Jesus como ser que aponta o que é verdadeiro, que agracia seus fiéis, como filho do poderoso que permite a quem segue seu caminho ser privilegiado.

Apesar das diferenças entre as religiões, entre evangélicas neopentecostais, católicas e renovação carismática, todas fazem parte do paradigma cristão, sendo possível perceber como a visão de mundo que carregam, derivada da religiosidade, interfere de forma decisiva na forma como lidam com o reassentamento.

Jung afirma que diversas religiões – entre elas o cristianismo – podem ser pensadas como “um complicado sistema de preparações para a morte” (2000, p. 361), antes de qualquer outra angústia. Assim, a religião também fica próxima quando o reassentamento mobiliza temáticas relacionadas à morte, aproximando a visão de mundo religiosa como forma de dar suporte as mudanças e transformações que são exigidas da pessoa durante o processo.

Tanto o reassentamento involuntário como a morte, trazendo como característica semelhante a inevitabilidade, pela forma como o processo foi conduzido perante os entrevistados, encontram assim na religião uma busca por uma via de agir neste mundo. Sem elementos para lutar, se posicionar, ter sua voz ouvida, os entrevistados parecem apegar-se ao divino e ao espiritual, na esperança que dali possa vir “a verdade” e “a justiça” que acreditam ao processo do reassentamento involuntário.

Por outro lado, a religião pode levar a aspectos considerados conformistas, pois desencorajam o enfrentamento direto contra o poder público. Quando Pedro fala que seus desafios são do peso que pode carregar, fica bastante explícito que as situações da vida são muitas vezes encaradas como provações, onde cabe a eles manter-se firme em sua fé e aguardar a manifestação dos desígnios divinos. Cristina, apesar de permanecer firme em sua decisão de não deixar a sua casa, não busca formas de lutar pela sua permanência através de ligação com movimentos sociais ou juridicamente.

Portanto, o papel da religião parece ser amplo, tanto como lugar significativo que dá sentido à vida e experiências dos entrevistados, ao mesmo tempo em que a visão de mundo cristã por vezes traz certo conformismo pela “espera de um milagre”, advindo possivelmente na impossibilidade de ação que esta população enfrenta diante do reassentamento involuntário.

5.6 DO HADES A POLIS

Para além da relação da pessoa em seu microcosmo, casa, espaço e alma, existem uma série de fatores que se associam mais ao contexto social do que foram abordados até então, que estão inter-relacionados com as questões já trabalhadas, ampliando ainda mais as possibilidades e interpretações.

Porém, é importante destacar tais aspectos para que não fiquem negligenciados ou desconsiderados quando pensamos no contexto dos entrevistados. Começamos pela condição que é comum a todos: migrantes vindos do interior do Paraná, Minas Gerais e região Nordeste. Não encontrando oportunidades para se manterem em um mesmo lugar, com os altos e baixos dos momentos econômicos atingindo-os mais diretamente, acabaram migrando em busca de oportunidades melhores, nas décadas de 60 e 70, momento onde ocorreu um significativo êxodo rural em todo o Brasil.

As profissões dos entrevistados, assim como a escolaridade, são indicadores do tipo de oportunidade (ou da falta de) que encontraram e das suas conquistas: auxiliar de limpeza, pedreiro, diarista, mensalista. A falta de condições efetivas para a superação da desigualdade e melhoria da qualidade de vida de migrantes como eles fica evidenciada, mostrando que acabaram ocupando apenas postos de emprego informal ou com pouca exigência de escolaridade, com histórico de trabalho infantil, como reserva de mão de obra oriundas do sistema capitalista.

Assim, foram se estabelecendo à margem do rio Atuba e da sociedade, conseguindo muitas vezes melhorar a sua condição perto de sua história de vida pregressa, conseguindo oferecer aos filhos oportunidades mais adequadas que as suas, mas não a ponto de uma ascensão social. Sem apoio do poder público, cada um construiu a sua vida, comumente seguindo o padrão do trinômio de casa própria, loteamento periférico e autoconstrução, que permitiu a eles ao menos a conquista de uma casa própria. Mesmo que no caso de três entrevistados esta tenha sido desmanchada, foi a casa antiga que permitiu a eles não pagarem aluguel, que levaria a um comprometimento ainda maior da renda e sem a conquista de nenhum bem. A importância da conquista de um patrimônio fica evidenciada pela fala de Pedro ao mencionar que sua primeira casa foi que levou ele às conquistas futuras,

pois gerou as oportunidades que veio a ter pela sua venda – mesmo que ele não tenha conseguido fazer o proveito que almejava ter.

Apesar de tantas lutas em busca de uma vida e moradia dignas ao longo de suas histórias de vida, em nenhum momento os entrevistados apontam as injustiças representadas pela desigualdade de oportunidades, segregação espacial, exploração do trabalho informal, falta de acesso à educação e outros direitos fundamentais como intrínsecas ao sistema capitalista, essencial para a compreensão do contexto social em que vivem. Encontramos, ao contrário, falas onde eles trazem para si integralmente a responsabilidade pelo “fracasso” em ascender socialmente e como absolutamente responsáveis por suas “escolhas”, como se para eles o leque das oportunidades estivesse plenamente aberto.

Tanto Sara quanto Pedro colocam que “podiam” em alguma época em suas vidas e devido a “escolhas” mal feitas hoje não “podem” mais. Sara por ter deixado as terras no Nordeste, sem ter vendido tudo o que pertencia à família, ou mesmo o fato de não ter permanecido lá e vencido as adversidades da seca, pois seus parentes que lá ficaram hoje se encontram em boas condições financeiras. Pedro diz que se houvesse “colocado em prática” o dinheiro que ganhou no auge da cultura cafeeira no Paraná, hoje seria “Seu Pedro”, porém gastou com coisas que hoje considera supérflua. Também menciona a escolha de vender sua primeira casa que ele mesmo construiu, tendo “jogado fora” o dinheiro nas mudanças para o norte do Brasil, em mais uma tentativa de melhorar sua condição material.

Sem estudo, sem herança, sem apoio governamental, as chances de tais famílias conseguirem superar o sistema em que vivem são diminutas. Mesmo Cristina, que possui uma ampla casa e hoje se considera em uma boa situação, não teve condições de acessar o mercado imobiliário formal devido às muitas incertezas ligadas a empregabilidade, acabando por investir o ganho financeiro de toda uma vida em um terreno do qual é posseira e de onde agora consta atingida pelo reassentamento involuntário.

A dimensão do contexto atinge um estado tão profundo a ponto de gerar uma postura entre os entrevistados de abatimento diante das contradições do sistema, que corroboram com a manutenção da condição em se encontram, como o conformismo perante as injustiças, ausência de participação no processo de reassentamento e sua manutenção da posição na sociedade. Cristina, que é a mais

questionadora das atitudes do poder público em relação à interferência na vida deles, em nenhum momento coloca que a situação de pobreza que enfrentou, as dificuldades para acessar direitos fundamentais como uma falha do sistema capitalista e do poder público. A culpabilização do próprio sujeito por não ter atingido uma condição privilegiada parece ter logrado pleno sucesso na vida dos entrevistados.

A questão da violência urbana ligada a algumas áreas das grandes cidades brasileiras com menor visibilidade pelo poder público, também atinge de forma direta tais famílias, que tiveram que deixar suas casas em áreas possivelmente passíveis de regularização, como no relato de Maria, ou mesmo Sara, que não pensou duas vezes ao fazer a troca de seus terrenos para deixar a região de ameaça a sua família.

Questões de gênero também podem ser apontadas como envolvidas na trajetória de vida dos entrevistados, em particular para as mulheres. A gravidez não planejada de Cristina, por exemplo, possivelmente contribuiu desde muito cedo para o abandono dos estudos, corroborando para vivenciar uma tripla jornada como mãe, esposa e trabalhadora. A vida dela tomou um direcionamento de cuidado integral a casa e os filhos, responsabilidade que historicamente recai sobre os ombros das mães. A entrevistada afirma que “não se cuidou”, desconsiderando que o planejamento familiar e acesso amplo a métodos contraceptivos são recentes, havendo um contexto histórico envolvido nesta questão, que coloca majoritariamente na mulher a responsabilidade da prevenção da gravidez.

Mesmo quando se aborda mais especificamente questões da subjetividade, é importante ressaltar que diversas dificuldades apontadas, como a valorização do pensamento racional, consciente e egóico, em contraponto as demandas da alma e seu mundo emocional, não são características atribuíveis a cada entrevistado. A psique se constrói em um mundo e na sociedade atual tais características refletem diretamente o paradigma ocidental moderno clássico. As 'escolhas' relatadas nas histórias de vida dos entrevistados, remete às opções que cabem à população mais pobre, conforme abordado por Ferreira (2012) e Villaça (1986); não são estritamente escolhas pessoais, mas resultado da luta pela sobrevivência, a busca por melhores condições de vida: a migração, o trabalho, a família, a ocupação, etc. As escolhas são feitas nas lacunas deixadas pelas políticas que são implementadas, pelo

planejamento do espaço urbano guiado pelo capital, pela especulação financeira, do território como mercadoria, que segrega as pessoas mais pobres nos rincões mais desvalorizados pelo capital. Mesmo nesse processo de segregação do espaço urbano (VILLAÇA, 2012), as pessoas estão em busca das melhores condições possíveis, do lugar mais perto do centro, do ponto de ônibus, da escola, do trabalho. Nas lacunas que encontram os entrevistados construíram seus espaços de sobrevivência, esquecidas pelo poder público, até serem localizadas.

Quando a cidade aponta culpados pelo seu desordenamento; quando culpa ocupações irregulares em áreas de preservação pela degradação dos rios; quando culpa os reassentados pelas dificuldades em realizar o processo de reassentamento devido a demandas da população; somente é possível fazer uma compreensão e entendimento de tais questões levando-se em conta as determinantes multifatoriais sobre a população reassentada, que não podem ser considerados como “problema”, pois o que é possível destacar através dos entrevistados é a exclusão dos mesmos nos processos decisórios relativos ao seu reassentamento.

Como foi visto, desde os primórdios da intervenção do Estado na habitação social urbana (BONDUKI, 2011), foram grandes as transformações, tanto na concepção do programa, nas formas construtivas e na abrangência. Porém, há um aspecto que pouco se alterou na habitação de interesse social discutido anteriormente e que se repete com os entrevistados: a população alvo destas políticas permanece como um pólo pouco participativo, por vezes passiva as políticas públicas de habitação, como árvores a serem transplantadas, quando não apenas derrubadas.

A ausência de participação no processo do reassentamento gera projetos que podem não contemplar as demandas da população, gerando uma arquitetura ausente de sentido (Felippe, 2010), além de não esclarecer os reassentados sobre elementos limitantes do projeto como custos, procedimentos burocráticos, legislações a serem atendidas e outras dificuldades que necessitam ser superadas ou cumpridas pelo projeto do conjunto habitacional. Estes são alguns fatores que possivelmente distanciam a casa nova da casa “desejada”, contribuindo para dificultar a vinculação com a mesma. Da parte dos entrevistados percebe-se um desencontro de informações básicas em relação ao programa, desde prazos, andamento das obras, acompanhamento dos trabalhos e até mesmo dificuldade em

saber se estão ou não inseridos no programa, possivelmente contribuindo para uma angústia em relação ao reassentamento.

Em intervenções do passado, nas tentativas de projetos dos arquitetos modernistas de apresentarem perspectivas inovadoras e que buscaram soluções para alguns dos “problemas” da população alvo de seus programas, as “soluções” não foram acatadas pela população, que “deturpou” as instalações que tinham propostas mais coletivas, com o passar dos anos⁸⁰. A construção do “homem novo”, objetivo dos planejadores públicos modernistas, resistiu às propostas da intervenção pública. Segundo Bonduki, isto se deu porque a cultura popular também seguia muitas vezes a ideologia burguesa, querendo que a sua casa se tornasse o mais próxima possível do padrão já estabelecido, não estando tão disposta às inovações (2011, p.317). Portanto, se não há diálogos e trocas entre os atores da política de habitação - quais sejam, o planejador público e a comunidade - o fim desta ação tende a encerrar muitos conflitos de valores entre os “homens reais” e o planejamento dos “homens novos”.

O por que da participação popular continuar baixa é uma questão com inúmeras possibilidades de resposta. Os interesses políticos e econômicos por trás dos programas provavelmente são os maiores fatores, pois para haver participação popular efetiva, é necessário transparência nos procedimentos, democratização das decisões, um amplo trabalho informativo, enfim, um maior controle popular sobre o programa.

Outra possibilidade remete ao pressuposto que a população de baixa renda, alvo das políticas de habitação de interesse social, parece não possuir “aptidão” para trazer contribuições ao planejamento de políticas habitacionais. Os sujeitos parecem ser considerados como desconhecedores das suas próprias necessidades e incapazes de compreenderem os mecanismos burocráticos enfrentados na

⁸⁰ A colocação de grades fechando as áreas livres em torno dos blocos - reconstituindo lotes urbanos no lugar da proposta de se habitar em áreas verdes públicas -, a eliminação de espaços coletivos como o teto-jardim, o fechamento dos pilotis para a instalação de garagens individuais, a desmontagem de equipamentos comunitários como lavanderias, cooperativas de consumo, áreas de recreação etc., entre várias intervenções destruidoras do espaço público, mostram que, alteradas as condições históricas, **os moradores não aceitaram com facilidade as inovações que os arquitetos modernos propunham para o homem novo que se queria construir** (BONDUKI, 2011, p. 318, grifo próprio).

execução das políticas habitacionais⁸¹. Portanto, elas não teriam condições de tomar maior partido nestas decisões, que acabam por recair em sua própria vida⁸².

Hobsbawm menciona como diversas esferas da sociedade adoraram um modelo de cientificismo e manipulação técnica que “deliberadamente, negligencia o humano.” (HOBSEBWM, 1998, p. 39). Pode-se pensar que uma tentativa de trabalhar com o “humano” dentro da habitação, é o chamado trabalho social⁸³, onde uma equipe multidisciplinar trabalha com reassentados visando à melhoria da qualidade de vida desta população e sua inserção social. Porém, o trabalho social torna-se somente um paliativo, um trabalho que não age nas causas que levaram as famílias a situação de pobreza e segregação, pois tais desigualdades dizem respeito a mecanismos que gerenciam todo o sistema capitalista.

Neste contexto, cabe ao profissional psicólogo atuante na área social, enquanto representante das ciências e especialmente das humanidades, a busca por uma prática que não continue a repetir a negligência dos modelos cientificistas que deixam de lado a participação humana nos planejamento das políticas da HIS, através de um engajamento político que busque, “para usar uma frase de Marx, transformar o mundo e não somente interpretá-lo (ou, então, explicar por que ele não precisa ser transformado)” (HOBSEBWM, 1998, p. 149).

⁸¹ E que são fatores que podem levar a atraso de obras, cancelamento do programa e embargos.

⁸² Este argumento, porém, já foi combatido por Bissere (1979, p. 50), que nos mostra como diante da manutenção da desigualdade social pelo capitalismo, foi necessário justificar o fracasso das buscas por igualdade, liberdade e fraternidade, almejadas pela revolução francesa. Ao criar o conceito de aptidão e naturalizar as capacidades dos indivíduos, este passa a ser o único responsável pelo seu fracasso social. Portanto, fica evidente como a suposta “falta de aptidão” da população de baixa renda é um argumento pertinente para que as classes dominantes promovam a manutenção da desigualdade social.

⁸³ “O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços Implantados” (BRASIL, 2014, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que na pesquisa encontra-se um rearranjo de coisas que vem sendo ditas, observadas e pensadas ao longo da história no estudo da questão habitacional e da psicologia. O arranjo aqui utilizado foi de colocar a psicologia analítica para contribuir com um tema ao qual costumeiramente não se debruça: o reassentamento involuntário. Assim, psicólogos analíticos podem não ver grandes novidades teóricas. Arquitetos e urbanistas, que debatem o tema desde seus primórdios, também podem estar familiarizados com a discussão realizada. Porém, a tentativa foi a de colocar as duas perspectivas para dialogarem de modo a complexificar o fenômeno do reassentamento involuntário, evidenciando a grande quantidade de aspectos emocionais abarcados.

A consideração principal a ser feita para a compreensão do reassentamento é a importância da morte no processo. É comum que as famílias envolvidas com o processo sejam tratadas como “beneficiárias” pelo poder público, sendo retiradas de uma situação considerada precária. Mesmo considerando os impactos do reassentamento, o que se verifica é o tratamento pelo agente executor de que o reassentado é alguém que está “ganhando”: uma casa habitável, visibilidade pelo poder público, um título de propriedade, novas oportunidades. O que se enxerga são os benefícios. Porém, antes de qualquer coisa, o reassentado está perdendo: perdendo a sua casa, a sua vizinhança, os laços, a sua memória vinculada ao espaço e não há trabalho social que abarque tamanha perda.

Apesar de pensar na mitigação dos danos do reassentamento, as políticas públicas dificilmente fazem um embate político de oferecer efetivamente as melhores opções para os reassentados. Prevalece os impeditivos do valor da terra, que desloca a população em grandes distâncias de suas áreas de origem; não são oferecidas condições efetivas para a participação popular no reassentamento involuntário, somente atividades informativas; os prazos são morosos e a vida das famílias é muito dinâmica, causando transtornos à vida da população e ao próprio programa.

Porém, mesmo que haja benefícios, eles não ocupam o lugar das perdas para cada uma das famílias atingidas pelo reassentamento. Assim, é importante perceber que se os reassentados não tiverem condições de elaborar suas perdas durante o

processo, tal fato pode acarretar em grande sofrimento psíquico para eles, que eventualmente acabará se refletindo na política pública, na adesão das famílias ao programa e na vinculação com sua nova casa.

O ser humano, ao enraizar-se nos espaços, objetos, investe e se relaciona afetivamente com o mundo ao seu redor. Não importa se aos olhos do outro, externo aquele contexto, pareça sem sentido. Voltando as perguntas iniciais do trabalho: qual o valor das casas precárias dos reassentados? Por que a pessoa se recusa a deixar a sua casa racionalmente "ruim", sujeita a enchentes, sem documentação, em troca de uma outra "habitável" e sem riscos legais e de intempéries?

Aos olhos que focam no visível, as perguntas permanecem sem resposta. Para quem tenta mergulhar nessa experiência, porém, vemos um universo de possibilidades. É essencial enxergar para além da materialidade, assim como também aprofundar nas questões subjetivas, sociais e comunitários envolvidas, para chegar nas raízes que vinculam cada um a sua casa e ao seu lugar, raízes que são ao mesmo tempo terra e árvore, uma dimensão transubjetiva entre o eu e o mundo. Elementos que revelam suas nuances simbólicas e aproximam as categorias do externo e interno, material e intangível, divididas pelo paradigma ocidental moderno clássico.

A importância de tais ligações para a constituição do sujeito transforma em férteis terras antes desertas, drena lugares alagados e de alguma forma, a conexão acontece. A semente não consegue percorrer amplos caminhos até encontrar o seu terreno "ideal". Ela então sobrevive como pode, se transformando e se adaptando às oportunidades que estão ao seu alcance, ao mesmo tempo construindo o mundo ao redor dela com sua sombra, folhas e frutos, ambos se constituindo juntos.

Assim, como a árvore que passa pelo transplante, há uma morte simbólica no reassentamento. Para sobreviver a este processo são necessários diversos cuidados: podar os excessos, proteger as raízes metafóricas, encontrar um solo semelhante e manter o seu "norte". Às vezes coisas que podem ser consideradas como dispensáveis, como manter os vínculos de vizinhança na distribuição das casas novas, prezar pela proximidade da área de reassentamento com a área de intervenção, que a casa nova seja passível de alterações pela nova família e a escuta da população; cada um destes elementos cria uma relação com o novo

terreno e a nova casa onde a população poderá se enraizar novamente, para que lá seja o lugar não só da morte, mas também do renascimento.

A participação popular, assim como a casa autoconstruída, são enfatizados na bibliografia da área como elementos que propiciam melhorias aos empreendimentos de habitação de interesse social. Vemos que no caso do reassentamento também não é diferente. A falta de compreensão dos entrevistados sobre os objetivos do programa, e a falta de diálogo com o poder público para entender e escutar a voz das pessoas é evidente. Mais uma vez fica a importância de se compreender para fortalecer os reassentados, que assim, amparados, possam encontrar oportunidades a partir da experiência, assim como exercer sua cidadania ativamente para que possam conseguir o melhor possível para a população, como sujeitos políticos.

Com estas condições, o reassentamento surge como uma oportunidade de cultivo da alma, como um evento que nos leva ao contato com transformações do mundo e da interioridade, possibilitando um diálogo maior com o mundo simbólico que temos. Sem diálogo, porém, tais imagens que são mobilizadas podem se perder em meio ao caos da mudança, contribuindo para o sofrimento e o peso emocional diante do reassentamento. Onde seria possível um renascimento, novos horizontes, fica o vazio diante da retirada da casa, o centro do mundo de cada um.

Neste mundo animado, a casa ganha cores e formas especiais, atentando para a sua importância na constituição do ser humano. A casa é almada, tal como o ser humano e o mundo, mostrando como o reassentamento não envolve somente um trabalho objetivo e racional, mas também emocional e psicológico para a transformação de um abrigo em um lar. Assim tem-se o encontro das dimensões da política pública de habitação e da subjetividade, criando uma casa almada e um sujeito de raízes no mundo e na cidade.

A questão de reassentamento em áreas de APP é um campo de diálogo difícil, por estarem vinculados a um objetivo que diz respeito a toda a sociedade: a preservação da casa de todos os seres humanos, o planeta Terra. Porém, o que torna tal circunstância ainda mais difícil para o entendimento das famílias reassentadas é a diferença de tratamento entre eles e as classes sociais mais privilegiadas da sociedade. As empresas que ocuparam as margens do mesmo rio que elas serão retiradas? Ocupações irregulares em áreas de lagos, rios e praias,

cercados de casas de alto luxo, são algo que a sociedade vivencia cotidianamente. Porém, como é o tratamento para estes casos? A população não está cega a estas diferenças.

Se o compromisso com o meio ambiente for sério a ponto de alterar por completo a vida de famílias que se instalaram em áreas de preservação por terem um histórico de violações de seus direitos, é evidente que a melhor estratégia intervir primeiro junto às classes mais privilegiadas. Além de terem mais condições materiais de lidar com as mudanças causadas pelo reassentamento, ficaria uma mensagem clara à sociedade, comprovando a todos que independente de quem se é, a preservação do meio ambiente é prioritária para o bem comum.

Para que o compromisso com o meio ambiente pudesse existir na sociedade atual existe um longo caminho a se percorrer. Assim como é o reassentamento, parece um caminho simples e possível. Porém, a vontade política, os diversos interesses sociais, econômicos, ambientais e um grande entremeado de questões racionais e emocionais culminam em um descompromisso de por em prática instrumentos que permitem a transformação das cidades em ambientes mais sustentáveis, acessíveis e de pleno direito, para que o mundo possa ser o vale do cultivo da alma.

Enquanto isto, para quem está do lado fraco dos jogos de poderes, conseguir sobreviver às desigualdades diárias de oportunidade, de acesso, de direitos e ainda ter a sua casa tirada de si, pode causar duros golpes àqueles que não têm escolha. A falta de voz, de ter sua opinião respeitada, de ser tratado como humano digno de vontade, não passa sem repercussões na vida de casa um, que vêem ao final do reassentamento um alívio, por pensarem que não passarão por uma experiência como esta novamente.

Apesar de todas estas considerações que apontam para pontos onde ainda são necessárias grandes transformações, é importante ponderar que houve avanços na forma que a população que necessita do apoio do Estado para conseguir uma habitação digna é enxergada ao longo dos séculos XX e XXI. Enquanto antes tais famílias eram simplesmente despejadas, hoje encontram políticas de reassentamento que preveem a substituição da moradia juntamente com medidas visando à inserção das famílias em programas sociais, como o PAC. Quando consideramos que a classe dominante pouco tem se alterado ao longo do mesmo

período, mudanças políticas que envolvam ganhos sociais são vitoriosas, pois o contexto permanece hostil àqueles que buscam por igualdade. Assim, considero importante reconhecê-las para não olharmos somente o que ainda falta ser trilhado – mesmo que continue sendo um longo caminho.

Durante as pesquisas sobre o transplante de árvores, uma questão me chamou a atenção: entre os vegetais que mais sobreviveram ao processo de mudança de lugar estão as palmeiras jerivá. Externalizo aqui meu desejo de que assim como os jerivás, que os reassentados do Moradias Jerivá consigam elaborar suas perdas, vivenciar seus lutos e renascer, assim como a semente que morre para germinar, transformada; para conseguir extrair de uma experiência de tamanha profundidade e mobilização sentidos que aproximem as pessoas da alma, das casas e do espaço simbólico; e possam produzir frutos para multiplicar e espalhar suas experiências, em busca da transformação deste mundo.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Michael Vannoy. A escola arquetípica. *Manual de Cambridge para estudos junguianos*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2002.

ALVES, Ieda Maria. Contribuição ao estudo do vocabulário da habitação: a palavra casa nos dicionários de língua portuguesa. *Anais do Museu Paulista*, v. 5, 1997, p. 163-172.

AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lucia Zanin e RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.

BERQUE, Augustin. *El pensamiento paisajero*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do homem, medida humana da Terra e O pensamento paisajero. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia da paisagem: Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 185-212.

BERQUE, Augustin. A chôra em Platão. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia e arquitectura da paisagem: um manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. p. 31-37.

BISSERET, Noëlle. A ideologia das aptidões naturais. In Durand, J. C. G. (org). *Educação e hegemonia de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BONDUKI, Nabil. Política de vivienda y inclusión social en Brasil: revisión histórica y nuevas perspectivas en el gobierno Lula. In Erazo, Jaime. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en America Latina*. Quito; Flacso Ecuador, 2009.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. 4ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BORGES, Paulo A. E. *Imaginário e Mitologia*. In: ARAÚJO, Alberto Filipe e BAPTISTA, Fernando Paulo (coords). *Variações sobre o imaginário: domínios, teorizações, práticas hermenêuticas*. Lisboa: Instituto Piajet, 2003. p. 45-70.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. *Lei 10.257, de 10 de outubro de 2001 – Estatuto das cidades*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano e da outras providencias.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Manual de instruções. Projetos prioritários de investimento – PPI. Intervenções em favelas*. Período 2007-2010. 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Portaria 317, de 18 de julho de 2013*.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014*.

CAIXA. *Habitação de interesse social*. 2013. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_de_repasso_do_OGU/habitacao_interesse_social.asp>. Acesso em 04 Jan 2014.

CARDOSO, Adauto Lucio (coord.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CARDOSO, Adauto Lucio, ARAGÃO, Thêmis Amorin & ARAÚJO, Flávia de Souza. *Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.net/download/adauto_cardoso.pdf>. Acesso em 03 set. 2014.

CARMO, Julio Cesar Botefa do. Alfred Agache e seu plano para Curitiba: técnica, institucionalização e o início do discurso da cidade planejada. *Urbana*, v. 4, n. 4,

2012. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/889>>. Acesso em 29 Jul. 2015.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco a casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24 n. 69, 2009, p.69-80.

CERNEA, Michael M. For a new economics of resettlement: a sociological critique of the compensation principle. *International Social Science Journal*, n. 175. UNESCO, Paris: Blackwell, 2003.

CHALOM, Marina Halpen, FREITAS, Laura Villares de. Mitos, Contos e Recursos Diversos no Self Grupal. *Hermes* (São Paulo), v. 11, p. 38-45, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COHAPAR. *Projeto de Trabalho Técnico Social – PAC Pinhais*. 2010.

DE ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”*. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DE ALMEIDA, Rubem F. T. de e MURA, Fábio. *Guarani-Kaiowá*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>>. 2003. Acesso em: 03 nov. 2014.

DE ANDRADE, Gustavo Monteiro Pessoa. *A casa na cidade: uma leitura junguiana da experiência de jovens que moram sozinho em São Paulo*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Constituições do habitar: pensar um marco teórico para reassentamento. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010. Disponível em www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3643. Acesso em 09fev2014.

DICKOW, Bernadeth. *Habitação popular no Paraná: uma avaliação histórica*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

EDINGER, Edward F. *Ego e arquétipo: individuação e função psicológica da psique*. São Paulo: Cultrix, 1972.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. *Psicologia & Sociedade*, v. 22 (2), 2010, p. 299-308.

FERNANDES, Roberto Rosas. *Narcisismo e espiritualidade: o desenvolvimento da consciência pela elaboração simbólica*. 1ª ed. São Paulo: Escuta, 2012.

FERRARI, Camila. *Projetos de habitação popular como projetos de cidade moderna: os conjuntos habitacionais dos IAP na Grande São Paulo de 1930 a 1964*. 283 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). *Produzir casa ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: FUPAM, 2012.

FINAZZI, João F. *Não acredite em combustão espontânea*. 2012. Disponível em <<https://petripuc.wordpress.com/2012/09/06/nao-acredite-em-combustao-espontanea/>>. Acesso em 01 Out. 2015.

FREITAS, Laura Villares de. O calor e a luz de Héstia: sua presença nos grupos vivenciais. *Cadernos de Educação (UNIC)*, Universidade de Cuiabá, v. Especi, n. 2005, p. 131-145, 2005.

FREITAS, Laura Villares de. Panorama dos conceitos junguianos. *Jung e Reich: articulando conceitos e práticas*. p. 16-31. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

FREUD, Sigmund. *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse* (Conferências introdutórias sobre psicanálise - 1917). *Gesammelte Werke*, v. XI. Londres: Imago, 1944.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2011-2012*. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file>>. Acesso em 29 Set. 2015.

GAMBINI, Roberto. *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GAMBINI, Roberto. A árvore e a alma. *Hypnos, Revista do Centro de Estudos da Antiguidade*. n. 2, p. 58-68, 1997.

GAMBINI, Roberto. *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

HILLMAN, James. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HILLMAN, James. *Psicologia arquetípica*. São Paulo: Cultrix, 1995.

HILLMAN, James; VENTURA, Michael. *Cem anos de psicoterapia e o mundo está cada vez pior*. São Paulo: Summus, 1995.

HILLMAN, James. *Re-vendo a psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HILLMAN, James. *O sonho e o mundo das trevas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INÁCIO, Camila Dellanhese & LEITE, Sérgio Luiz De Carvalho. Avaliação de transplantes de árvores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Iheringia, Sér. Bot.*, Porto Alegre, v. 62, n. 1-2, p. 19-29, jan./dez. 2007

JUNG, Carl Gustav. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

JUNG, Carl Gustav. *Mysterium Coniunctionis*. v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JUNG, Carl Gustav. *Ab-reação, análise dos sonhos e psicologia da transferência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

JUNG, Carl Gustav. *A natureza da psique*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões*. 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

JUNG, Carl Gustav. *Tipos psicológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1996.

LERNER, Rogério. Contribuições para o debate sobre a viabilidade de trabalhar como pesquisador em uma instituição na qual se é membro da equipe de atendimento e aspectos éticos envolvidos. In: Iara Coelho Zito Guerriero; Maria Luisa Sandoval Schmidt; Fabio Zicker. (Org.). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. 1 ed. São Paulo: HUCITEC/UNICEF, 2008, v. , p. 223-236.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17 n. 49, 2002, p. 11-29.

MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Erminia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jul. 2015.

MARONI, Amnéris. Psicanálise e ciências sociais: tecendo novos caminhos de pesquisa. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, p. 231-246, 2006.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. Mundus imaginalis na poesia de Cecília Meireles. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 6-12, abr./jun. 2011.

MOREIRA, Ubirajara Araujo. Adelia Prado: uma poética da casa. *Uniletras*, v. 22, p.81-103, 2000.

NEUMANN, E. A lua e a consciência matriarcal. In: VITALE et al (Org.) *País e mães: seis estudos sobre o fundamento arquetípico da psicologia da família*. São Paulo. Símbolo, p. 55-79, 1979.

NOCE, Luiz Gustavo Della. *O reassentamento como promotor de capital social em políticas públicas urbanas: uma análise da ação estatal em três estudos de caso*. 249 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

PENNA, Eloisa M. D. O paradigma junguiano no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa. *Psicologia USP*, Dossiê: Carl Gustav Jung e outros trabalhos. v. 16, n. 3, p. 71-94, 2004.

PERRONE, Maria Paula Bueno. *Existências fascinadas: história de vida e individuação*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

RANZI, Caetano Fischer. *A medida do exagero e o apocalipse cristão: uma breve digressão sobre a gênese do risco na sociedade ocidental*. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

RYKWERT, Joseph. *A casa de Adão no paraíso: a ideia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAMUELS, A., SHORTER, B. & PLAUT, F. *Dicionário crítico de análise junguiana*. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/dicjung/abertura.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, v.17(2), 2006, p. 11-41.

SCOTT, Parry. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 2, 1996. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V2A09.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2014.

SILVA, Maria de Fátima Xavier da; DE VILLEMOR-AMARAL, Anna Elisa. A auto-estima no CAT-A e HTP: estudo de evidência de validade. *Aval. psicol.*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, dez. 2006.

TASSARA, Eda T. de Oliveira, RABINOVICH Elaine Pedreira, e GOUBERT, Maria do Carmo (eds.). O lugar da poética nas relações pessoa-ambiente. O caso da Barra Funda: uma arqueologia de um elo social em vias de desaparecimento. *Psicologia e Ambiente*. p. 331-345. São Paulo: Educ, 2004.

TASSARA, Eda T. de Oliveira, RABINOVICH Elaine Pedreira. A invenção do urbano e do poético: uma cartografia afetiva. *Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano*. São Paulo: Educ, Fapesp. 2001.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo e BONDUKI, Nabil. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In Covre, Maria de Lourdes. *A cidadania que não temos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

VILLAÇA, Flavio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global Editora, 1986.

VILLAÇA, Flavio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Esclarecimento

Você está sendo convidado para participar do projeto de pesquisa “A experiência do reassentamento involuntário: casa, psique e territorialidade”, que será realizado através do Instituto de Psicologia (IP) da USP - Universidade de São Paulo, como parte da pesquisa de Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano.

Estas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária no estudo que tem como objetivo uma análise do modo como a população envolvida no programa PAC Pinhais passa pela experiência de reassentamento involuntário. A justificativa do trabalho é devido à necessidade de maiores estudos na área da psicologia referente a este tema, visto que o reassentamento tende a ser uma medida cada vez mais usada nas grandes cidades para implantação de infraestrutura urbana e recuperação ambiental.

Não há benefício direto para o participante, porém ao final do trabalho poderemos identificar e apontar novas possibilidades mais assertivas de lidar com a população reassentada, na tentativa de melhorar as políticas públicas que recorram a esta prática.

O objetivo geral da pesquisa é promover uma melhor compreensão do processo de reassentamento involuntário pela vivência do reassentado. Assim, buscamos verificar possíveis transformações emocionais nas relações entre os reassentados e seu território, sua casa, seu mundo e comunidade, mobilizados devido a esta intervenção.

Sua participação acontecerá através de duas entrevistas abertas que serão realizadas pela mestrandia Denise Lisboa de Almeida, na casa de cada voluntário, não sendo necessário nenhuma espécie de deslocamento ou transporte. Entrevistas abertas são iniciadas por um tema abrangente, para que o voluntário tenha liberdade em abordar diversos assuntos que lhe ocorrerem, sem estruturas pré-definidas e perguntas prontas. Estima-se que para cada entrevista seja necessário reservar um período de aproximadamente duas horas, para que o voluntário tenha liberdade de tempo no decorrer da entrevista. Elas serão registradas em áudio e vídeo, de forma que o material das entrevistas somente será divulgado com o consentimento do voluntário. Caso contrário, será mantido apenas o registro em áudio, preservando o anonimato, a qualquer tempo.

Não há riscos diretos relacionados aos processos que serão realizados neste estudo, no entanto, de acordo com a resolução 466/12 e zelando por evitar ou minimizar qualquer situação de desconforto ou constrangimento para falar sobre qualquer parte do tema

proposto, como cautela, será garantida a interrupção das entrevistas e da participação na pesquisa assim que solicitado pelo voluntário.

Será garantido o anonimato, salvo por vontade e solicitação do próprio participante, assim como a garantia do sigilo dos participantes quando da divulgação dos dados em todas as fases da pesquisa que assim desejarem, assim como a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e ressarcimento de despesas que possam decorrer desta participação. As gravações serão guardadas por um período de dois anos e estarão em posse da pesquisadora, com livre acesso por parte do voluntário.

Garantia de Acesso

Os contatos para as entrevistas, como serão pontuais, podem não esclarecer todas as questões e dúvidas do voluntário. Portanto, é assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o voluntário queira saber antes, durante e depois da sua participação. O contato com a pesquisadora pode ser feito em qualquer tempo pelos dados abaixo:

Denise Lisboa de Almeida
lisboa.de@usp.br
(41)3312-5787 / (41) 9290-1331

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP
Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27
CEP 05508-030 “Cidade Universitária - São Paulo/SP
E-mail: ceph.ip@usp.br Tel. (11) 3091-4182
Agendamento preferencialmente por e-mail, com a introdução do assunto.
Atendimento: Das 8h30 às 12h e das 14h às 16h.

É garantida a plena liberdade de não querer participar do projeto de pesquisa ou de retirar o consentimento a qualquer momento, no caso da aceitação, sem qualquer prejuízo ao voluntário. Fica assegurado que somente o pesquisador responsável e colaboradores da pesquisa terão acesso aos dados do participante e da entrevista. Estando garantidas, assim, a privacidade e a confidencialidade daqueles que optarem por não ter seu material divulgado de forma identificada em qualquer tempo.

Consentimento

Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações sobre o estudo acima citado, que li ou que leram para mim. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento, a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos e sem a perda de atendimento ou de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. Eu receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas do TCLE e assinar na última folha. Assim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar da pesquisa.

Data: ____/____/____

Nome do voluntário da pesquisa: _____

Assinatura do voluntário da pesquisa: _____

Data: ____/____/____

Nome do pesquisador responsável: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____